



Tiago André Simões Ferreira

## Condeixa-a-Nova e as suas instituições de assistência social (1900-1945)

Dissertação de Mestrado em História: Época Contemporânea, orientada pela Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Faculdade de Letras

# Condeixa-a-Nova e as suas instituições de assistência social (1900-1945)

**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>Condeixa-a-Nova e as suas instituições de assistência social (1900-1945)</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Tiago André Simões Ferreira</b>
<b>Orientador/a</b>	<b>Doutora Maria Antónia Lopes</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Alegria Marques</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão</b> <b>2. Doutora Maria Antónia Lopes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>História Contemporânea</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>13-7-2017</b>
<b>Classificação</b>	<b>17 valores</b>



## Sumário

Agradecimentos .....	3
Resumo .....	5
Introdução .....	7
Capítulo 1 - Assistência social em Portugal no início do século XX .....	11
1.1. Assistência no final da Monarquia Constitucional .....	11
1.2. Assistência durante a I República .....	15
1.3. Assistência durante a Ditadura Militar e o início do Estado Novo.....	20
Capítulo 2 - O concelho de Condeixa-a-Nova nas quatro primeiras décadas do século XX .....	23
2.1. A população .....	23
2.2. Setores de atividade .....	30
2.2.1. Trabalhos relacionados com a agricultura.....	30
2.2.2. Feiras, serviços, indústria e meios de comunicação.....	34
Capítulo 3 – Câmara Municipal e cuidados de saúde.....	39
3.1. Higiene e Saúde pública.....	39
3.2. Assistência médica.....	43
Capítulo 4 – Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D’Eça.....	55
4.1. Fundação e construção do hospital .....	55
4.2. O seu funcionamento .....	61
4.2.1. A Comissão Administrativa, Diretor Clínico e facultativos .....	61
4.2.2. Oferta hospitalar .....	65
4.2.2.1. Banco hospitalar e dispensário antituberculoso .....	65
4.2.2.2. O Dispensário de Higiene Infantil e Lactário.....	68
4.2.2.3. Serviço de cirurgia .....	69
4.3. A clientela do hospital: caracterização .....	71
4.3.1. Situação económica.....	72
4.3.2. Filiação .....	72
4.3.3. Estado civil.....	73
4.3.4. Residências: freguesias e aldeias.....	74
Capítulo 5 - A Misericórdia de Condeixa-a-Nova.....	77
5.1. A Fundação: 1921-1926.....	77
5.2. Os órgãos de gestão, o quadro de pessoal, a gestão financeira e as práticas de beneficência realizadas: 1927-1940 .....	81
5.3. Funcionamento entre 1940-1945 .....	88

5.3.1. Mudanças nos cargos dirigentes, modificações nos estatutos, os seus irmãos, pagamento de quotas e património .....	88
5.3.2. A Sopa dos Pobres .....	93
5.3.2.1. O contexto da fundação .....	93
5.3.2.2. O funcionamento .....	96
5.4. Novos projetos assistenciais: cozinha económica, albergue e balneário.....	106
5.5. Um projeto concretizado: a Colónia Balnear Infantil de 1941.....	108
5.6. Conflitos externos e internos.....	113
Conclusão.....	119
Fontes e estudos .....	123

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais por todo o amor e carinho que me deram durante esta longa viagem académica. À minha mãe fico eternamente grato, pela forma como me apoiou nos momentos menos fáceis e por ter acreditado sempre em mim. Ao meu pai, agradeço-lhe do fundo do meu coração, o auxílio prestado naquelas noites em que fizemos o levantamento do registo dos doentes do hospital. Também não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Maria Antónia Lopes, pela sua disponibilidade, compreensão e amizade.

Agradeço ao senhor Fortunato Rocha por me ter aberto as portas de sua casa e por me ter deixado aceder ao seu vasto arquivo pessoal. Quero ainda elogiar, louvar e usar todas as adjetivações possíveis com a Liliana Marques Pimentel, por se ter mostrado sempre amável e disponível e principalmente por, naquela sexta-feira 25 de setembro de 2015, me ter respondido ao email que lhe havia enviado. Aos funcionários da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova e da Santa Casa da Misericórdia, deixo uma palavra de agradecimento e gratidão pelo profissionalismo demonstrado. Aos meus colegas Paulo Reis e Rodrigo Gomes agradeço toda a amizade e os bons momentos vividos. Ao João Portugal quero dizer que todos os debates que tivemos em sua casa, durante a revisão ortográfica dos capítulos, foram das coisas que mais me estimularam na vida. O Simão e o Mateus, porque para mim as pessoas “não passam de bestiais a bestas nem de bestas a bestiais” e porque, apesar de todas as diferenças que surgiram no nosso percurso, sempre existiu um enorme respeito entre nós.

Para o final, quero referir cinco pessoas que marcaram o meu percurso de vida. A minha amiga e professora Luzia Loureiro, por todas as tertúlias que tivemos e por me ter dito que mais cedo ou mais tarde eu iria acabar por me apaixonar por livros. O professor Januário Pires, por ter surgido na minha vida e por ter passado com ele os dois melhores anos da minha vida. A tia São, com quem eu passei os fins-de-semana quando era criança. A minha avó Beatriz, por me ter criado quando os meus pais estavam ausentes a trabalhar. Em último lugar, mas não menos importante, destaco o meu avô Arménio, que é o homem mais culto e educado que eu conheci até hoje.



## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo estudar as instituições de assistência social em Condeixa-a-Nova entre 1900 e 1945. Num primeiro momento, apresenta-se uma síntese da assistência social em Portugal no início do século XX. Seguidamente, caracterizam-se a população e as principais atividades económicas e de serviços existentes em Condeixa-a-Nova nas primeiras quatro décadas do século XX. No terceiro capítulo aborda-se a ação da Câmara Municipal no que respeita à higiene pública e à assistência médica antes da fundação do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D`Eça e da Santa Casa da Misericórdia. No capítulo dedicado ao hospital, analisam-se a construção do edifício hospitalar, os serviços facultados às pessoas e procede-se ainda a um esboço sociológico dos seus internados. O segmento dedicado à Santa Casa pretende dar a conhecer as pessoas que a integraram e as ações por ela desenvolvidas, nomeadamente o projeto da Sopa dos Pobres.

Palavras-Chave: Assistência Social, Condeixa-a-Nova, Câmara Municipal, Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D`Eça, Santa Casa da Misericórdia, Sopa dos Pobres.

## Abstract

This dissertation aims to study the social assistance institutions in Condeixa-a-Nova, between 1900 and 1945. At first, we present a synthesis of the social assistance in Portugal at the beginning of the 20th century. Next, we describe the population and services that existed in Condeixa-a-Nova in the first four decades of the twentieth century. On the third chapter it is made a presentation of the hygiene measures and medical care that the City Council offers the population before the foundation of the Municipal Hospital D. Ana Laboreiro D`Eça and Holy House of Mercy. In the chapter dedicated to the hospital, we analyse the construction of the hospital building, the services provided to the people and we proceed to a sociological outline of the patients. The segment dedicated to the *Santa Casa da Misericórdia* (Holy House of Mercy) aims to clarify the people who integrated it and the actions developed in this institution, namely the Soup of the Poor project.

Key Words: Social Assistance, Condeixa-a-Nova, Town Hall, Municipal Hospital D. Ana Laboreiro D`Eça, Holy House of Mercy, Soup of the Poor.



## Introdução

Esta dissertação de mestrado, intitulada *Condeixa-a-Nova e as suas instituições de assistência social (1900-1945)*, foi realizada no âmbito do 2º ciclo em História Contemporânea, tendo sido orientada pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes.

A seleção do território em estudo, o concelho de Condeixa-a-Nova, explica-se por razões afetivas e pelo facto de conhecer bem a região, pois nasci e fui criado em Bruscos, aldeia nele inserida. É meu objetivo aprofundar os conhecimentos sobre este município durante as cinco primeiras décadas do século XX, porque o estudo sobre a assistência social neste concelho está por fazer. O propósito inicial era estudar a fundação da Santa Casa da Misericórdia, que data da centúria passada, uma vez que existe uma lacuna na historiografia portuguesa em torno daquelas que foram fundadas no século XX. Sucede que, quando comecei a realizar a investigação sobre aquela instituição, deparei-me com o vínculo que mantinha com o Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D`Eça. Decidi então alargar o âmbito da investigação e incluir também a fundação do hospital.

Para realizar este estudo tive de superar algumas dificuldades. A principal decorre da falta de um arquivo municipal em Condeixa-a-Nova que congregue toda a documentação sobre o município. Outro entrave de monta prende-se com o desaparecimento de grande parte do espólio do hospital e da misericórdia, relativo ao período escolhido. O médico Evaristo Cerveira de Moura, que já tentou estudar a fundação do hospital, publicou em 1986 *Nascimento, vida e morte do Hospital D. Ana Laboreiro D`Eça*. Nesta obra, o autor indica que grande parte da documentação, que corresponde ao período que medeia entre 1927 e 1959, havia sido queimada por uma Comissão Administrativa. Convém referir que a publicação em causa não possui carácter científico, tratando-se apenas de uma homenagem que o clínico decidiu fazer depois da sua jubilação como consultor médico de clínica geral daquele hospital. Além disso, é dedicada na sua maioria ao funcionamento do hospital na segunda metade do século XX, o que não cria qualquer tipo de entrave ao estudo que se pretende apresentar.

O arquivo da Santa Casa da Misericórdia, onde obtive total liberdade para trabalhar, também possui algumas falhas de monta. No início da investigação, verificou-se que apenas existiam livros de atas, faltando a documentação da receita. Como iremos ver no Capítulo 5, esta lacuna está relacionada com um conflito que ocorreu entre os seus dirigentes na primeira

metade da década de quarenta. A investigação em torno da fundação e ação da misericórdia foi facilitada pelo acesso ao arquivo privado de Fortunato Rocha. Todas as dificuldades que foram apresentadas, contribuíram em grande parte para que o término do período temporal do estudo fosse 1945.

A dissertação estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro, *Assistência social em Portugal no início do século XX*, dividido em três subcapítulos, traça-se o enquadramento histórico das leis, organismos, acontecimentos e evolução em torno do modelo assistencial português desde o final da Monarquia Constitucional até ao início do Estado Novo. A bibliografia selecionada para este capítulo passa por obras e artigos de diversos investigadores, como Maria Antónia Lopes, David Ricardo Pereira, Maria de Fátima Caldeira, Maria de Fátima Pinto e Ricardo Alexandre Cordeiro. Apesar de ser um capítulo de contextualização e de se valer maioritariamente de estudos, recorri também a fontes impressas para alguns dos assuntos apresentados.

Intitulado *O concelho de Condeixa-a-Nova nas quatro primeiras décadas do século XX*, o segundo capítulo serve o propósito de dar a conhecer o espaço onde se situam as duas instituições que são centrais neste estudo. Dividido em dois subcapítulos, apresenta-se a população de Condeixa-a-Nova e a sua distribuição pelas 10 freguesias. Ainda dentro deste campo, entendemos por bem referir o analfabetismo existente. A principal fonte utilizada foram os recenseamentos da população produzidos entre 1900 e 1940. A segunda parte é dedicada aos setores de atividade presentes em Condeixa-a-Nova, salientando a agricultura por ser a principal atividade. Merecem ainda destaque as feiras realizadas no concelho, a indústria ligada ao fabrico de mós, de alveiros e de azeite. Por fim, mencionam-se os vários serviços disponíveis na vila, nomeadamente os transportes públicos e os serviços bancários. Para elaborar este subcapítulo recorreu-se à monografia de Santos Conceição, a periódicos locais (*A Voz de Condeixa* e *O Povo de Condeixa*), às posturas municipais de 1914 e ao *Anuario-Commercial de Portugal*.

O capítulo seguinte, *Câmara Municipal e cuidados de saúde*, versa sobre todos esses aspetos no concelho antes da fundação da misericórdia e do hospital. Na parte dedicada à higiene e saúde pública também se recorreu às posturas municipais de 1914, para apurar as normas em vigor. A par desta fonte documental, privilegiou-se a consulta dos livros de atas existentes no Arquivo da Câmara Municipal. Nesta pesquisa foram encontradas situações que comprovam que a saúde pública dos habitantes deste concelho esteve em risco. O subcapítulo referente à assistência médica, incide sobre o auxílio camarário e sobre os facultativos que exerciam funções, no período 1879-1914. Apresenta-se, por isso, o surto de varíola que

ocorreu em Campizes em 1885, a ação desenvolvida pela autarquia em torno da proteção dos seus munícipes e a reforma do partido médico em 1907. À semelhança do que ocorreu no subcapítulo anterior, usaram-se os livros de atas da Câmara Municipal. Consultou-se também a correspondência que as autoridades municipais trocaram com o Governo Civil de Coimbra.

No quarto capítulo, *Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D'Eça*, será abordada a fundação e atividade desta instituição. Primeiramente realizar-se-á uma exposição dos instrumentos usados para fundar e construir o edifício hospitalar. Seguidamente far-se-á uma explanação dos serviços hospitalares. Através dos livros de registo de internamentos, procurou-se tipificar a clientela hospitalar, analisando a filiação, o estado civil e a residência dos doentes. Uma fonte facultada por Fortunato Rocha e utilizada no capítulo em causa foi o opúsculo *Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa*. O autor e a data da sua publicação são desconhecidos.

O último capítulo é dedicado à Santa Casa da Misericórdia. Nos dois primeiros subcapítulos, aborda-se a fundação e identificam-se as personalidades que participaram nesse processo. Seguidamente, caracterizam-se e analisam-se os órgãos de gestão e seus detentores, evidenciando o papel da família Sotto Mayor. São ainda referidas as práticas de beneficência, nomeadamente o Bodo de Natal.

O terceiro e quarto subcapítulos são inteiramente dedicados à mudança de funcionamento que ocorreu no início da década de quarenta. Destaca-se a alteração estatutária de 1940 e, no mesmo ano, a entrada de Fortunato Rocha para a Santa Casa da Misericórdia. Com este novo dirigente, elabora-se um projeto para a criação de um albergue e balneário e abre-se a Sopa dos Pobres. Tendo em conta que esta modalidade de assistência foi criada seis meses após o início da II Guerra Mundial, recorreu-se aos estudos de Fernando Rosas e António José Telo sobre o impacto daquele conflito em Portugal. Dentro da abordagem à Sopa dos Pobres, destacamos o funcionamento do seu refeitório, as refeições fornecidas aos pobres de Condeixa-a-Nova e a organização da sua primeira Colónia Balnear. As fontes que existem sobre a Sopa dos Pobres são maioritariamente dos seus dois primeiros anos de funcionamento. O último subcapítulo é dedicado ao conflito que grassou dentro da Santa Casa no final de 1941 e que afetou o seu funcionamento durante quatro anos. Para além de bibliografia a que se recorreu, a realização deste capítulo assentou numa grande variedade de fontes, manuscritas e impressas, incluindo jornais e ainda testemunhos orais.

Para finalizar, pretendo expressar a esperança de ter elaborado algo que possa contribuir para aumentar o conhecimento historiográfico do concelho de Condeixa-a-Nova e, nomeadamente, das suas instituições assistenciais.

A imagem da capa da dissertação foi gentilmente cedida por António Costa Pinto e retrata a Colónia Balnear Infantil da Sopa dos Pobres de Condeixa-a-Nova na Figueira da Foz em agosto de 1941.

## Capítulo 1 - Assistência social em Portugal no início do século XX

O principal objetivo deste capítulo é oferecer uma perspetiva do panorama assistencial existente em Portugal no início do século XX. A sua leitura irá facilitar a compreensão das temáticas apresentadas nos capítulos dedicados às instituições de assistência social existentes em Condeixa-a-Nova.

### 1.1. Assistência no final da Monarquia Constitucional

Durante o século XIX, são tomadas medidas no sentido de “erradicar da sociedade portuguesa a mendicidade, a vagabundagem e a ociosidade”<sup>1</sup>, não sendo por isso de estranhar que durante as duas décadas que antecederam o fim da Monarquia Constitucional ocorressem algumas mudanças e novidades no que toca à questão da assistência pública.

Antes de avançarmos, não se pode deixar de enunciar que durante a Monarquia Constitucional tanto a vadiagem como a mendicidade eram consideradas delitos de ordem pública. A vadiagem era um crime previsto no ordenamento jurídico português do final do século XIX. Segundo o Código Penal de 1886, vadio é todo “aquele que não tem domicílio, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão ou ofício, ou outro mister em que ganhe a sua vida”<sup>2</sup>. Um dos motivos que levou à criminalização da vadiagem é o de esta se encontrar conotada com a recusa do trabalho. Já no que respeita à mendicidade, esta é considerada como sendo um estratagema utilizado por uma parte da população para sobreviver sem trabalhar.

Um elemento associado ao que acabamos de ver é o da pobreza. Como refere Maria João Vaz, existem dois tipos de pobreza, “a que radica na real impossibilidade de trabalhar e de prover o sustento, relativa sobretudo aos portadores de deficiências físicas e mentais, aos idosos, às crianças; e a que advém da ociosidade e da recusa ao trabalho”<sup>3</sup>. Assim sendo, havia que reprimir esta última e socorrer os que não pudessem trabalhar.

Em 1899 é criada a Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública, que fica sob a alçada do Ministério do Reino. A principal incumbência desta nova entidade é a de

---

<sup>1</sup>Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência pública”, in Mattoso, José (dir.), Torgal, Luís Reis; Roque, João Lourenço (coord.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 502. Sobre a questão da assistência pública em Portugal durante os séculos e décadas que antecederam o período em estudo ver, entre outras obras, Vítor Ribeiro, *História da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907; Maria de Lourdes Meira do Carmo Neto, “Assistência Pública” in Serrão, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 234-236, e Maria Antónia Lopes, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

<sup>2</sup>Maria João Vaz, *O crime em Lisboa (1850-1910)*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2014, p. 349.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem*, p. 357.

administrar o Hospital Real de S. José e Anexos<sup>4</sup>. Dois anos após a criação deste organismo, Hintze Ribeiro, enquanto Ministro do Reino, lança o regulamento geral de saúde e beneficência pública.

Este diploma tem como finalidade regulamentar o exercício da Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e da Inspeção-Geral dos Serviços do Reino, assim como de todos os serviços de saúde internos, nomeadamente o Conselho Superior de Higiene, a Repartição de Saúde e a Inspeção-Geral dos Serviços Sanitários do Reino. Os principais objetivos desta legislação são o de “intervir na prevenção de epidemias; proporcionar estatísticas demográficas e sanitárias; combater as doenças infecciosas; melhorar a salubridade de lugares e habitações e locais de trabalho; criar a polícia mortuária”<sup>5</sup>.

O pacote legislativo em causa apresenta uma reflexão sobre muito daquilo que necessita ser a organização da beneficência pública em Portugal. Assim, deveria ser feita uma “enumeração dos institutos sob a superintendência do Estado, até à apresentação de um projecto de organização da assistência domiciliária e a previsão de entrega dos menores desvalidos a famílias honestas, como alternativa ao seu internamento nos asilos”<sup>6</sup>.

Sobre a temática em causa, Hintze Ribeiro entende que deve ser obrigação do Estado “remediar os males havidos pela força das leis naturais e sociais relativamente à pobreza e miséria, reconhecendo-se as falhas da beneficência pública e providenciando uma melhor fiscalização da filantropia privada”<sup>7</sup>. Para David Pereira, todo este processo legislativo “era apenas aplicável na cidade de Lisboa, onde ficava dependente o Ministério do Reino, enquanto o restante território nacional continuou a reger-se por leis orgânicas específicas”<sup>8</sup>.

Para além das medidas promulgadas em sede parlamentar, deve referir-se o surgimento de algumas estruturas de assistência, como por exemplo asilos e albergues. É preciso entender que nesta época a população mendicante, principalmente na cidade de Lisboa, era imensa. Este facto contribuía para que as duas instituições de assistência acima referidas tivessem de fazer um desvio das suas reais funções. Por exemplo, alguns albergues,

---

<sup>4</sup>Os anexos deste Hospital eram: Hospital de São Lázaro, Hospital de Santa Marta, Hospital do Rêgo, Hospital D. Estefânia e Hospital de Rilhafoles. Para se compreender um pouco melhor a organização do Hospital Real de S. José ver José Curry da Câmara Cabral, *O Hospital de S. José e Anexos: desde 7 de Janeiro de 1901 até 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Typografia A Editora Limitada, 1915.

<sup>5</sup>David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012, p. 115.

<sup>6</sup>Maria de Fátima Pinto, *Os Indigentes: entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1º terço do século*, Lisboa, Livros do Horizonte, 1999, pp. 36-37.

<sup>7</sup>David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, cit., p. 115.

<sup>8</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

e isto tendo em conta que a sua real finalidade era a de serem um abrigo transitório, tornavam-se verdadeiros asilos.

Em relação aos albergues, não podemos deixar de destacar o papel do rei D. Luís que fundou os Albergues Noturnos de Lisboa e do Porto no final do século XIX. No que toca ao Albergue Noturno de Lisboa, Maria de Fátima Pinto refere que a sua ação vai no sentido de prestar “assistência aos indigentes, que podiam contar com abrigo temporário, refeições e agasalhos”<sup>9</sup>.

Relativamente aos asilos, pode dizer-se que muitos eram seletivos nos acolhimentos que faziam, sendo exemplo disso o Asilo Dona Maria Pia, que se destinava exclusivamente a indivíduos do sexo masculino.

Outra temática importante é a da hospitalização. Deve ter-se em conta que neste período os hospitais continuavam a ser, em grande medida, instituições de assistência que se destinavam a pobres. No início do século XX existiriam em Portugal, 220 hospitais. Deste número, sete localizavam-se em Lisboa, sendo que, como vimos anteriormente, todos estavam compreendidos no Hospital Real de S. José e Anexos, e no Porto existiam quatro<sup>10</sup>. Nos 220 hospitais foram atendidos 82 016 doentes, sendo que, deste número, 22 999 receberam tratamento nos hospitais da capital do reino<sup>11</sup>. No que diz respeito aos hospitais, embora alguns fossem geridos pelo Estado, sobressaindo os de Lisboa, mais de 80% eram administrados pelas misericórdias<sup>12</sup>.

A filantropia privada também tinha um papel importante no financiamento de instituições de assistência. Nesse sentido podemos destacar, em Lisboa, a Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas, cuja principal mentora é Maria Luísa de Sousa Holstein Beck, duquesa de Palmela. Tendo em conta que mais adiante se falará sobre a Sopa dos Pobres de Condeixa-a-Nova, diga-se, desde, já que cozinhas económicas e sopas de pobres são instituições distintas: a finalidade das primeiras é fornecer refeições às pessoas mais necessitadas a preços reduzidos, enquanto as sopas dos pobres oferecem refeições de forma gratuita.

---

<sup>9</sup>Maria de Fátima Pinto, *Os Indigentes: entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1º terço do século*, Lisboa, cit., p. 43.

<sup>10</sup>Os quatro hospitais do Porto eram: Hospital de D. Pedro V, Real Hospital de Crianças, Hospital de Santo António e Hospital do Conde de Ferreira.

<sup>11</sup>Maria de Lourdes Meira do Carmo Neto, “Assistência Pública” cit., p. 236.

<sup>12</sup>Maria Antónia Lopes, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”, *Estudos do Século XX*, nº13 Coimbra, 2013, pp. 257-280.

A assistência era uma prática existente no seio da família da duquesa. A sua avó paterna, D. Eugénia Teles da Gama, ocupa cargos importantes nesta área<sup>13</sup>. O seu pai fora administrador do Conselho Geral de Beneficência. Para além de ocupar todos estes cargos, distribuía na sua habitação refeições a crianças. Este ato filantrópico mantém-se com D. Luísa, que chega a oferecer “cerca de 1000 jantares por dia a crianças pobres, em sessões que incluíam lavagem e óleo de fígado”<sup>14</sup>.

O projeto da criação da Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas desponta após várias viagens que a duquesa de Palmela realiza a Londres e Paris em 1891. Nestas viagens analisou o funcionamento das cozinhas económicas das referidas cidades, “que estavam na sua grande maioria instaladas em grandes centros industriais”<sup>15</sup>. A apresentação deste projeto realiza-se em junho de 1892 no Real Teatro de São Carlos. Os seus principais objetivos seriam a “criação de cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e para os operários sem trabalho”<sup>16</sup>. A duquesa de Palmela exerce a presidência da Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas entre 1894 e 1909. Sob a sua direção abriam seis cozinhas económicas em seis distintos lugares de Lisboa<sup>17</sup>.

Apesar de todas as diligências tomadas, tanto a nível público como privado, a situação da assistência pública não deixava de ser contestada. Dois anos antes da implantação da República, Curry Cabral critica fortemente o sistema de assistência pública e beneficência praticado em Portugal. No seu entender não existe “uma lei geral de assistência pública e beneficência que ponha em convergência e em colaboração os diversos ramos d’estes serviços, de sua natureza complexos”<sup>18</sup>.

As críticas do enfermeiro-mor (diretor) do Hospital Real de S. José não se ficam por aqui. Segundo ele, uma elevada percentagem dos estabelecimentos de assistência tutelados pelo Estado “são sustentados por fundos próprios ou pela iniciativa particular, e recebem alguns subsídios do Governo”<sup>19</sup>. O número de doentes, inválidos, órfãos e crianças que os

---

<sup>13</sup>Fez parte de comissões de inspeção da Sociedade de Instrução Primária, da Associação para Casas de Asilo da Primeira Infância Desvalida.

<sup>14</sup>Ricardo Alexandre Forte Cordeiro, *Filantropia. As Cozinhas Económicas de Lisboa (1893-1911)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa, 2012, p. 30.

<sup>15</sup>*Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>16</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>17</sup>A ordem cronológica da germinação das seis cozinhas é a seguinte: Prazeres em 1893; Anjos em 1894; Alcântara em 1895; Xabregas em 1896; Ribeira Velha em 1897 e em 1906 na Rua de São Bento.

<sup>18</sup>Curry Cabral, “Assistência pública e Hospitalização”, in *Notas sobre Portugal*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 629.

<sup>19</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

hospitais recebem também é alvo das suas críticas, pois no seu entender isso acontece por não estar ainda implementada uma estrutura de assistência domiciliária.

## 1.2. Assistência durante a I República

Com a implantação da República, ocorrida a 5 de outubro de 1910, acontecem várias alterações aos mecanismos legislativos implementados na fase final da Monarquia Constitucional, no que toca à questão da assistência pública. A primeira grande modificação foi a extinção da Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e a criação, no seu lugar, da Direção-Geral de Saúde, cuja direção fica nas mãos de Ricardo Jorge<sup>20</sup>.

A 20 de abril de 1911 é aprovada a *Lei da separação do Estado das Igrejas*<sup>21</sup>. Esta lei implicou várias alterações no que concerne à questão da assistência, pois determinava que “o Estado, os municípios e também as instituições públicas deixariam de financiar quaisquer actividades culturais”<sup>22</sup>. Além disso, estipulou que as corporações de assistência reduzissem as “despesas culturais até à terça parte dos seus rendimentos e dois terços do que habitualmente gastavam com o culto”<sup>23</sup>.

Um mês após a divulgação da *Lei da separação do Estado das Igrejas* é promulgada uma outra que ficou conhecida como *Lei da Assistência*. O principal intuito desta normativa era a de estimular a criação da Direção-Geral da Assistência. Este novo organismo, inserido na orgânica do Ministério do Interior, deveria ter como função “organizar, administrar e fiscalizar as instituições assistenciais dela dependentes”<sup>24</sup>. Para as mãos da Direção-Geral de Assistência passa a Provedoria Central da Assistência de Lisboa<sup>25</sup>.

Paralelamente, era criado o Fundo Nacional de Assistência que deveria assegurar o financiamento dos serviços centrais e locais. Este financiamento provinha do orçamento do Estado por sua vez reforçado para esse fim com um “imposto especial sobre os bilhetes de comboio e guias de despacho por via férrea e das importâncias geradas por uma estampilha

---

<sup>20</sup>Sobre Ricardo Jorge e o seu papel relativamente a questões da higiene e sanitárias ver: Eduardo Coelho, *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico, seguido da resenha bibliográfica da sua obra*, Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand, 1929; Maria Rita Lino Garnel, “Jorge, Ricardo de Almeida” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 522.

<sup>21</sup>Sobre a questão da *Lei da Separação do Estado das Igrejas* ver Maria Lúcia de Brito Moura, *A guerra religiosa na I República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.

<sup>22</sup>David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, cit., p. 190.

<sup>23</sup>Isabel dos Guimarães Sá; Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, pp. 98-99.

<sup>24</sup>David Pereira, “Assistência Social. Instituições” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 237.

<sup>25</sup>Este organismo tinha a função de gerir os serviços de assistência pública na cidade de Lisboa: a Misericórdia, a Casa Pia de Lisboa e as Casas de trabalho e Refúgio dos Indigentes.

especial "Assistência", de aposição obrigatória como selo adicional às taxas do serviço postal”<sup>26</sup>.

Como refere David Pereira, com esta legislação o Governo Provisório pretende alcançar “a descentralização dos diferentes serviços a prestar no sentido de atingir uma eficácia maior e mais rápida; a centralização da sua direção no sentido de melhorar a sua fiscalização; a diminuição das suas despesas gerais; a garantia de fornecimentos às instituições em condições preferíveis”<sup>27</sup>.

Em agosto, o Governo Provisório aprova a Constituição da República, onde fica estipulado e assegurado que todos os portugueses e estrangeiros residentes em Portugal gozam do direito à assistência pública<sup>28</sup>.

Outro assunto que não foi esquecido foi o da assistência infantil, pois até 1 de outubro de 1910 Portugal não dispunha de nenhuma maternidade<sup>29</sup>. Fundada nesse dia pelo médico Artur Maia, a maternidade do Porto tinha como objetivo prestar cuidados médicos-assistenciais gratuitos, “desde que as mães confirmassem a sua indigência”<sup>30</sup>. Em fevereiro de 1911 é criada a segunda maternidade no país, que deveria funcionar em anexo à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. As suas principais funções iam no sentido de acolher mães pobres e prestar acompanhamento aos bebés abandonados, desvalidos e cujos pais eram desconhecidos. Até 1926 foram criadas “mais maternidades em Lisboa, Guarda e Angra do Heroísmo, sendo que se contavam ainda 26 creches e 11 lactários de distribuição gratuita do leite e subsídios de aleitamento às mulheres desfavorecidas”<sup>31</sup>. A juntar a todas estas medidas, não se deve esquecer o início da construção, em 1914, da Maternidade Alfredo da Costa, cuja inauguração viria a ocorrer no final da década de vinte.

---

<sup>26</sup>Maria de Fátima Caldeira, *Assistência infantil em Lisboa na 1ª República*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004, p. 17.

<sup>27</sup>David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, cit., p. 185.

<sup>28</sup>Contudo, como adverte Maria Antónia Lopes (“Os socorros públicos em Portugal...”, cit.), não podemos esquecer que as três constituições oitocentistas já faziam referência a direitos de assistência pública. A constituição de 1822, no artigo 240º, refere que se deve aumentar, fundar e preservar, misericórdias, hospitais civis e militares. Na carta constitucional de 1826, que dura até ao fim da monarquia constitucional, salvo entre 1838 e 1842, são garantidos os socorros públicos a toda a população (art.º 145º § 29). A constituição de 1838, à semelhança da carta constitucional, também garante os socorros públicos a todos os portugueses.

<sup>29</sup>Deve, contudo, destacar-se o facto de, já desde finais do século XVIII, o Hospital Real de S. José e os Hospitais da Universidade de Coimbra possuírem enfermarias de partos. Ainda no que toca a este tema, realce-se que na década de 1920 surgiram maternidades em algumas unidades fabris. Exemplo disso é a da Companhia de Tabacos. Sobre este tema ver: Manuel Vicente Moreira, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos. Bases da Organização e Síntese do Movimento (1927-1933)*, Lisboa, s. n., 1934.

<sup>30</sup>Virgínia Baptista, *A Assistência Materno-Infantil em Portugal e os Direitos das Mães Trabalhadoras (1880-1943)*, p. 4. Texto disponível em [http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27\\_1\\_pap.pdf](http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27_1_pap.pdf), acedido em 02-05-2016.

<sup>31</sup>David Pereira, “Assistência Social e Proteção à Infância” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 248.

Para além de todas estas mudanças, foi publicada, juntamente com a *Lei da Assistência*, a *Lei de Protecção à Infância*, que oficializou os tribunais de infância, também denominados tutorias<sup>32</sup>. A nível de instituições de assistência a menores, devemos falar daquela cuja ação perdurou até aos nossos dias, a Casa Pia de Lisboa. Esta instituição, criada pelo intendente-geral da polícia Pina Manique em 1780, tinha como principal finalidade o combate “à vadiagem e mendicidade, recolhendo pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Homens vadios e mulheres de maus costumes foram os primeiros utentes”<sup>33</sup>. Uma década após a sua constituição, a problemática da educação e do socorro a crianças adquire um maior destaque dentro dos seus objetivos.

Aos seus protegidos a Casa Pia oferecia educação e instrução física, ensino artístico e profissional. Em 1912, funda aquele que é o primeiro instituto para crianças deficientes mentais em Portugal. Este instituto funcionava em Peniche, na colónia agrícola de S. Bernardino, e tinha o intuito de “criar hábitos rurais”<sup>34</sup> a essas crianças. Para além deste instituto, a Casa Pia possuía ainda o Instituto de Surdos-Mudos, que tinha duas secções destinadas a menores do sexo masculino e feminino. Também no Porto, já em finais do século XIX a Misericórdia abriu um estabelecimento para surdos-mudos.

A 16 de julho de 1912, é aprovada a *Lei da Vadiagem*, segundo a qual era considerado vadio o indivíduo “que, sendo maior de 16 anos, não tenha meios de subsistência, nem exercite habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mister em que ganhe a sua vida, não provando necessidade de força maior que o justifique de se achar nestas circunstâncias”<sup>35</sup>. Como forma de combater a vadiagem, é criada a Colónia Penal Agrícola em Sintra, para o “internamento regenerador dos vadios”. Por outro lado, a mesma lei, “definia a mendicidade como um estado de perigosidade social, assimilando-a à vadiagem, determinando a aplicação de medidas tidas como preventivas, repressivas e reeducativas”<sup>36</sup>.

Tendo em vista um maior combate sobre a mendicidade, Amaral Frazão publica em 1919 o *Projecto de Regulamento para a repressão da Mendicidade na cidade de Lisboa*. Nele se preconizava a detenção dos indivíduos que sejam apanhados “a pedir esmola nas ruas e

---

<sup>32</sup>Sobre a questão das tutorias, ver Maria Rosa Tomé, *Justiça e Cidadania Infantil Em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*, Coimbra, Tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2012.

<sup>33</sup>Maria Antónia Lopes, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, cit., p. 143.

<sup>34</sup>Maria de Fátima Pinto, *Os Indigentes: entre a assistência e a repressão*, cit., p. 55.

<sup>35</sup>Maria João Vaz, “Vadiagem” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 1083.

<sup>36</sup>Maria João Vaz, “Mendicidade” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 845.

outros logares públicos de Lisboa”<sup>37</sup>. Depois de detidos pela polícia administrativa, deviam ser entregues na Provedoria Central de Assistência de Lisboa. Uma vez entregues a esta instituição, tinham de ser internados no seu Refúgio. O mesmo projeto defendia ainda que a Provedoria necessitava de estampar “dísticos nos lugares públicos de Lisboa, recomendando ao público que não dê esmola, salientando que a assistência recolhe e protege todos os indigentes”<sup>38</sup>.

Em 16 de março de 1916, ocorre uma redefinição dos serviços de assistência prestados pelo Estado, com a criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social<sup>39</sup>. Nesta nova pasta ministerial funcionaria uma Direção-Geral de Previdência Social e Subsistências, uma Inspeção de Previdência Social e um Conselho Superior de Previdência Social. A criação deste ministério deveria contribuir para uma “prestação de serviços que outra coisa não eram que de assistência (socorros mútuos, seguros, caixas de pensão e económicas, etc.)”<sup>40</sup>.

A participação de Portugal na I Guerra Mundial e os esforços financeiros e humanos que daí eram inerentes vieram pôr a “descoberto o facto da estrutura da assistência pública se encontrar ainda segundo um modelo anterior à guerra [...], o que criara uma nova situação de constante aumento dos preços dos bens de primeira necessidade”<sup>41</sup>. Aliás, logo em 1917 o funcionamento da assistência pública no Portugal republicano é objeto de análise por parte de António César do Amaral Frazão, para quem, a *Lei da Assistência* não passou “de um leve esboço dessa grande obra de solidariedade humana que a república iniciou e a que todos nós nos devíamos dedicar”<sup>42</sup>.

A questão da gestão da assistência pública também é um elemento importante, pois segundo este autor ela não é uma tarefa fácil por exigir “vastos conhecimentos económicos e científicos e muito principalmente condições especiais de estudo para as diversas espécies de miséria”<sup>43</sup>. A sua análise vai ainda no sentido de dizer que em Portugal “ainda se não compreendeu talvez a alta e complexa missão de assistência, porque desde que ela existe definitivamente organizada, se tem conservado num estado apático verdadeiramente lamentável”<sup>44</sup>.

---

<sup>37</sup> Amaral Frazão, *Assistencia Publica*, Lisboa, Tipografia Caldense, 1919, p. 27.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>39</sup> A partir de 1917, este ministério perde a denominação de Previdência Social.

<sup>40</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 413.

<sup>41</sup> David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, cit., p. 289.

<sup>42</sup> Amaral Frazão, *Algumas Palavras sobre a assistência pública em Portugal*, Lisboa, s.l., 1917, p. 1.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 3.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem. loc. cit.*

Em dezembro do ano em que Amaral Frazão tece as críticas ao funcionamento da assistência pública, ocorre o golpe militar que elevou Sidónio Pais ao poder. No plano da assistência, Sidónio Pais, que foi Presidente da República durante um ano, pretendeu “dar satisfação a todos os descontentamentos que as novas estruturas haviam motivado”<sup>45</sup>. O Ministério do Trabalho ficaria encarregado de tutelar os assuntos relacionados com a assistência pública, hospitalização, saúde e higiene pública. Apesar de a assistência pública estar inserida na orgânica do Ministério do Trabalho, é o Ministério do Interior a conceber aquela que seria a organização de assistência do sidonismo.

Fundada em março de 1918, a *Obra de Assistência 5 de Dezembro*, ou as “sopas do Sidónio”, é a instituição que marcaria o Sidonismo, no que respeita à assistência pública. Esta instituição, que no início se destinava exclusivamente à população de Lisboa, deveria ser um auxílio para uma parte importante dessa população com dificuldades no acesso a bens de primeira necessidade. A dirigi-la estava uma Comissão Central “encarregada do estabelecimento e administração das sopas económicas dentro da cidade de Lisboa”<sup>46</sup>. As “sopas do Sidónio” recebiam um financiamento anual no valor de 100 contos, poucos meses depois aumentado para 250. Ao mesmo tempo, a *Obra de Assistência 5 de Dezembro* é criada no Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Guarda. Para Maria Alice Samara, esta organização foi “uma forma eficaz de criar uma imagem do chefe que resolvia os problemas da sociedade” e a sua criação ocorreu “no seio da «gente moça» que o apoiava, contando com a caridade para o seu funcionamento”<sup>47</sup>.

A 14 de dezembro de 1918, ocorre o assassinato de Sidónio Pais e inicia-se um novo período intitulado *Nova República Velha* (1919-1926). No início desta fase da República ocorrem novas reformas que pretendem ir no sentido de descentralizar o modelo de assistência pública. Assim sendo, a *Obra de Assistência 5 de Dezembro* é extinta como organismo independente, sendo incorporada na Provedoria Central da Assistência de Lisboa.

Em maio de 1919, é lançado um amplo pacote de reformas sociais. No seio desta legislação surge o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Esta nova entidade deveria deter o controlo sobre todas as instituições de assistência pública, “através da Direcção dos Serviços de Tutela dos Organismos da Assistência Pública e Beneficência

---

<sup>45</sup>A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, cit., p. 413.

<sup>46</sup>David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, cit., p. 310.

<sup>47</sup>Maria Alice Samara, “Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»”, in Rosas, Fernando; Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2010, p. 380.

Privada, e da Direcção dos Serviços de Inspeção, Estatística e Cadastro da Assistência”<sup>48</sup>. O poder desta nova organização é ainda acrescido com a passagem para o seu pelouro da Direcção-Geral de Previdência Social, do Conselho Nacional de Assistência Pública e ainda de uma parte dos serviços da Direcção-Geral de Assistência Pública. Para além de conceber esta instituição, a reforma ia no sentido de gerar um sistema de protecção individual. É preciso entender que este tipo de reforma se insere na tentativa de implementar um Estado Providência em Portugal.

A contrapor à problemática do Estado Providência está o Estado higienista, sendo por isso importante assinalar a diferença entre estes dois conceitos. De facto, como sublinhou Miriam Halpern Pereira, “o objectivo do Estado higienista é a protecção da sociedade na sua totalidade, o Estado Providência define-se como um projecto de reforma da sociedade mediante a protecção do indivíduo”<sup>49</sup>.

No que toca à reforma em si, pretendia-se criar um amplo sistema de previdência social. Tirando casos pontuais, como a CUF e os caminhos-de-ferro, onde a entidade patronal se comprometia a participar os subsídios de doença, funeral e pensões de sobrevivência, não existiam quaisquer tipos de seguros sociais. Assim sendo, foi criado um sistema de seguros sociais que abrangia a invalidez, doença, velhice e acidentes de trabalho. Para poderem aceder a estes seguros, os trabalhadores deveriam inscrever-se na associação de socorros mútuos<sup>50</sup> do concelho onde habitassem. Todos os cidadãos entre os 15 e os 75 anos com o rendimento inferior a 900\$00 anuais ficavam obrigados a inscrever-se nestas associações.

No final da I República, em 1925, é extinto o Ministério do Trabalho, o que leva a que todos os serviços de assistência pública retornem ao Ministério do Interior.

### **1.3. Assistência durante a Ditadura Militar e o início do Estado Novo**

À semelhança do que sucedeu em 1911, também na fase inicial da Ditadura Militar ocorreram modificações ao modelo de assistência pública. Em 1927, Vicente Freitas, enquanto Ministro do Interior, legisla no sentido de alterar as condições sanitárias da população portuguesa. Esta legislação manda fundar dispensários de higiene social e postos

---

<sup>48</sup>A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, cit., p. 413.

<sup>49</sup>Miriam Halpern Pereira, “Estado Providência”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 1240.

<sup>50</sup>Sobre as origens das associações de socorros mútuos em Portugal ver, Miriam Halpern Pereira, “As origens do Estado-Providência em Portugal: As novas fronteiras entre público e privado”, in Teixeira, Nuno Severiano, Pinto, António Costa (coord.), *A primeira República Portuguesa- entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 77-89.

de proteção à infância nas cidades de Lisboa e do Porto. Além dos dispensários, também deveriam ser “criados sucessivamente postos de combate à malária nas regiões de incidência periódica de febres do País em conjugação com as câmaras municipais dessas áreas”<sup>51</sup>.

A nova Constituição de 1933, que institui o Estado Novo, não faz, ao contrário da Constituição de 1911, qualquer referência ao direito dos portugueses à assistência pública. Apesar disto, há algumas menções à qualidade de vida dos portugueses. Assim, o artigo 6º estabelece que o Estado deveria “zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana”<sup>52</sup>. Por outro lado, o artigo 41º atribui ao Estado a promoção e favorecimento das “instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade”<sup>53</sup>.

É preciso entender que o Estado Novo recebe “um sistema de assistência social incipiente, onde a intervenção pública se ocupava prioritariamente da coordenação das instituições privadas de ajuda e beneficência”<sup>54</sup>. Em 1937, é criada na Direção-Geral da Assistência uma comissão de estudo tendo em vista a realização de uma reforma dos serviços assistenciais. Passados sete anos, em 1944, é publicado o *Estatuto da Assistência Social*. Este novo estatuto viria a regularizar o funcionamento da assistência pública e da ação sanitária e a promover uma nova organização do sistema hospitalar.

O Estado propunha-se “valer aos males e deficiências dos indivíduos, sobretudo pela melhoria das condições morais, económicas ou sanitárias dos seus agrupamentos naturais”<sup>55</sup>. Naquilo que se refere à questão da assistência, o pensamento salazarista defendia que ela cabia “em primeiro lugar, ao espírito caridoso dos Portugueses, à iniciativa particular e só em parte ao Estado”<sup>56</sup>, afinal uma conceção muito semelhante à que se preconizava no século XIX<sup>57</sup>.

Durante o Estado Novo as misericórdias são consideradas os mecanismos primordiais de assistência nos municípios do país. Assim sendo, ratificam-se várias medidas que visam

---

<sup>51</sup>David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, cit., p. 456.

<sup>52</sup>*Constituição de 1933*, 11 de Abril de 1933, (<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>, acessado em 05.02.2016).

<sup>53</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>54</sup>Carlos Farinha Rodrigues, “Assistência Social”, in Rosas, Fernando; BRITO, J. M. de Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, p. 71.

<sup>55</sup>Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 54.

<sup>56</sup>*Idem, ibidem*, p. 56.

<sup>57</sup>No século XIX, a questão da legitimidade da assistência foi alvo de um amplo debate. Algumas vozes defendiam que os “socorros oficiais” contribuíam para a desvirtuação dos princípios da ciência económica. Por outro lado Ferrão de Carvalho Mártens, ministro em 1867, entendia que sempre que o estado deixava inteiramente nas mãos de particulares a questão da assistência, o número de indigentes aumentava, sendo por isso necessário uma forte intervenção das autoridades públicas, tutelares daqueles. Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência pública”, cit., p. 503.

estimular o seu funcionamento: “isenção do imposto de selo e custas nos processos administrativos, judiciais e fiscais; alteração para 20 anos do prazo mínimo de desamortização de prédios doados ou legados para serem conservados; admissão de enfermeiras religiosas; concessão de subsídios por parte das câmaras”<sup>58</sup>.

Tanto na Ditadura Militar como durante o Estado Novo, continua a repressão sobre a mendicidade<sup>59</sup>. Em 1931, é regulada a proibição da mendicidade nas ruas e lugares públicos; em 1940 estabelecem-se novos processos de ação policial repressiva sobre a mendigaria e em 1947 são criadas leis tendo em vista a proibição da mendicidade em todo o país.

---

<sup>58</sup>Isabel dos Guimarães Sá; Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, cit., pp. 103-104.

<sup>59</sup>Sobre a questão da mendicidade e vadiagem no Estado Novo, ver Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

## Capítulo 2 - O concelho de Condeixa-a-Nova nas quatro primeiras décadas do século XX

No início do século XX, Condeixa-a-Nova é considerada, administrativamente, uma vila de 3ª ordem. Segundo o *Anuario-Commercial de Portugal*, relativo ao ano de 1899, a vila de Condeixa-a-Nova encontra-se a 14 km de Coimbra situada na encosta de um monte na estrada real de Coimbra a Leiria.

Este concelho, que em 1911 ocupava uma área de 136 km<sup>2</sup>, era e é limitado a norte pelo município de Coimbra, a leste por Miranda do Corvo, a sudeste por Penela, a sudoeste e oeste por Soure e a noroeste por Montemor-o-Velho.

A nível da sua divisão, o concelho de Condeixa era composto por 10 paróquias ou freguesias: Anobra, Belide, Bem da Fé, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Ega, Furadouro, Sebal Grande, Vila-Seca e Zambujal.

### 2.1. A população

Um aspeto a ter em conta, quando se faz um estudo sobre uma vila, é o da sua população. Para compreendermos este elemento, é necessário fazer uma ligação com a situação da população portuguesa neste início de século.

Na segunda metade do século XIX, entre 1860-1890, ocorre uma expansão demográfica em Portugal, o que leva a que o país consiga alcançar um crescimento anual de 1,2%<sup>60</sup>. Esta expansão demográfica é interrompida no último decénio da centúria. O século XX inicia-se “com uma década em que o crescimento populacional pareceu retomar novo ímpeto e a taxa de crescimento anual subiu para 1%”<sup>61</sup>.

Segundo os censos de 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940 é possível verificar que em Portugal se regista um aumento da população. Em 1900 viviam no nosso país 5.423.132 de pessoas; em 1911 acontece um ligeiro acréscimo da população, que passa para 5.960.056. Em 1920, é atingida a fasquia dos 6 milhões de pessoas, mais concretamente 6.080.135. No ano de 1930 a população portuguesa é de 6.802.429. No início dos anos quarenta a população é de 7.755.423 habitantes. No que toca ao local de residência da população portuguesa, em 1900,

---

<sup>60</sup>Sacuntala de Miranda, “A Base Demográfica” in Marques, A. H. de (coord.), *Nova História de Portugal*, Vol. X, *Da Monarquia para a República*, Serrão, Joel; Marques, A. H. de (dir.), Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 14.

<sup>61</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

3.642.821 portugueses residiam em freguesias rurais, 927.274 em vilas e 853.037 nas 31 cidades existentes em Portugal<sup>62</sup>.

Dado que Condeixa se insere no distrito de Coimbra, é importante fazer uma referência à sua população. Assim, em 1900 a população de facto deste distrito é de 332.168 habitantes<sup>63</sup>, de 359.387 em 1911<sup>64</sup>, em 1920 de 353.21<sup>65</sup>, 387.808 no ano de 1930<sup>66</sup> e 411.677 em 1940<sup>67</sup>. Em relação à densidade populacional do distrito, em 1900, verificamos a existência de 85 habitantes por km<sup>2</sup>; 92 habitantes em 1911; 90,4 em 1920<sup>68</sup>; 98 em 1930<sup>69</sup> e 104 em 1940<sup>70</sup>. No que toca à densidade populacional do município em estudo, temos 85 habitantes por km<sup>2</sup> em 1900; 92,3 em 1911; 90 em 1920<sup>71</sup> e 99.6 nas décadas de 1930<sup>72</sup> e 1940<sup>73</sup>.

Tratando da população do concelho de Condeixa, podemos referir que este concelho inicia o século XX com 11.602 habitantes<sup>74</sup> e no final da primeira década deste novo século passa para 12.553<sup>75</sup>. No censo de 1920, assiste-se a uma diminuição de 203 habitantes, passando este município a ter 12.350 habitantes. Este retrocesso populacional encontra-se relacionado com dois fatores, que influenciaram o país neste período: “a explosão da emigração nos anos antes da guerra e as epidemias trazidas pelo conflito global, em particular

---

<sup>62</sup>Teresa Ferreira Rodrigues, “O século XIX”, in Rodrigues, Teresa (coord.), *História da população portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 2008, p. 346.

<sup>63</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, Volume 1º, 1900, p. 48, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1900](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900), acedido em 5.03.2016).

<sup>64</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1911*, Direcção Geral de Estatística, Volume 1º, 1911, p. 94, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1911](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911), acedido em 5.03.2016).

<sup>65</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, Direcção Geral de Estatística, Volume 2º, 1920, p. 74, [[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1911](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911), acedido em 5.03.2016].

<sup>66</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, Direcção Geral de Estatística, 1930, p.78, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1930](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1930), acedido em 22.04.2016).

<sup>67</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, Sociedade Tipográfica L.<sup>da</sup>, Volume VII, Distrito de Coimbra, 1944, p. 12, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=72385318&PUBLICACOESmodo=2](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72385318&PUBLICACOESmodo=2), acedido em 5.03.2016).

<sup>68</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, cit., p. 261.

<sup>69</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, cit., p. 267.

<sup>70</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, cit., p.18.

<sup>71</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, cit., p. 265.

<sup>72</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, cit., p. 267.

<sup>73</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, cit., p. 12.

<sup>74</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, cit., p. 120.

<sup>75</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1911*, cit., p. 98.

a terrível Gripe Espanhola, a maior pandemia do século XX”<sup>76</sup>. Num telegrama enviado a 4 de junho de 1920, Artur Fernando Neves, na qualidade de administrador do concelho, informa o governador civil que, devido “á imigração de bastantes pessoas, são necessários para os trabalhos agrícolas neste concelho, o maior numero possível de braços”, mas quanto aos “braços necessários” lhe é “inteiramente impossível fazer o seu número”<sup>77</sup>. Em 1930, ocorre um novo aumento da população, atingindo-se os 12.963 habitantes<sup>78</sup>. No início da década de quarenta a população deste concelho é de 13.374<sup>79</sup>.

### Quadro I - População das freguesias do concelho de Condeixa entre 1900-1940

Freguesias	1900	1911	1920	1930	1940
Anobra	880	967	1.011	1.094	1.188
Belide	203	234	216	263	234
Bem da Fé	243	•	•	•	230
Condeixa-a-Nova	1.692	1.808	1.895	1.950	1.997
Condeixa-a-Velha	1.831	2.019	2.022	2.198	2.260
Ega	2.413	2.621	2.557	2.732	2.836
Furadouro	506	562	513	505	512
Sebal Grande	1.540	1.806	1.657	1.763	1.851
Vila Seca	1.342	1.618	1.597	1.559	1.391
Zambujal	852	918	882	899	875
Total	11.602	12.553	12.350	12.963	13.374

Fonte: Censos da População, 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940.

Fazendo uma relação da distribuição da população de Condeixa pelas suas freguesias, é de referir que a maior era a Ega e não a sede do concelho, que se escalonava, aliás, só em terceiro lugar. No último recenseamento realizado na Monarquia Constitucional viviam na Ega 1.266 mulheres e 1.147 homens<sup>80</sup>. No recenseamento de 1940, esta freguesia apresenta um aumento de 423 habitantes em relação àquele recenseamento. Comparativamente com o recenseamento de 1900, em 1940 verificamos um acentuar do predomínio das mulheres sobre

<sup>76</sup>António José Telo, “População e Sociedade” in *História Contemporânea de Portugal:1808-2010*, Vol. 3 (A Crise do Liberalismo, 1890-1930), Nuno Severiano Teixeira (Coord.); António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (Dir.), Lisboa, Objectiva, 2014, p. 159.

<sup>77</sup>Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Ofício, nº788, 05.06.1920, Correspondência recebida no Governo Civil de diversas autoridades*, AUC/GCC/GID/E2/T3/483.

<sup>78</sup>Instituto Nacional de Estatística, VII *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, Direcção Geral de Estatística, 1930, cit., p. 80.

<sup>79</sup>Instituto Nacional de Estatística, VIII *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, Direcção Geral de Estatística, Volume 7º, 1940, cit., p. 22.

<sup>80</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, cit., p.120.

os homens (1594-1242)<sup>81</sup>. Um fator que justifica estes números é o de esta freguesia ser composta por 29 povoações<sup>82</sup>.

Em contraponto com a freguesia da Ega, estava Belide que era aquela que detinha o menor número de habitantes. Um dado que devemos referir, no que toca ao recenseamento de 1900, é o de que Belide não era a freguesia com o menor número de povoações sendo, detentora desse título Bem da Fé, constituída unicamente por si.

É necessário mencionar que nas quatro primeiras décadas do século XX, houve um predomínio do sexo feminino face ao sexo masculino em todo o concelho: 6.261-5.341 em 1900; 6.774-5.779 em 1911; 6.791-5.559 em 1920; 7.092-5.871 em 1930 e 7.220-6.154 no ano de 1940. De resto, este é um elemento que acompanha a tendência que se verifica em Portugal: 2.614.156-2.402.11 em 1900; 2.911.028-2.636.80 em 1911; 3.177.173-2.855.818 em 1920; 3.570.007-3.255.876 no ano de 1930 e 4.021.075-3.734.348 em 1940. No distrito de Coimbra também verificamos essa discrepância crescente: 179.950-152.218 em 1910; 196.487-162.900 em 1911; 193.436-159.685 em 1920; 209.911-177.897 no ano de 1930 e, em 1940, 222.848-192.976. João Evangelista, na obra que elaborou sobre a população portuguesa entre 1864 e 1960, considera normal este predomínio do sexo feminino em Portugal, pois “nascem mais homens que mulheres, mas os óbitos daqueles são em maior número”<sup>83</sup>. A isso, deve acrescentar-se o fenómeno da emigração, superior no sexo masculino.

Relativamente a esta diferença, devemos apurar se ela se verifica em todas as freguesias do concelho, sendo por isso oportuno traçar a proporção de homens/mulheres:

---

<sup>81</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, Direcção Geral de Estatística, Volume 7º, 1940, cit., p. 22.

<sup>82</sup>As 29 povoações são: Ameixeira, Areias, Arrifana, Barreiros, Barrio, Campizes, Casal da Cruz, Casal de Fernão Domingues, Casal da Fonte, Casal do Missa, Casal de Pedro Vaz, Casal da Barreira, Casével, Castel, Fornos, Cortezes, Ega, Freiras, Picota, Ponte da Ega, Portela, Presa, Quinta do Vale, Rebolia, Roxio, S. Fipo, Serrazina, Vale de Janes e V. Real.

<sup>83</sup>João Evangelista, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1971, p. 204.

**Quadro II - Percentagem de Homens e Mulheres nas freguesias de Condeixa-a-Nova entre 1900-1940**

Freguesias	1900		1911		1920		1930		1940	
	Homens	Mulheres								
Anobra	47.5%	53.5%	47.2%	52.8%	47,2%	52.8%	47.2%	52.8%	48.4%	51.6%
Belide	40.8%	52.2%	41.4%	58.6%	38%	62%	44.1%	55.9%	42.7%	57.3%
Bem da Fé	45.3%	54.7%	•	•	•	•	•	•	45.2%	54.8%
Condeixa-a-Nova	45%	55%	46%	54%	45%	55%	43.8%	55.2%	44.3%	55.7%
Condeixa-a-Velha	45.4%	54.6%	45%	55%	45%	55%	47%	53%	46.8%	53.2%
Ega	47.5%	52.5	46%	54%	44.7%	55.3%	44%	56%	43.8%	56.2%
Furadouro	47%	53%	49.4%	50.6%	47.3%	52.7%	44.8%	55.2%	47.3%	52.7%
Sebal Grande	47%	53%	47.5%	52.5%	46.1%	53.9%	45.2%	54.8%	45.7%	54.3%
Vila Seca	44.5%	55.5%	44.6%	55.4%	42.4%	57.6%	43.4%	56.6%	47.3%	52.7%
Zambujal	45%	55%	45.6%	54.4%	45.4%	54.6%	48%	52%	50.3%	49.7%

Fonte: *Censos da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940.*

Como é possível observar, perante os dados apresentados no Quadro II, a estrutura populacional de Condeixa é dominada pelo sexo feminino em todo o concelho. Verifica-se também que o maior aumento de percentagem feminina, entre 1900 e 1940, se verifica nas freguesias de Belide e Vila Seca.

Outra questão que não podemos deixar de referir é a da alfabetização da população. Segundo o recenseamento de 1900, 9.628 dos habitantes de Condeixa eram analfabetos e apenas 1.974 sabiam ler<sup>84</sup>. Em 1911, temos 9.994 analfabetos e 2.559 alfabetizados<sup>85</sup>. No ano de 1920, Condeixa possui 9.358 iletrados e 2.992 letrados<sup>86</sup>. Nas décadas de trinta e quarenta ocorre uma diminuição do número de analfabetos. Assim em 1930 temos 8.957 pessoas que não sabiam ler e 4.006 que sabiam ler<sup>87</sup>. No início dos anos quarenta, 5.052 condeixenses sabiam ler e 8.322 eram analfabetos<sup>88</sup>. Dentro dos dados que foram apresentados devemos referir que a taxa de analfabetismo era sempre maior entre as mulheres: 94.8% em 1900<sup>89</sup>; 91.4% em 1911<sup>90</sup>; 87.4% em 1920<sup>91</sup>; 80.9% em 1930 e 74.6% no início da década de

<sup>84</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, cit., p. 121.

<sup>85</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1911*, cit., p. 99.

<sup>86</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, cit., p. 265.

<sup>87</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, Direcção Geral de Estatística, 1930, cit., p. 80.

<sup>88</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, Direcção Geral de Estatística, Volume 7º, 1940, cit., p. 22.

<sup>89</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, cit., p. 121.

<sup>90</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1911*, cit., p. 99.

<sup>91</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, cit., p. 265.

quarenta. Já relativamente aos homens essa taxa era de: 69.1% em 1900<sup>92</sup>; 65.8% em 1911<sup>93</sup>; 61.5% em 1920<sup>94</sup>; 54.8% em 1930<sup>95</sup> e 47.7% no ano de 1940<sup>96</sup>.

**Quadro III - População analfabeta nas freguesias de Condeixa em 1900-1940**

Freguesias	Analfabetos									
	Homens					Mulheres				
	1900	1911	1920	1930	1940	1900	1911	1920	1930	1940
Anobra	317	344	377	310	338	457	507	530	509	564
Belide	54	72	52	66	51	118	134	127	132	99
Bem da Fé	59				24	131				84
Condeixa-a-Nova	382	413	366	376	310	742	742	706	754	611
Condeixa-a-Velha	572	514	523	461	439	1.022	1.015	994	900	878
Ega	929	914	749	693	664	1.219	1.312	1.272	1.245	1.217
Furadouro	198	184	194	134	132	268	278	269	227	239
Sebal Grande	626	710	635	577	464	796	904	858	859	809
Vila Seca	313	384	321	356	298	726	819	749	712	535
Zambujal	240	384	205	247	218	459	479	431	399	348
Total	3.690	3.804	3.422	3.220	2.938	5.938	6190	5.936	5.737	5.384

Fonte: Censos da População, 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940.

**Quadro IV - População alfabetizada nas freguesias de Condeixa em 1900-1940**

Freguesias	Alfabetizados									
	Homens					Mulheres				
	1900	1911	1920	1930	1940	1900	1911	1920	1930	1940
Anobra	103	112	100	206	237	3	4	4	69	49
Belide	29	25	30	50	49	2	3	7	15	35
Bem da Fé	51				80	2				42
Condeixa-a-Nova	380	418	489	498	574	188	235	334	322	502
Condeixa-a-Velha	305	398	392	570	624	32	92	113	267	319
Ega	218	291	394	509	578	47	104	142	285	377
Furadouro	40	94	49	92	110		6	1	52	31

<sup>92</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, cit., p. 121.

<sup>93</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1911*, cit., p. 99.

<sup>94</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, cit., p. 265.

<sup>95</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, Direcção Geral de Estatística, 1930, cit., p. 80.

<sup>96</sup>Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, Direcção Geral de Estatística, Volume 7º, 1940, cit., p. 22.

Sebal Grande	98	149	130	220	382	20	43	34	107	193
Vila Seca	284	338	357	321	360	19	77	170	170	198
Zambujal	143	150	196	185	222	10	20	50	68	87
Total	1.651	1.975	2.137	2.651	3.216	323	584	855	1.355	1.836

Fonte: Censos da População, 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940.

Segundo o *Anuario-Commercial de Portugal*, no final de oitocentos existiam escolas em 8 lugares do Concelho: Anobra, Atadoa, Bruscos, Condeixa-a-Nova, Ega, Furadouro, Sebal Grande e Zambujal. Nestas escolas lecionavam nove professores<sup>97</sup>. Condeixa-a-Nova merece uma referência por ser o único lugar onde existiam duas escolas, sendo uma para cada sexo<sup>98</sup>. Em Condeixa-a-Nova os docentes eram auxiliados por um monitor<sup>99</sup>.

Em 1910 são 13 os professores, que lecionam neste Concelho<sup>100</sup>. Em cinco freguesias existem dois professores: Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Ega; Sebal Grande e Vila Seca. Relativamente ao ano de 1910, o *Anuario-Commercial de Portugal* não nos fornece o nome das aldeias onde havia escolas, fazendo apenas alusão aos professores existentes nas freguesias<sup>101</sup>.

No início da década de vinte, 16 professores lecionavam em Condeixa-a-Nova<sup>102</sup>. Nas freguesias de Condeixa-a-Nova e Ega ensinavam três professores, enquanto em Condeixa-a-Velha, Sebal Grande e Vila Seca lecionavam dois professores. Com exceção da freguesia da Ega, onde nos é referida a existência de uma escola na Arrifana, o *Anuario-Commercial de Portugal* relativo a 1920, não nos fornecer o nome das aldeias onde funcionavam as escolas.

<sup>97</sup>As mulheres deste grupo de professores eram: Ana Carmelina Guia (Condeixa-a-Nova) e Maria do Carmo Freire de Sousa (Ega). Os homens eram: Joaquim Augusto Simões (Anobra); A. Rodrigues (Ega); José Dias Videira (Furadouro); Jerónimo Augusto Pereira (Sebal Grande); José Simões Mateus (Vila Seca) e Francisco António Roseiro (Zambujal).

<sup>98</sup>Augusto Conceição Santos, *Condeixa-a-Nova*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1899, p. 122.

<sup>99</sup>*Anuario-Commercial de Portugal. 1910*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1910, p. 928.

<sup>100</sup>As mulheres deste grupo de professores eram: Maria Matilde Ribeiro (Anobra); Laura de Castro Corte Real (Condeixa-a-Nova); Rosa Augusto Baptista (Condeixa-a-Velha); Maria Rosa da Silva e Maria do Carmo Freire de Sousa (Ega); Maria da Conceição Ramalho Dias (Sebal Grande) e Carolina Emília Baptista Malho (Vila Seca). Os colegas homens eram: Joaquim Augusto Simões (Condeixa-a-Nova); José Simões Cravo (Condeixa-a-Velha); José Dias Videira (Furadouro); José Simões Paiva (Sebal Grande); José Simões Mateus (Vila Seca) e Higinio António Roseiro (Zambujal).

<sup>101</sup>*Anuario-Commercial de Portugal 1910*, cit., pp. 1892-1893.

<sup>102</sup>As mulheres deste grupo de professores eram: Maria do Céu Moura (Anobra); Aida d'Aguiar Ferraz (Belide), Maria Conceição Knopfli (Condeixa-a-Nova); Rosa Augusto Baptista (Condeixa-a-Velha); Maria Rosa da Silva (Ega); Guilhermina Augusto Passos (Ega-Arrifana); Laura Correia Roseiro (Sebal Grande) e Carolina Emília Baptista Malho (Vila Seca). Os homens deste grupo de professores eram: Alberto Carlos Martins (Condeixa-a-Nova); Joaquim d'Oliveira Cardoso (Condeixa-a-Nova); José Simões Cravo (Condeixa-a-Velha); Manuel Falcão Júnior (Ega); José Simões Videira (Furadouro); José Simões de Paiva (Ega); Manuel Simões Geraldo (Vila Seca) e Higinio António Roseiro (Zambujal).

Nas décadas de trinta e quarenta observa-se uma diminuição do número professores em todo o concelho. Assim em 1930, lecionavam 12 professores em todo o município<sup>103</sup>. Nas freguesias de Condeixa-a-Nova, Ega, Sebal Grande e Vila Seca ensinavam dois professores, enquanto na Anobra, Belide, Bem da Fé e Condeixa-a-Velha só havia um. Na transição para a década de quarenta, mais precisamente em 1939, intensifica-se esta diminuição de docentes. O número de professores passa para nove, sendo que três instruíam em Condeixa-a-Nova e dois em Vila Seca, e nas freguesias de Anobra, Belide, Condeixa-a-Velha e Ega o ensino estava a cargo de apenas um professor<sup>104</sup>. As paróquias de Bem da Fé, Furadouro, Sebal Grande e Zambujal não possuíam nenhum responsável por esta área.

## 2.2. Setores de atividade

### 2.2.1. Trabalhos relacionados com a agricultura

Neste período, a população de Condeixa é na sua grande maioria rural, sendo a agricultura o seu principal meio de subsistência. Não nos podemos esquecer de que a agricultura tinha um peso enorme na economia portuguesa, sendo por isso de assinalar que, em 1911, “58% dos portugueses viviam directamente dos rendimentos do trabalho agrícola”<sup>105</sup>.

Santos Conceição, na monografia que escreve sobre Condeixa-a-Nova, classifica os condeixenses que trabalham e vivem da agricultura como “gente laboriosa, de boa alma, sã e forte, como os raios de Sol que beijam aquêles campos que são o seu apêgo, a sua alegria e a sua canseira”<sup>106</sup>. Para se compreender o dia-a-dia deste tipo de trabalho, podemos dizer que a duração de um dia de trabalho andava à volta de 17 horas, sendo que o camponês tinha necessidade de trabalhar “de noite nas suas terras, para aproveitar o dia no trabalho a

---

<sup>103</sup>As mulheres deste grupo de professores eram: Berta Luísa de Almeida Lemos (Anobra); Maria de Lurdes Capelo Ribeiro Cabral (Belide); Emília Isaura (Bem da Fé); Guilhermina Augusta Passos (Condeixa-a-Nova); Alice Resina Pinto Varela (Condeixa-a-Velha); Estela Augusta Galvão (Ega); Matilde Ribeiro (Sebal Grande); Carolina Emília Baptista Malho (Vila Seca). Os homens deste grupo eram: Alberto Carlos Martins (Condeixa-a-Nova); Manuel Falcão Júnior (Ega); José Simões Paiva (Sebal Grande) e Manuel Telles Sampaio (Vila Seca).

<sup>104</sup>As mulheres deste grupo de professores eram: Arminda de Moura e Silva (Anobra); Maria de Lurdes Capelo Ribeiro Cabral (Belide); Maria Irene Alves Ribeiro e Silva e Rita Monteiro (Condeixa-a-Nova); Maria do Carmo de Jesus Nave (Condeixa-a-Velha); Carolina Emília Baptista Malho (Vila Seca). O único homem deste grupo era António de Jesus Pita (Vila Seca).

<sup>105</sup>Maria Carlos Radich; Fernando Oliveira Baptista, “Agricultura” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 41.

<sup>106</sup>Augusto Santos Conceição, *Condeixa-a-Nova*, cit., p. 111. Fernando-António Almeida na obra *Condeixa, lugar de grande estrada. Quadros para a sua história*, refere que, no século XVIII, a produção agrícola concelhia se encontra dominada pela chamada “triade mediterrânica”: trigo, azeite e vinho. Segundo o mesmo autor, neste período introduziram-se novos elementos como o milho mais.

jornal”<sup>107</sup>. A juntar a este aspeto devemos referir a questão do valor ganho por aqueles que trabalhavam à jorna. Artur Fernando Neves, no telegrama a que já aludimos anteriormente, menciona que no concelho de Condeixa “o preço dos jornais varia de 1\$20 a 2\$, por dia”<sup>108</sup>.

A maioria do trabalho agrícola praticado neste concelho baseava-se essencialmente na produção de “muito azeite, milho, feijão, arroz, batata, cebolas, hortaliças e frutas”<sup>109</sup>. Um impulso dado a este tipo de produção era a existência de vários negócios na vila. Assim sendo, no início do século XX, verificamos a presença de 6 negociantes de azeite<sup>110</sup>, de 4 produtores de cereais<sup>111</sup> e de 1 depósito de vinho<sup>112</sup>.

A criação de gado é uma atividade ligada à agricultura, o que se verifica também neste concelho. No Portugal do início do século XX, a criação de gado “representava o mais importante capital de exploração agrícola”<sup>113</sup>. Para o amanho das terras e os habituais transportes que se realizavam nas aldeias, utilizavam-se sobretudo bois, burros e vacas. Na adubação das terras, usava-se o estrume animal<sup>114</sup>.

Um elemento constante em todo o concelho é a criação de gado caprino e bovino. Os criadores de cabras deveriam inscrever anualmente na secretaria da Câmara, durante o “mez de Janeiro o numero de suas rezes”<sup>115</sup>. Deveriam igualmente matricular as crias das cabras logo que essas atingissem 6 meses de idade. Como forma de ser perceptível a sua presença, as cabras deveriam trazer “cada uma um chocalho ou campainha audível a mais de 200m”<sup>116</sup>. Eram dispensados desta inscrição os proprietários ou cultivadores “que em terreno seu tragam

---

<sup>107</sup>Joaquim Cabral Rolo, “População Agrícola e Rural” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 320.

<sup>108</sup>AUC, *Ofício*, nº788, 05.06.1920, *Correspondência recebida no Governo Civil de diversas autoridades*, AUC/GCC/GID/E2/T3/483.

<sup>109</sup>Augusto Conceição Santos, *Condeixa-a-Nova*, cit., p. 112. Deve-se ter em conta que esta era uma prática que ia ao encontro daquilo que era praticado no resto do distrito. Em 1906, da área cultivada no distrito de Coimbra, 165.635.05 hectares pertenciam às culturas arvenses e hortenses e 24.447.25 a olivais. Joaquim Correia da Silva, “Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra”, *O Instituto*, nº 9, vol. 67, 1920, p. 439.

<sup>110</sup>Os negociantes de azeite em causa são: Alcobaça & Geraldo (além do azeite também negociavam cereais); António dos Santos Lourenço; José Bernardino Duarte; José dos Santos Florentino; Moita & Rodrigues e Varella & Alcobaça. *Anuario-Commercial de Portugal.1920*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1920, p. 2425.

<sup>111</sup>Os produtores de cereais são: Abílio José Lopes Pereira; a firma António Augusto de Mattos de Mancellos & Irmão; Manuel Simões Alegre e o herdeiro do Visconde de Vale do Mouro. *Anuario-Commercial de Portugal.1920*, cit., p. 2425.

<sup>112</sup>O dono do depósito de vinho era Manuel Simões Moita. Além do depósito de vinho, também se vendia vinho a miúdo ou ao copo em Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha. *Anuario-Commercial de Portugal. 1920*, cit., 1920, p. 2426.

<sup>113</sup>A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, cit., p. 170.

<sup>114</sup>Não podemos deixar de referir a existência de adubos químicos que poderiam ser adquiridos no Sindicato Agrícola de Condeixa-a-Nova.

<sup>115</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, Figueira, Tip. Popular de Manuel J. Cruz, p. 22.

<sup>116</sup>*Idem*, loc. cit.

até duas cabras presas á corda”<sup>117</sup>. O criador de gado era obrigado a apascentar as cabras “única e exclusivamente de dia e em terreno de sua propriedade, ou n`aqueles de cujos donos tenham obtido licença por escrito”<sup>118</sup>. Por cada 10 cabeças de gado, os criadores deveriam ter um condutor.

Segundo o recenseamento de gado bovino, elaborado pelo Governo Civil de Coimbra em 1916 e que contou com a participação de 782 declarantes, existiam em Condeixa 584 bois, 774 vacas e 8 vitelos<sup>119</sup>. Sobre a figura do declarante refira-se que este podia não ser criador de gado, isto é, poderia apenas prestar informação sobre um determinado vizinho, familiar ou aldeia onde se verificasse a existência da criação de gado bovino. E a informação por ele prestada poderia ser ou não verídica.

**Quadro V - Relação de gado bovino no Concelho de Condeixa em 1916**

Freguesias	Nº de declarantes	Bois	Vacas	Vitelos	Total de animais por Freguesias
Anobra	103	27	168	•	195
Belide	23	10	20	•	30
Bem da Fé	5	10	•	•	10
Condeixa-a-Nova	22	31	9	1	41
Condeixa-a-Velha	102	105	57	2	164
Ega	285	175	296	2	473
Furadouro	76	45	103	1	149
Sebal Grande	89	66	90	2	158
Vila Seca	23	40	1	•	41
Zambujal	54	75	30	•	105
Total	782	584	774	8	1366

Fonte: *Recenseamento pecuário-gado bovino (estatística)*, 1916 (cx) AUC/GCC/CAEP/E15/T3/5.

Como é possível verificar pelo Quadro III, a paróquia onde se concentra uma maior criação de gado bovino é a da Ega. Esta é igualmente a freguesia onde são criados os maiores números de bois e vacas. A nível da criação de vitelos esta paróquia surge empatada, juntamente com Condeixa-a-Velha e Sebal Grande, criando dois vitelos cada uma. No sentido oposto a freguesia onde é criado o menor número de cabeças de gado bovino é a Bem da Fé,

<sup>117</sup>*ibidem*, p. 23.

<sup>118</sup>*ibidem*, loc. cit.

<sup>119</sup>AUC, *Recenseamento pecuário-gado bovino (estatística)*, 1916 (cx), AUC/GCC/CAEP/E15/T3/5.

onde não são criados nem vacas nem vitelos. Esta freguesia, a par de Belide, cria 10 bois, sendo que nesta última paróquia são criadas 20 vacas. Além da Bem da Fé, também Anobra, Belide, Vila Seca e Zambujal não apresentam nenhum vitelo.

Um dos principais motivos que levava, e leva, à criação de gado era o retorno financeiro que provinha desta atividade. Para Irene Vaquinhas, são diversos os fatores que permitem a rentabilização desta atividade, sendo de destacar “o apelo crescente dos consumos urbanos, primeiro de carnes, depois de laticínios, a multiplicação das vias de comunicação, facilitando o escoamento dos produtos”<sup>120</sup>.

Dado que estamos a falar da criação de gado, é oportuno fazer uma breve referência à questão do consumo de carne e de laticínios em Condeixa-a-Nova. Nas duas primeiras décadas do século XX, verificamos a existência de talhos e salchicheiros. O facto de haver talhos e salchicheiros fazia com que a população, principalmente a que morava na freguesia de Condeixa-a-Nova, pudesse aceder a um bem de primeira necessidade<sup>121</sup>. A existência deste tipo de comércio era favorável ao escoamento do gado criado nas aldeias do município.

Sobre os laticínios, mencione-se em primeiro lugar a exportação de queijos do Rabaçal<sup>122</sup>, freguesia do concelho de Penela, mas cuja sede de negócio, segundo o *Anuario-Commercial de Portugal* nas suas edições de 1910, 1920 e 1930, ficava situada na vila de Condeixa-a-Nova. Além da venda de queijos, temos de referir a venda de leite e manteiga. Em 1910, na secção de publicidade do jornal *A Voz do Povo*, é feita menção à venda destes dois produtos na Quinta do Palácio de Condeixa. Segundo o mesmo anúncio publicitário, nesta Quinta vendia-se “Leite a 50 reis o Litro”<sup>123</sup> e “Manteiga a 1:000 reis o Kilo”<sup>124</sup>. Mais tarde, na década de trinta, seria fundada uma leitaria, cuja propriedade pertencia a José da Costa Moita<sup>125</sup>.

Outro negócio que estava relacionado com a criação de gado caprino e ovino era o das lãs e peles. No caso das ovelhas, era necessário tosquiá-las regularmente. Nas aldeias era frequente ocorrer um aproveitamento desta matéria para o fabrico de camisolas e mantas. Relativamente às cabras, quando estas eram abatidas, fazia-se um aproveitamento da sua pele

---

<sup>120</sup>Irene Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p. 136.

<sup>121</sup>Sobre o consumo de carne convém aludir ao facto de os portugueses, no início da I República, comerem uma média de 20 kg de carne anualmente o que era excessivamente pouco tendo em conta que a ciência económico-nutritiva recomendava um consumo de 116kg.

<sup>122</sup>*Anuario-Commercial de Portugal*. 1920, cit., p. 2425.

<sup>123</sup>*A Voz do Povo: semanário defensor dos concelhos de Condeixa, Penela e Miranda do Corvo*, Anno I, Condeixa, 3 de dezembro de 1910, nº1, p. 4.

<sup>124</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>125</sup>*Anuario-Commercial de Portugal*. 1939, vol. II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1939, p. 2589.

para a confecção de roupas. Os criadores de gado que não lhes davam uma utilidade caseira tinham a opção de poder vendê-las. Este tipo de negócio era exercido no município, sendo que em 1939, o negócio de lãs e peles era executado unicamente por Carmo Pessoa<sup>126</sup>.

### 2.2.2. Feiras, serviços, indústria e meios de comunicação

Além dos negócios anteriormente referidos, também se devem mencionar as feiras e mercados que se realizavam no concelho e que eram um importante ponto de venda dos produtos agrícolas e alimentares anteriormente referidos. Neste âmbito, devemos destacar as duas feiras mensais de gado mais importantes. A primeira realizava-se “no lugar da Barreira nos dias 4 de cada mez e d’ahi lhe vem a denominação da *Feira dos Quatro*”<sup>127</sup>. Ao dia 19 de cada mês, ocorria no Sebal Grande “uma feira de gado suíno, bovino e caprino, de bastante concorrência”<sup>128</sup>. Realizavam-se também duas feiras anuais na Ega, nomeadamente a feira de S. Braz a 3 de fevereiro e a feira de S. Martinho a 11 de novembro. Nestas duas feiras era costume vender-se “madeiras, artefactos, ferragens, mobiliário, alfaia agrícola, panos, calçado, ouro”<sup>129</sup>.

Na vila realizar-se-ia todas as terças e sextas-feiras o mercado semanal, na Praça da República e no Largo Rodrigo da Fonseca Magalhães. Aqui ocorria uma abundância de “fructas, hortaliça, etc”<sup>130</sup>. Os comerciantes que pretendessem participar nestas feiras e mercados deveriam cumprir um conjunto de regras impostas pela Câmara Municipal. Assim, eram proibidos de exercer qualquer tipo de indústria ou comércio “fora dos lugares previamente designados pela Camara”<sup>131</sup>. Os infratores desta norma seriam ainda obrigados “á remoção dos objectos expostos para o lugar que lhes fôr competentemente indicado”<sup>132</sup>. Uma outra questão estipulada era a da necessidade de os comerciantes serem educados, estando por isso proibidos de utilizar “gestos e palavras indecentes para com os compradores”<sup>133</sup>.

Para o exercício da sua atividade, lojistas, merceeiros, comerciantes e feirantes deveriam “estar sempre prevenidos dos pesos e medidas competentemente afilados,

---

<sup>126</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>127</sup>*Anuario-Commercial de Portugal. 1910, cit., p. 1891.* Esta feira havia sido criada por uma resolução camarária de 13 de junho de 1840.

<sup>128</sup>Augusto Santos Conceição, *Condeixa-a-Nova*, cit., p. 114.

<sup>129</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., 1914, p. 18.

<sup>130</sup>*Anuario-Commercial de Portugal. 1910, cit., p. 1891.* A realização destes mercados é uma tradição que se mantem até aos nossos dias.

<sup>131</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p.18.

<sup>132</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>133</sup>*Ibidem*, p.19.

necessários para o exercício do seu respectivo comercio”<sup>134</sup>. A afinação destes instrumentos de trabalho deveria ser feita durante todo o mês de maio. Fora deste mês, só eram afinados pesos e medidas novos que fossem adquiridos pelos comerciantes ou então para aqueles que pretendessem abrir ou reabrir o seu negócio. Sempre que fosse necessário utilizar os pesos e medidas, os comerciantes estavam interditados de “dar peso menor do que o que pretende o comprador, sem que releve a desculpa de se haver enganado o vendedor”<sup>135</sup>. Caso não fossem cumpridas as regras referidas, o comerciante era obrigado a pagar à Câmara Municipal uma multa de 1\$00.

Entre 1920 e 1940, verifica-se um acréscimo da oferta de serviços, com principal incidência para o aumento de agências bancárias. Das oito instituições existentes em 1920, devemos destacar principalmente duas: o Banco de Portugal e o Banco Pinto & Sotto Mayor. Passada uma década, verifica-se a abertura de novas instituições financeiras. Dentro deste novo quadro bancário, é conveniente referir que a sociedade Moita & Rodrigues era detentora das agências dos Bancos Nacional Ultramarino, José Henriques Totta, Espírito Santo e outros<sup>136</sup>. Em meados da década de 30 o Banco Pinto & Sotto Mayor encerra a sua sucursal.

A nível da indústria, em 1920 deparamo-nos com uma fábrica de telha e tijolos no Sebal Grande e cinco fornos de cal na Ega. A existência deste tipo de indústria era importante, pois permitia aos mestres-de-obras acederem facilmente a materiais para as construções que realizavam<sup>137</sup>.

Em Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha verifica-se uma proliferação da indústria de moagem, de alveiros e azeite. Na fábrica de Condeixa-a-Nova, cuja propriedade pertence a D. António Lopes Quaresma Bacelar de Vasconcelos, era possível realizar moagem a vapor. Esta fábrica também tinha a função de lagar de azeite<sup>138</sup>. Já em Condeixa-a-Velha, havia três fábricas e depósitos de mós e alveiros. De referir que uma das fábricas era da propriedade de uma mulher. Apesar de não sabermos o seu nome, é possível saber que era viúva de José Pires do Rio.

Os proprietários destas fábricas eram obrigados a cumprir algumas disposições impostas pela Câmara Municipal. Os donos das mós deveriam restituir “em boa farinha o grão que houveram recebido para moer”<sup>139</sup>. No local onde funcionava a mó deveria estar “limpo o

---

<sup>134</sup>*Ibidem, loc. cit.*

<sup>135</sup>*Ibidem, loc. cit.*

<sup>136</sup>*Anuario-Commercial de Portugal. 1930, vol. II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1930, p. 2648.*

<sup>137</sup>Em 1920 eram 4 os mestres-de-obras existentes em Condeixa: António Loio Cera; José Branco; Júlio Augusto Quaresma e Luís Simões Rainho. *Anuario-Commercial de Portugal-1920, cit., p. 2425.*

<sup>138</sup>*Anuario-Commercial de Portugal. 1920, cit., p. 2425.*

<sup>139</sup>*1914. Código de Posturas Municipais, cit., p.16.*

seu tecto e pavimento”<sup>140</sup>. Já os mestres de azeite, para além de não poderem trocar a azeitona que lhes fosse entregue, deviam deixar “assistir á medição do azeite quando o seu dono assim o exija”<sup>141</sup>.

O negócio de aluguer de transportes apresenta alterações importantes. Em 1910 observamos a existência de cinco empresas de carruagens de aluguer a funcionar: João da Costa Alcobaça; João Duarte Pocinho; José Patrício da Silva; José Ferreira Caridade e Moita & Alcobaça<sup>142</sup>. A companhia de aluguer de carruagens que nos merece maior atenção é a Moita & Alcobaça. No anúncio publicitário que esta companhia divulga no semanário *A Voz do Povo*, é feita menção ao aluguer de “cavallos de cavalaria e charrette”<sup>143</sup>. Os clientes que desejassem também tinham ao seu dispor “trens de aluger para passeio e viagem”<sup>144</sup>. Este negócio funcionava “a toda a hora do dia e da noite”<sup>145</sup>. Anos mais tarde, a sociedade seria desfeita, tendo cada um dos sócios aberto o seu próprio negócio de aluguer de automóveis. No que respeita a esta última atividade, em 1930 verificamos a presença de quatro empresas: Costa & C.<sup>a</sup>; José Maria dos Santos & C.<sup>a</sup>; Manoel Alcobaça & Filho e Moita Geraldo, Alves & C.<sup>a</sup><sup>146</sup>.

Quanto a transportes públicos, em 1920, para os condeixenses que pretendessem deslocar-se a Coimbra ou Penela, existiam três diligências ao longo do dia. Para Coimbra havia duas diárias, às 7 horas da manhã e às 5h30 da tarde. O preço de ida fixava-se em 25 centavos, enquanto ida e volta era de 32 centavos. Para Penela só se realizava uma viagem por dia, estando prevista a saída de Condeixa-a-Nova para as 8h30 da manhã, sendo que o seu custo oscilava na casa dos 32 centavos.

A partir da segunda metade da década de trinta, já com transportes públicos motorizados, verifica-se uma reformulação da ligação entre os concelhos de Condeixa-a-Nova e Coimbra. Assim sendo, realizar-se-iam oito carreiras diárias de Condeixa para Coimbra e de Coimbra para Condeixa. No que toca aos horários os autocarros, saíam de Condeixa às 8, 10:15, 10:30, 14, 14:30, 15, 17:30 e 18:30. A partir de Coimbra para Condeixa: às 8:30, 9:15, 13:30, 14:30, 15:45, 17, 17:30 e 19:15. Os condeixenses que pretendessem deslocar-se para Lisboa ou o Porto também dispunham dessa possibilidade. Para Lisboa bastava apanharem as

---

<sup>140</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>141</sup>*Ibidem, loc. cit.*

<sup>142</sup>*Anuario-Commercial de Portugal.1910, cit., p. 1891.*

<sup>143</sup>*A Voz do Povo, Anno I, Condeixa, 3 de dezembro de 1910, nº1, p. 4.*

<sup>144</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>145</sup>*Ibidem, loc. cit.*

<sup>146</sup>*Anuario-Commercial de Portugal.1930, cit., p. 2648.*

camionetas que passavam por Condeixa em direção a Leiria às 12:30 e às 15. Para o Porto davam ligação as camionetas que passavam em Condeixa às 15 e 20:15<sup>147</sup>.

Na questão das comunicações postais, a vila possuía uma estação de correio e telégrafo, sendo que em 1920 era chefe deste serviço Henriqueta Augusta Antunes. A distribuição da correspondência estava a cargo de Joaquim de Assunção<sup>148</sup>. Em 1930 estes dois cargos eram ocupados por duas pessoas diferentes, sendo que o lugar de chefia pertencia a Maria Aleluia Ramos e o de distribuidor a José Caridade. A nível da sua movimentação, em 1933 este posto registava “756 encomendas postais, 2.682 vales emitidos e 59.829 cartas e postais”<sup>149</sup>.

Devemos ter em conta que em Portugal o serviço postal era detido pelo Estado, tendo como função principal realizar o “transporte e distribuição de cartas missivas, processos judiciais, cartões, bilhetes-postais e correspondências fechadas de qualquer natureza”<sup>150</sup>. Além disso, deveria promover o “fabrico, emissão venda de quaisquer fórmulas de franquia de telégrafos e correios”<sup>151</sup>. Dado que o telefone era considerado um objeto de luxo, acessível apenas aos homens de negócios, as camadas mais baixas da população usavam o telégrafo que era “o meio mais eficaz, rápido e barato de comunicar à distancia em Portugal”<sup>152</sup>.

---

<sup>147</sup>*Anuario-Commercial de Portugal. 1939*, cit., p. 2589.

<sup>148</sup>*Anuario-Commercial de Portugal.1920*, cit., p. 2424.

<sup>149</sup>Augusto Conceição Santos, *Condeixa-a-Nova*, cit., p. 115.

<sup>150</sup>João Tavares, “Correios” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 930.

<sup>151</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>152</sup>Maria Fernanda Rollo, “Comunicações Nacionais” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 801.



## Capítulo 3 – Câmara Municipal e cuidados de saúde

Tendo em conta que o objeto deste estudo incide fundamentalmente sobre o funcionamento do Hospital D. Ana Laboreiro e da Santa Casa da Misericórdia, entendemos ser necessário elaborar um capítulo sobre a temática dos cuidados de saúde e da assistência no município de Condeixa-a-Nova antes da fundação das duas instituições.

### 3.1. Higiene e Saúde pública

Cruzando informações colhidas no *Código de Posturas Municipais* de 1914 e nas atas de vereação do município, é possível perceber a existência de diversas normas e de uma enorme fiscalização em torno de questões relacionadas com a higiene e a saúde pública.

A nível das habitações, era proibida a construção de “depósitos d’água para usos domésticos, senão a mais de 2 metros de distancia de qualquer fossa, canalização de esgotos ou de alojamentos de animaes”<sup>153</sup>. Estas estruturas deveriam ser “cimentadas, arredondado todos os ângulos e cobertas de abóbada, betom ou lages, devendo conservar-se fechadas habitualmente á abertura do serviço”<sup>154</sup>.

Nas ruas, travessas, largos e praças não se podiam lançar objetos líquidos ou sólidos, independentemente de estes serem ou não imundos. A limpeza de vasilhas ou de qualquer tipo de objetos era liminarmente vedada nestes mesmos sítios. Apesar de existir esta proibição, havia permissão para deitar água nas valetas de modo que esta não ultrapassasse o âmbito das mesmas. Se ocorresse o depósito de mercadorias, géneros ou objetos, por mais tempo do que o necessário para carregar, descarregar ou recolher, deveria ser feita a limpeza do solo. Devemos aludir ao facto de, na sessão camarária de 29 de outubro de 1903, o subdelegado de saúde solicitar “a limpeza das ruas da villa e proibir que nella se façam despejos”<sup>155</sup>. Os habitantes da vila e das povoações rurais deveriam conservar sempre limpas e asseadas as vias públicas, não podendo por isso manter junto à viação qualquer foco de “infecção, latrinas, curraes em mau estado de limpeza”<sup>156</sup>.

Relativamente aos currais, estes não deveriam ser limpos “durante a estação calmosa depois das 7 horas e de modo que escoem ou caiam pela via publica”<sup>157</sup>. Da pesquisa realizada nos livros das sessões da Câmara Municipal do Concelho de Condeixa, foi possível

---

<sup>153</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p. 12.

<sup>154</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>155</sup>Arquivo da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (doravante ACMC), *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 29.10.1903, fl. 42v.

<sup>156</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p. 13.

<sup>157</sup>*Idem, loc. cit.*

encontrar a referência de uma vistoria a um curral no ano de 1907. Segundo a ata da sessão de 31 de maio, as autoridades administrativas e o subdelegado haviam procedido a uma vistoria no dia 16 desse mesmo mês a um terreno na Arrifana. O proprietário do terreno, João Simão Janeiro, pretendia fazer uma construção destinada a um curral. Tal construção seria liminarmente proibida pelas referidas autoridades, pois poderia “prejudicar a nascente de que se abastecem os moradores da dita povoação”<sup>158</sup>.

Também existiam proibições relativamente à circulação dos animais. Nos espaços a que temos vindo a fazer alusão, não poderiam “vaguear ou trazer soltos quaisquer animais de serviço, de curral ou aves domesticas”<sup>159</sup>. Além desta restrição, não se poderia ferrar, curar, deixar sangrar os animais em lugares públicos ou lançar ao abandono animais mortos. Também era proibido matar ou chamuscar porcos ou outro tipo de animais. Se, por sinal, o animal tivesse sido morto em local considerado público, o seu dono seria “obrigado a fazer o enterramento no praso de 12 horas, e quando os animais tenham falecido de moléstia contagiosa, serão enterrados sem que se lhe tire o couro”<sup>160</sup>.

Já que falamos em animais, devemos fazer uma menção ao capítulo IV do *Código de Posturas Municipais* de 1914, que aborda as regras que o açougue e matadouro deveriam cumprir. Era comum as autoridades municipais prestarem atenção aos açougues e matadouros, pois era vulgar que nestes locais houvesse “elementos considerados perniciosos para a saúde pública: restos de carcaças e sangue, associados a águas sujas, carnes armazenadas e sujeitas a moscas e mosquitos”<sup>161</sup>.

Face ao exposto, não é de estranhar que qualquer fornecedor de carne tivesse de “abater as rêses única e exclusivamente no matadouro municipal, depois de prévia e competentemente aprovadas e que tenham estado em descanso, pelo menos por 12 horas”<sup>162</sup>. Era fundamental manter branqueado e limpo o matadouro, assim como também deveriam estar “lavados os panos, que terão debaixo da carne, e com todo o asseio o cêpo e mostrador, onde terão pesos e balanças em duplicado, sempre limpas para o repezo”<sup>163</sup>. Sobre os empregados do matadouro e dos talhos recaíam algumas regras higiénicas. Estes funcionários tinham que se apresentar no seu serviço, “sempre em perfeito estado de saúde e por forma

---

<sup>158</sup>ACMC, *Livro nº 27 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 31.05.1907, fl. 91v.

<sup>159</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p. 12.

<sup>160</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>161</sup>Ana Maria Diamantino Correia, *A saúde pública no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*, Coruche, Câmara Municipal de Coruche, 2015, p. 34.

<sup>162</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p.14.

<sup>163</sup>*Idem, loc. cit.*

alguma tendo nas mãos e braços qualquer ferida ou padecimento cutaneo”<sup>164</sup>. O cortador de ossos seria obrigado a “usar avental branco em perfeito estado de limpeza, bem como a ter sempre limpas as ferramentas do seu mistér”<sup>165</sup>.

O abate dos animais tinha de ser feito na véspera de a carne ser colocada à venda, não sendo possível fazer este serviço no próprio dia, a não ser que existisse um motivo de urgente necessidade. Depois de morto o último animal, e no final de cada dia, era fundamental que se fizesse a limpeza do matadouro. Também sobre o tipo de gado que se deveria abater existiam normas, não se podendo por isso proceder ao abatimento de “gado magro, de vaca e outras rezes prenhes, touros, bódes e carneiros por castrar, e sem que previamente tenha sido inspeccionado pelo Dr. Sub-Delegado de Saude, ou quem suas vezes fizer”<sup>166</sup>.

Na sessão de 29 de outubro de 1903, que já mencionámos anteriormente, o subdelegado de saúde refere que é necessário controlar o “consumo das carnes de carneiro, cujas proveniências são irreparáveis para o bem da saúde pública”<sup>167</sup>. Perante o exposto, as autoridades camarárias decidem “instaurar os fornecedores das referidas carnes para não abaterem alguma fora da caza do matadouro”<sup>168</sup>.

A 5 de novembro de 1910, o semanário *O Povo de Condeixa*, escrevia um pequeno texto intitulado “Carne má”. Neste artigo era noticiado “que a diferentes pastores tem morrido bastantes cabeças de gado”<sup>169</sup>. O jornal chamava ainda a atenção do subdelegado de saúde para o facto de estas cabeças de gado terem sido todas vendidas, e que este poderia ser “o motivo d`alguns anthrazes que por ahi graçam”<sup>170</sup>.

No que toca à questão da alimentação, verificamos a existência de regulamentos para os vendedores de pão, leite, peixe e frutos. Começando pelo pão, deve-se indicar que os fabricantes e vendedores de pão não podiam aplicar “no trafego das farinhas, fabrico, transporte e deposito de pão, utensílios, moveis, aguas e seus recipientes sujos, ou que lhes comunique substancias impuras”<sup>171</sup>. À semelhança dos funcionários do matadouro e açougue, não poderia ser empregue no fabrico e venda de pão pessoal “que não esteja em perfeito

---

<sup>164</sup>*Ibidem*, p. 15.

<sup>165</sup>*Ibidem*, *loc. cit.*

<sup>166</sup>*Ibidem*, pp. 15-16.

<sup>167</sup>ACMC, *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 29.10.1903, fl. 42v.

<sup>168</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>169</sup>*O Povo de Condeixa*, Anno I, Condeixa, 5 de novembro de 1910, nº2, p. 2.

<sup>170</sup>*Idem, loc. cit.* O antraz é uma doença comum dos animais herbívoros, que pode afetar os seres humanos que consumirem a sua carne ou leite.

<sup>171</sup>1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p. 17.

estado de saúde ou sofra qualquer doença cutânea nas mãos e braços, devendo por isso ser sujeito todos os trimestres á inspeção medica do Sub-Delegado de Saude”<sup>172</sup>.

Os vendedores de leite que pretendessem exercer a sua profissão na vila seriam forçados a “trazer no recipiente escrito por punção o apelido do proprietario do leite, a indicação da sua natureza, se de cabra, ovelha ou vaca”<sup>173</sup>. Caso o leite não correspondesse à indicação do recipiente ou fosse adulterado com água ou outra qualquer substância, teria de ser apreendido e inutilizado. Uma outra proibição de venda de leite estava relacionada com as vasilhas, sendo que só se poderiam utilizar em perfeito estado de limpeza, não se permitindo, também, que se bebesse por elas.

No caso do peixe, sempre que existissem dúvidas sobre o seu estado, dever-se-ia chamar o subdelegado de saúde para proceder à sua inspeção. Já sobre a fruta, seria apreendida se fosse verde ou podre.

A questão da nocividade da água das fontes e nascentes é outra problemática que se verifica em Condeixa-a-Nova. No verão de 1907, a água da fonte das bicás, na vila, é considerada prejudicial à saúde pública. Em sessão camarária, realizada a 30 de junho, resolve-se proibir a utilização da água daquela fonte. Além desta proibição, também se aprovou a construção de “um tanque até à ultima das bicás, para servir somente para o gado beber, colocando-se na mesma fonte um dístico em que se declara que a água só deve servir para este fim”<sup>174</sup>.

Não podemos deixar de referir que neste município, tanto o *Código de Posturas Municipais* de 1895 como o de 1914 estipulam algumas regras tendo em vista a manutenção da qualidade da água das fontes e bicás de todo o concelho. Assim sendo, seria proibido “lançar quaisquer substancias nas aguas das fontes, depósitos, tanques ou quaisquer que sejam empregadas em usos domésticos”<sup>175</sup>. O destape e esvaziamento dos depósitos ou tanques também era vedado. Não se poderia tirar água com vasilhas que não estivessem limpas, assim como também era interdito fazer estrumeiras a menos de 50 metros das fontes, depósitos ou tanques. Outra proibição que existia era a de levar o gado a beber às fontes ou a qualquer depósito destinado a uso doméstico. E ainda o de conduzir aos tanques ou depósitos de beber gado que sofresse de moléstia. No sentido contrário, também se estabelecia que os

---

<sup>172</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>173</sup>*Ibidem, loc. cit.*

<sup>174</sup>ACMC, *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 30.06.1904, fl. 80-80v.

<sup>175</sup> 1914. *Código de Posturas Municipais*, cit., p. 33.

condeixenses não poderiam “lavar ou por qualquer forma deteriorar as águas dos tanques ou depósitos destinados para o gado”<sup>176</sup>.

Por fim, mencione-se a questão do abate dos animais vadios. Todos os meses a administração do concelho deveria fazer uma lista dos animais abatidos. Este mapa deveria ser entregue no Governo Civil. Nesta lista constavam três motivos pelos quais se tinha feito o abate dos animais: se estes eram hidrófobos (sofriam de raiva); se eram suspeitos de hidrofobia ou se andavam a vaguear pela via pública sem açamo<sup>177</sup>. Neste mesmo mapa deveriam ser sinalizadas as freguesias e o número de animais que nelas haviam sido abatidos.

### 3.2. Assistência médica

Uma das funções que competia às câmaras municipais era a de socorrer as necessidades de saúde da sua população. Para cumprir esta função os municípios deveriam contratar um ou mais médicos, os facultativos municipais ou médicos de partido<sup>178</sup>. Segundo Ana Correia, deve distinguir-se as funções de um facultativo municipal em dois parâmetros:

“o exercício clínico praticado em visitas domiciliárias pagas, para todos aqueles que residissem na área territorial definida como o seu partido, onde a lei obrigava o clínico a residir; e um conjunto de outras atribuições que desempenhava em consonância com os deveres para com a câmara municipal. Neste âmbito, estava incumbido de curar gratuitamente os pobres...”<sup>179</sup>.

Sempre que fosse necessário, também deveria colaborar com a Câmara Municipal, administrador do concelho e autoridade policial. As situações onde a sua colaboração era necessária seriam as seguintes:

“visitas sanitárias a locais cuja existência constituía um perigo para a saúde pública; consultoria para a construção de infraestruturas, como estruturas, escolas públicas, sistemas de captação de água; o encaminhamento de análises de águas; aconselhamento das autoridades sobre medidas sanitárias a tomar; aferir o bom tratamento dos expostos por parte das amas-de-leite e de seco; examinar os recrutas do recenseamento militar; avaliar clinicamente funcionários da Câmara que demonstrassem problemas de saúde.”<sup>180</sup>.

No final do século XIX Condeixa-a-Nova possuía apenas um médico, de seu nome Júlio de Oliveira Baptista. Observe-se o seu percurso no município desde 1879, ano em que foi contratado pela Câmara Municipal para exercer as funções de médico-cirúrgico.

---

<sup>176</sup>*Idem*, p. 34.

<sup>177</sup>Tipo de açame utilizado para evitar que os animais ataquem, mordam ou se alimentem.

<sup>178</sup>Segundo Augusto Conceição Santos, a criação do partido médico em Condeixa-a-Nova ocorreu a 10 de novembro de 1738 (*Condeixa-a-Nova*, cit., p. 78).

<sup>179</sup>Ana Maria Diamantino Correia, *A saúde pública no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*, cit., p. 40.

<sup>180</sup>*Idem*, *ibidem*, loc. cit.

Em sessão extraordinária, realizada no dia 11 de agosto de 1879, é lançado um concurso para o lugar de médico-cirúrgico, ao qual concorrem os bacharéis Maximino de Matos Carvalho e Júlio de Oliveira Baptista. Estas duas candidaturas seriam postas a votação “por escrutínio secreto dando um resultado: obtem o pretendente o bacharel Júlio Augusto d’Oliveira Baptista quatro votos e o candidato Maximino de Matos Carvalho, trez votos”<sup>181</sup>. Na mesma sessão é referido que este clínico deverá tratar “gratuitamente os doentes pobres”<sup>182</sup>. Com esta contratação o município passava a dispor de um partido de medicina e de um médico-cirúrgico<sup>183</sup>. O cargo do partido de medicina era exercido pelo bacharel Inácio Rodrigues de Almeida<sup>184</sup>. Sempre que tivesse de se ausentar, seria Júlio de Oliveira Baptista a tratar dos seus doentes.

Em 1885, Júlio de Oliveira Baptista pretende retirar-se para a Figueira da Foz. Em sessão da Câmara Municipal de 10 de abril de 1885, este clínico é elogiado com um voto de louvor, pelos bons serviços prestados “tanto na parte medica como na cirúrgica”<sup>185</sup>. No entanto, Júlio de Oliveira Baptista não chegaria a abandonar Condeixa, tendo no mês seguinte a este voto de louvor desempenhado um papel importante durante a epidemia de varíola que afetou a freguesia da Ega.

Segundo Rui Cascão, a varíola ou “bexigas”, como era denominada pelas camadas populares, “foi um dos males endémicos mais comuns do século XIX, atacando isoladamente ou associada a outras doenças eruptivas”<sup>186</sup>. Durante a primavera de 1885, esta doença atacou fortemente no concelho de Condeixa, principalmente no lugar de Campizes. Na origem desta epidemia estaria um seu habitante “que tendo ido trabalhar para o Ribatejo, e que la adoeceu e fez a jornada doente, vindo falecer em sua casa victima da variola hemorrágica”<sup>187</sup>.

A 1 de Maio, administração do concelho envia um ofício para o Governo Civil, onde é fornecida alguma informação sobre a presença da varíola no concelho. O motivo para o envio deste telegrama prende-se com o facto de haver sido publicada em alguma imprensa periódica “a noticia aterradora de que na freguesia da Ega, deste concelho está sendo victimada pela

---

<sup>181</sup>ACMC, *Livro nº 14 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 08.08.1879, fls. 124v-125.

<sup>182</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>183</sup>É importante referir que se fazia a distinção entre médico do partido e médico-cirúrgico, devido ao facto de o primeiro ser titulado pela Universidade de Coimbra e o segundo ser habilitado pelas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto.

<sup>184</sup>Infelizmente não foi possível apurar a data em que Inácio Rodrigues d’Almeida iniciou as suas funções de partido de medicina.

<sup>185</sup>ACMC, *Livro nº 17 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 10.04.1885, fl. 84v.

<sup>186</sup>Rui Cascão, “Demografia e Sociedade”, in Mattoso, José (dir.), Torgal, Luís Reis; Roque, João Lourenço (coord.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 436.

<sup>187</sup>AUC, *Ofício, nº548, 05.05.1885, Calamidades públicas- Epidemias*, AUC/GCC/ASP/E17/T1/4.

varíola grande parte da povoação”<sup>188</sup>. Segundo a administração do concelho, a varíola havia-se desenvolvido naquela freguesia, especialmente no lugar de Campizes, tendo “della resultado alguns casos fataes”<sup>189</sup>. Quanto ao nível da doença, era referido como sendo de “caracter epydemico”<sup>190</sup>.

Passados três dias, a 4 de maio, a administração do concelho dirige um novo ofício para o Governo Civil, informando que “a varíola no lugar de Campizes, continuava com mais intensidade”<sup>191</sup> e que seria marcada para o dia seguinte uma reunião com os dois médicos do partido a fim de serem tomadas providências. No dia seguinte, as autoridades municipais acionam um plano para combater a epidemia. Na análise feita durante a reunião camarária, percebe-se que o surto de varíola exigia uma intervenção rápida, “pois em poucos dias já se achavam atacadas d`aquella moléstia desassete pessoas e que será preciso empregarem-se os meios indispensáveis para o debelar”<sup>192</sup>. O comando destas operações seria assumido pelo Presidente da Câmara, bacharel António Augusto de Matos Mascarenhas Mancelos.

Nesse mesmo dia o Presidente da Câmara Municipal envia ao Governador-Civil um mapa dos habitantes de Campizes afetados pela varíola, que havia sido elaborado a 1 de maio por Júlio de Oliveira Baptista.

**Quadro V - Mapa dos indivíduos afetados por varíola no lugar de Campizes**

Nomes	Filiações	Idades	Observações	Diagnósticos	Prognóstico
Maria	António Galvão	25	Vacinada	V.confluente;3º período	Duvidoso
Emília	Maria Pereira, viúva	19	Vacinada	V.confluente;4º período	Gravíssimo
Maria	Manuel Levaz	22	Vacinada	V.confluente;5º período	Favorável
José	Manuel Levaz	18	Vacinado	V.confluente;5º período	Favorável
Emília	Manuel Levaz	8	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável
Maria	Manuel Janeiro	22	Vacinada	V.confluente; 4º/5º/6º período	Gravíssimo
António	Manuel Pereira	21	Vacinado	v.discreta; 4º período	Favorável
Manuel	Manuel Pimentel	10	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável
Joaquim	João Pedro	24	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável
Maria	António Carrão	18	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável

<sup>188</sup>AUC, *Ofício, nº511, 01.05.1885, Calamidades públicas- Epidemias, AUC/GCC/ASP/E17/T1/4.*

<sup>189</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>190</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>191</sup>AUC, *Ofício, nº 537, 04.05.1885, Calamidades públicas- Epidemias, AUC/GCC/ASP/E17/T1/4.*

<sup>192</sup>ACMC, *Livro nº 17 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa, sessão de 05.05.1885, fl. 87v.*

Maria	(casada com) Manuel Quarema	33	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável
Rosário	Maria Garrida	16	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável
José Pato	(casado)	33	Vacinado	v.discreta; 2º período	Duvidoso
Antonio Boa Novo	Solteiro, pai com o mesmo nome	23	Vacinado	v.discreta; 4º período	Favorável
Maria	(casada com) João Gonçalves	30	Vacinada	v.discreta; 5º período	Favorável

Fonte: AUC, *Ofício, nº511, 01.05.1885, Calamidades públicas- Epidemias, AUC/GCC/ASP/E17/T1/4.*

Dos 15 casos apresentados no Quadro V, 10 pertencem ao sexo feminino e cinco ao sexo masculino. Outra característica que o Quadro evidencia é a de todos os indivíduos afetados estarem vacinados. No que respeita aos diagnósticos, feitos por Júlio de Oliveira Baptista, oito sofrem de varíola discreta e seis de varíola confluenta. A varíola confluenta é a mais perigosa, sendo referente ao estado terminal desta doença. Neste patamar final “a doença apresentava formas gravíssimas, como era o caso da sua variante hemorrágica, a qual deixava os corpos cobertos de manchas de coloração escura, como se estivessem carbonizados”<sup>193</sup>. Como é possível constatar, entre os dias 1 e 5 de maio surgiram mais dois casos de varíola naquela localidade.

Para além do mapa, António Augusto de Matos Mascarenhas Mancelos envia uma circular ao Governador-Civil, na qual declara que pretende convocar uma sessão extraordinária da vereação da Câmara, que deve incluir a participação do administrador do concelho e dos dois facultativos<sup>194</sup>. A mesma circular faz referência a uma visita que Júlio de Oliveira Baptista havia feito a Campizes. Depois de realizada esta visita, o médico-cirurgião “preconiza o isolamento dos afectados n`uma casa própria em que os variolosos fossem convenientemente tratados, por lhe parecer que a epidemia revestia um caracter assaz grave pois que tem afectado de preferencia pessoas adultas, que tinham sido vacinadas, e por isso não pode ser localizada facilmente sem a pratica dos conselhos hygienicos”<sup>195</sup>. Na mesma visita, aquele facultativo encontrou “mães afectadas com os filhos na idade de amamentação deitadas no próprio leito em que jaziam, doentes cercados de parentes e de creanças, que alli iam simplesmente ver se as berrugas eram bonitas”<sup>196</sup>.

Este caso entronca com aquilo que eram as condições em muitas das habitações rurais do país. No interior destas casas era usual encontrar pisos em terra batida, onde se faziam

<sup>193</sup>Rui Cascão, “Demografia e Sociedade”, cit., pp. 436-437.

<sup>194</sup>A sessão extraordinária a que faz referência, seria a de 5 Maio pois a pesquisa realizada nas atas da vereação do município de Condeixa-a-Nova não indica a realização de mais nenhuma sessão sobre esta epidemia.

<sup>195</sup>AUC, *Ofício, nº548, 05. 05.1885, Calamidades públicas- Epidemias, AUC/GCC/ASP/E17/T1/4.*

<sup>196</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

buracos que serviam de lareira. Em torno desta situavam-se “os toscos objectos de cozinha e dormiam todos os membros da família, na maior promiscuidade”<sup>197</sup>. Quanto ao leito, era “improvisado com barrotes de madeira unidos em ângulo recto, que formavam um quadrilátero onde se apoiava a «cama»; a um dos barrotes era afixado um banco; a outro um quadrado que servia de guarda-roupa; não eram usados lençóis, havendo apenas grosseiras mantas de burel”<sup>198</sup>.

Para combater esta doença, Júlio de Oliveira Baptista e Inácio Rodrigues d`Almeida defenderam ser “indispensável o isolamento das pessoas que se achavam atacadas da variola, limpeza e ventilação das cazas, afastamento dos gados para fora das cazas de habitação e a limpeza de estrumeiras, e que seja conveniente comejar uma caza para hospital provisório, afim d`alli se recolherem doentes”<sup>199</sup>.

Além destas medidas, também seria “promovida a vacinação e revacinação, a limpeza da povoação, a prática de outros preceitos recomendados pela hygiene”<sup>200</sup>. A utilização da vacina antivariólica era alvo de alguma controvérsia, pois subsistia a ideia de que “a linfa vacínica, ao impedir a erupção das «bexigas», produziria o refluxo do vírus para as vísceras e órgãos internos, provocando a degenerescência da espécie humana e originando novas doenças ou pelo menos contribuindo para a intensificação de algumas delas”<sup>201</sup>. Não podemos esquecer que muitos pais eram renitentes à vacinação dos seus filhos. Segundo Rui Cascão, esta recusa ocorria “por ignorância ou por medo, facto que algumas vezes mais esclarecidas consideravam como um crime público contra a família”<sup>202</sup>.

Para ajudar os dois facultativos no hospital que seria montado em Campizes, a Câmara iria procurar encontrar dois indivíduos para exercerem o cargo de enfermeiros. Esta ocupação seria recompensada com alguma subvenção. Infelizmente, as atas da vereação não voltam a fazer mais nenhuma referência a esta epidemia, não sendo por isso possível saber se as medidas utilizadas para a combater produziram ou não algum efeito. Não conseguimos saber se ocorreu um aumento do número de casos.

Em 1893, o partido de medicina foi eliminado, mantendo-se apenas o partido médico-cirúrgico. Esta mudança faz com que Júlio de Oliveira Baptista assuma os encargos inerentes aos dois partidos. A 28 de maio de 1897, este clínico pede à Câmara que volte a criar de novo

---

<sup>197</sup>Rui Cascão, “Modos de habitar”, in Mattoso, José (dir.), Vaquinhas, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 35.

<sup>198</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>199</sup>AUC, *Ofício, nº548, 05. 05.1885, Calamidades públicas- Epidemias*, AUC/GCC/ASP/E17/T1/4.

<sup>200</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>201</sup>Rui Cascão, “Demografia e Sociedade”, cit., p. 437.

<sup>202</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

o partido de medicina que havia sido suprimido. O principal motivo que alega prende-se com o avolumar de encargos que o *Código Administrativo* de 1895 atribui aos facultativos de partido<sup>203</sup>. No entanto, a Câmara entendia que não deveria criar tal cargo. Segundo a ata da vereação de 10 de junho de 1897, para além da oferta clínica prestada pelo requerente, “em geral durante muitos mezes do anno há medicos que a exercem tambem, chegando algumas vezes a residir ao mesmo tempo em Condeixa cinco médicos”<sup>204</sup>.

Na sessão da vereação de 14 de julho de 1898, é lido um requerimento de Júlio de Oliveira Baptista, em que pede “que se lhe informe como tem desempenhado as obrigações do seu cargo desde 1879”<sup>205</sup>. Em sessão de 19 de julho é dada resposta ao requerimento apresentado pelo dito bacharel, sendo referido que o “digno facultativo do partido medico-cirurgico deste concelho desde 17 de agosto de 1879, em que tomou posse deste cargo desempenhando-o com muita proficiencia, zelo e assiduidade”<sup>206</sup>.

Contudo, no início de 1899 ocorre a instalação de um processo contra Júlio de Oliveira Baptista. O motivo para as autoridades camarárias assim procederem, foi a sua saída para fora do concelho, sem a devida autorização camarária<sup>207</sup>. Na obra que escreve sobre todo este processo, Júlio de Oliveira Baptista refere que tal divergência se deve a conflitos com o Presidente da Câmara, devido ao facto de ter recebido elogios pelo seu desempenho durante uma epidemia de varíola que assolou o concelho em agosto, setembro e outubro de 1898<sup>208</sup>.

Devido à falta dos livros de atas da vereação entre 1900 e 1902, não é possível saber como se desenvolveu o conflito judicial, mas sabemos que o facultativo venceu o processo. Na sessão de 30 de julho de 1903, é deliberado que se constitua um orçamento suplementar onde esteja

“incluída a verba competente para a despesa com os custos a pagar do processo julgado pelo auditor administrativo que anulou a deliberação da camara em que havia

---

<sup>203</sup>Segundo o *Código Administrativo* de 1895 (art. 138º), o facultativo de partido passaria a desempenhar as atribuições que pelas leis e regulamentos pertenciam aos subdelegados de saúde. *Código Administrativo-decreto de 2 de Março de 1894*, Porto, Livraria Portuense Editora, 1895, p. 67.

<sup>204</sup>Júlio d’Oliveira Baptista, *Uma Suspensão Injusta. Recursos e allegações*, Coimbra, Typ. De Luiz Cardoso, 1899, p. 11.

<sup>205</sup>ACMC, *Livro nº 23 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 14.07.1898, fl. 27v.

<sup>206</sup>ACMC, *Livro nº 23 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 19.07.1898, fl. 29.

<sup>207</sup>Pelo *Código Administrativo* de 1895 os facultativos municipais não podiam sair para fora do concelho por mais de três dias, sem licença da Câmara. Se só houvesse um facultativo, como é o presente caso, este deveria ser substituído por outro. *Código Administrativo-decreto de 2 de Março de 1894*, cit., p.67.

<sup>208</sup>Dado que o âmbito deste capítulo não é a suspensão de Júlio de Oliveira Baptista, recomenda-se a leitura da obra anteriormente referida, *Uma Suspensão Injusta. Recursos e allegações*, Coimbra, Typ. de Luiz Cardoso. Esta obra fornece-nos a defesa de Júlio de Oliveira face ao processo que lhe foi instaurado.

suspendido o medico do partido, julio baptista e o ordenado a pagar a este pelo tempo que esteve suspenso nos termos do respectivo acordam”<sup>209</sup>.

Neste ano de 1903, Condeixa-a-Nova possui dois médicos do partido municipal: David Ferreira dos Santos e Ernesto Magalhães, sendo que o primeiro prestava serviços clínicos na área correspondente ao 1º partido e o segundo na área destinada ao 2º partido. Ainda nesse ano, o município deixaria de poder usufruir dos serviços de Ernesto Magalhães. O motivo que leva a esta perda prende-se com a ausência exagerada do médico. Assim em 9 de julho, os vereadores do município votam “contra o pagamento do ordenado ao doutor Ernesto Magalhães, medico do partido com relação ao mez de junho ultimo, por ter estado ausente”<sup>210</sup>. Em sessão de 10 de setembro a Câmara pede a David Ferreira dos Santos “para prestar os seus serviços ás pessoas doentes da área que constituía o segundo partido”<sup>211</sup>.

A 3 de dezembro é colocado a concurso o lugar do segundo partido, com o ordenado de 300.000 réis anuais. No final de janeiro de 1904 são apreciados os requerimentos dos dois facultativos que concorrem ao lugar vago. O segundo partido seria entregue ao bacharel António Rocha, natural de Coimbra e formado em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra<sup>212</sup>. Apesar de ter ganho o respetivo concurso, António Rocha nunca chegaria a exercer esta atividade em Condeixa-a-Nova, pois em agosto é aberto novamente o lugar para o cargo de segundo partido médico. A este concurso foram apresentados três requerimentos. O vencedor seria Frederico Ferreira, detentor do grau de médico-cirúrgico pela Escola do Porto, e que já havia concorrido em dezembro<sup>213</sup>.

A 3 de janeiro de 1907, Manuel Pereira Ramos Ramalho de Azevedo Coutinho, Presidente da Câmara, declara que:

“achando-se vago o lugar do facultativo do segundo partido medico d’este concelho, cuja área compreende as freguesias da serra, propunha para que a sede do mesmo partido seja na povoação de Bruscos, freguesia de Villa Seca, com obrigação da residência do medico na dita povoação”<sup>214</sup>.

---

<sup>209</sup>ACMC, *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 30.07.1903, fl. 23v.

<sup>210</sup>ACMC, *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 09.07.1903, fl. 20v.

<sup>211</sup>ACMC, *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 10.09.1903, fl. 32.

<sup>212</sup>ACMC, *Livro nº 26 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 28.01.1904, fl. 57v.

<sup>213</sup>ACMC, *Livro nº 27 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 03.08.1904, fls. 88v-89.

<sup>214</sup>ACMC, *Livro nº 27 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 03.01.1907, fl. 71-71v.

Em março ocorre uma reestruturação das áreas do primeiro e segundo partidos médicos. Esta reestruturação tornara-se necessária devido a uma “epidemia da gripe e outras doenças que ultimamente têm grassado neste concelho”<sup>215</sup>. Para Manuel Pereira Ramos Ramalho de Azevedo Coutinho a manifestação destas doenças viera mostrar “que as freguesias de campo carecem muito mais d’assistencia medica do que as da serra, as quaes pela sua posição topográfica, são de maior salubridade”<sup>216</sup>. Para se ter uma noção, os dois médicos juntos tinham de percorrer em todo o concelho 150 km<sup>2</sup>. Assim sendo, a povoação do Sebal Grande, devido às estradas que a ela afluem, era segundo Manuel Pereira Ramos Ramalho de Azevedo Coutinho, “a mais útil do concelho para sede de um partido constituído pelas freguesias do campo, na sua grande parte, que d’este modo, facilmente podem ser servidas”<sup>217</sup>.

Por ser obrigado a morar na vila, o que implicava maiores despesas de representação e de rendas de casas, o médico do primeiro partido passou a ter uma dotação anual de 450.000 réis<sup>218</sup>. Tinha de atender as pessoas das freguesias de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Bem da Fé, Vila Seca, Furadouro e Zambujal. Estipulou-se ainda que ficava

“obrigado a ir uma vez por semana em diaz e horas anteriormente designados pela camara dar consulta ao logar de Bruscos, freguesia de Villa Seca, a curta distancia da Bem da Fé, [...] passando em Alcabideque, freguesia de Condeixa-a-Velha, e aos logares de Furadouro e Zambujal, que são povoações mais populosas das mencionadas freguesias”<sup>219</sup>.

Ao médico do segundo partido seria imperioso ir, nas mesmas condições, “uma vez por semana ao logar da Anobra e alternadamente á Ega e Belide”<sup>220</sup>. Sempre que o médico do primeiro partido se ausentasse, o segundo teria de se deslocar à vila. Os dias em que tinha de o substituir eram os domingos, terças e sextas-feiras. Também o médico do primeiro partido teria de se deslocar ao Sebal Grande, aos sábados, quando o seu colega tivesse de sair. Cada um ficaria dispensado das visitas que deveria fazer na sua respetiva área, durante o tempo que tivessem de se substituir reciprocamente.

---

<sup>215</sup>ACMC, *Livro n° 27 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 07.03.1907, fl. 78v.

<sup>216</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>217</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>218</sup>Dado que não foi possível analisar os orçamentos da Câmara de Condeixa-a-Nova relativos às duas primeiras décadas do século XX, devemos referir o valor que eram estipulados nos orçamentos camarários do final de oitocentos. O orçamento para o ano de 1891 estipulava como sendo despesa obrigatória 200.000 reis para médico do partido e 300.000 réis para o médico-cirúrgico. Em 1893, a verba anual para o médico do partido desce para 169.005 réis, enquanto a do médico-cirúrgico se mantem nos 300.000 réis.

<sup>219</sup>ACMC, *Livro n° 27 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 07.03.1907, fl. 79.

<sup>220</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

A 20 de junho é aprovada a tabela de preços dos serviços clínicos. Neste preçário, ficava estabelecido que a consulta na residência do médico teria o custo de duzentos réis<sup>221</sup>. No caso de ser necessário realizar alguma visita clínica, cobrar-se-iam trezentos réis<sup>222</sup>. O preço dos curativos cirúrgicos seria variável consoante a dificuldade técnica e a demora de execução, “mas será compreendida entre quinhentos réis e cinco mil réis”<sup>223</sup>. No caso de não existir acordo, os honorários seriam fixados por dois peritos, sendo um nomeado pelo médico e outro pela parte interessada. Se existisse empate na fixação do pagamento, seria o Presidente da Câmara a desempatar. No que toca a operações de pequena cirurgia, a tabela de preços era muito escrupulosa:

“sangria, injeção hypodermica (com seringa de Pravaz), extracção de corpo estranho de fossa nasal ou ouvido, preciso de vesicatório, irrigação urethral e vaginal, punção de abesseço, desbridamento de anthraz, mil réis; cateterismo (homem e mulher), injeção de soro antidipheterico e physiologico, thermo cauterização, dois mil réis; aposição de aparelho de fractura ou contensão de luxação paracentere, hydrocello, irrigação interna, trez mil réis; conferencia clinica (a cada medico), cinco mil réis; serviço operatório de parto (a cada medico), dez mil réis”<sup>224</sup>.

A estes preços deveria ser acrescentado o valor da deslocação. Por cada km ou fração em caminho macadamizado, seriam cobrados 200 réis; se o caminho não fosse macadamizado seriam 400 réis. A deslocação do médico era contada a partir da sua residência, excepto nos dias e durante a consulta semanal obrigatória (Bruscos, Zambujal, Ega e Anobra), em que o valor seria contado desde os respectivos consultórios. Estes valores correspondiam aos serviços prestados durante o dia (sol a sol), pois de noite todas as parcelas seriam duplicadas.

Quando da proclamação da República, ocorre uma mudança do partido médico. Infelizmente toda a informação que foi possível apurar sobre esta alteração deriva do semanário *O Povo de Condeixa*, pois não foi possível aceder ao livro das sessões da Câmara Municipal entre 1910-1912. Na sua 1ª edição, *O Povo de Condeixa* noticiava que a Comissão Municipal, pela voz do Administrador do Concelho, havia deliberado na sessão que havia ocorrido a 27 de outubro de 1910, que o então médico municipal, de seu nome Serafim Pereira, deveria recolher à sede do partido médico municipal do Sebal<sup>225</sup>. A 19 de novembro os leitores são informados que Serafim Pereira havia sido demitido do seu cargo, depois de

---

<sup>221</sup>ACMC, *Livro nº 27 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 20.06.1907, fl. 94v.

<sup>222</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>223</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>224</sup>*Idem, ibidem loc. cit.*

<sup>225</sup>*O Povo de Condeixa*, Anno I, Condeixa, 29 de outubro de 1910, nº1, pp. 2-3.

em sessão camarária um conjunto de vereadores ter votado por unanimidade a sua demissão. Além desta exoneração, também seria extinto o partido médico do Sebal<sup>226</sup>.

Em 2 de abril de 1914, ocorre uma reestruturação do partido médico. O principal objetivo desta mudança era “que fosse reduzida a dotação do partido medico de 450\$00 a 300\$00”<sup>227</sup>. Esta alteração aconteceria no mesmo dia em que David Ferreira dos Santos seria exonerado das suas funções de facultativo municipal.

A partir de 1919, o modelo de assistência social existente em Condeixa-a-Nova modifica-se completamente. Na origem desta transformação, esteve o testamento deixado por D. Simão da Cunha d’Eça Azevedo. Este indivíduo é o segundo de cinco filhos do casamento do bacharel, juiz de fora e cavaleiro da ordem de Cristo Simão da Cunha Eça e Costa e de Maria Joana Henriques Dias de Azevedo<sup>228</sup>. No que concerne aos seus avós, Simão da Cunha d’Eça e Azevedo era neto materno de António Joaquim Dias e de Joana de Almeida ambos de Condeixa. Do lado paterno, os seus avós eram Luís José da Costa e Bernardina de Eça e Costa, sendo que o primeiro era originário da Barreira e a segunda “natural da quinta de Portinhos, solar dos Costas do Monte da Caparica”<sup>229</sup>.

A 25 de janeiro de 1868, Simão da Cunha d’Eça e Azevedo contrai matrimónio com Ana Amélia de Lancastre Vilalobos Laboreiro. Nascida na freguesia matriz de Montemor-o-Novo em 26 de abril de 1844, Ana Laboreiro é a primeira de cinco filhos do casamento do bacharel em Direito e cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição António Maria de Laboreiro Vilalobos e de Joana Margarida da Fonseca de Lancastre e Barros<sup>230</sup>. O casamento teria a duração de 16 anos, pois a 19 de março de 1884 morre Ana Laboreiro. Deste casamento não resultou sucessão. A 20 de abril de 1919, Simão da Cunha faleceria vítima de pneumonia gripal<sup>231</sup>.

Antes de morrer, Simão da Cunha elaboraria três testamentos. O primeiro é datado de 15 de dezembro de 1905. Neste primeiro testamento instituía a Câmara Municipal como herdeira definitiva de todos os seus bens, móveis e imóveis, direitos e ações. Para além disso, a autarquia deveria fundar “em edifício próprio, e que satisfaça a todas as condições exigidas

---

<sup>226</sup>*O Povo de Condeixa*, Anno I, Condeixa, 19 de novembro de 1910, nº4, p. 2.

<sup>227</sup>*Livro nº 30 das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa*, sessão de 02.04.1914, fl. 39.

<sup>228</sup>O primeiro rebento deste casal seria Vasco da Cunha, nascido em 1826; Maria Joana receberia o baptismo a 2 de março de 1928; Maria Emília nasceria no ano de 1828 e José da Cunha acolheria os “santos óleos” a 4 de agosto de 1834.

<sup>229</sup>Augusto Conceição Santos, *Condeixa-a-Nova*, cit., p. 117.

<sup>230</sup>Os restantes quatro filhos deste casal eram: Augusta de Lancastre Vilalobos Laboreiro, nascida a 10 de abril de 1845; Simão Augusto de Vilalobos Laboreiro, nascido a oito de janeiro de 1849; Joaquina Emília de Lancastre Laboreiro de Vilalobos e Guilhermina Henriqueta Laboreiro de Vilalobos. Manuel da Costa Juzarte de Brito, *Livro Genealógico das Famílias desta Cidade de Portalegre*, Lisboa, s.n., 2002, p. 709.

<sup>231</sup>AUC, *Livro de óbitos da Paróquia de Condeixa-a-Nova 1919*, fl. 17 v. PT/AUC/RCV/CDN/004/009.

pela ciencia actual, um hospital para nele serem tratados doentes dos dois sexos”<sup>232</sup>. Neste documento ficava ainda estipulado que sobre o pórtico da entrada deste edifício deveria ser colocada uma lápide com a seguinte inscrição: “Hospital Dona Ana Laboreiro d’Eça”<sup>233</sup>.

Além do hospital, também estipulava que se fundasse uma Misericórdia, que deveria ter um rendimento de “sessenta mil reis, e estes divididos em tres parcelas de vinte mil reis cada uma serão distribuidos em esmolas domiciliarias pelos pobres da freguesia do meu nascimento, nos dias aniversários do falecimento de meus pais e esposa”<sup>234</sup>. A Misericórdia deveria ser gerida por uma irmandade própria, que confeccionaria os seus estatutos, sendo que após esta elaboração dever-se-ia proceder à eleição de corpos gerentes.

No segundo testamento, datado de 20 de novembro de 1908, Simão da Cunha volta a exigir a fundação de uma Misericórdia, que deveria elevar “o nível moral da nossa querida terra”<sup>235</sup>. Quanto ao hospital, o testador refere que o melhor local para se efetuar a sua construção é o Outeiro. A 15 de setembro de 1915,  redigido o seu último testamento. Neste documento exige que o diretor clínico do hospital seja Júlio de Oliveira Baptista. Em maio de 1918, faz ainda um aditamento às disposições testamentárias, especificando os investimentos que possui:

“sessenta contos nominais de inscrições d’assentamento, oitenta acções da Companhia dos Eléctricos, cem obrigações de quatro e meio por cento de mil oitocentos e oitenta e oito, quinze ou desaseis de quatro por cento, duas de três, dez da Companhia, hoje de Tomar, mais dois contos  ordem no Monte Pio Geral com os juros acrescidos, e actualmente quatro contos e oitocentos na Caixa de Penses”<sup>236</sup>.

Nos próximos capítulos iremos analisar a ação e funcionamento do Hospital D. Ana Laboreiro d’Eça e da Santa Casa Misericórdia, entre 1919 e 1945.

---

<sup>232</sup>Fernando de S Viana Rebelo; Isac Pinto, *Subsídios para a História de Condeixa*, vol. 9, Condeixa-a-Nova, Empreza Tipográfica de Condeixa LDA, 1955, p. 2.

<sup>233</sup>*Idem, ibidem*, p. 3.

<sup>234</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>235</sup>*Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>236</sup>*Idem, ibidem*, p. 7.



## Capítulo 4 – Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D`Eça

Como acabámos de ver no final do capítulo anterior, Simão da Cunha indica no seu testamento a necessidade de se fundar um hospital em Condeixa-a-Nova. Assim, depois da sua morte, a Câmara Municipal assume todos os encargos da edificação e gestão do referido estabelecimento de assistência. O seu legado, que também deveria ser destinado à fundação da Misericórdia, é absorvido em grande parte pelo hospital. Mas outras duas personalidades legaram também os seus bens ao hospital: Artur Barreto e a sua mãe Maria da Conceição Roxo. Este capítulo abordará a construção e o funcionamento do hospital municipal D. Ana Laboreiro d`Eça e a sua clientela.

### 4.1. Fundação e construção do hospital

A 10 de abril de 1927, data em que se comemorava o nascimento de Simão da Cunha, ocorre a inauguração do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d`Eça. No auto desta cerimónia é feita menção à presença da “Comissão Administrativa da Camara Municipal deste concelho, o excelentíssimo governador civil do distrito, sua excelência Reverendíssimo o senhor Bispo auxiliar da diocese, grande número de cavalheiros de elevada representação social e muito povo que se acumulava nas diferentes salas, recinto da entrada e jardim”<sup>237</sup>. Esta solenidade representa o culminar de um longo processo, tendo em vista a edificação de um hospital, que se iniciou após a morte de Simão da Cunha e que foi liderado pela Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Logo após o falecimento deste condeixense, as autoridades municipais iniciam a procura de um terreno adequado para a construção do hospital. No seu testamento é dada indicação para se edificar o referido hospital, num terreno situado no Outeiro. Inicialmente, esta sugestão não é aceite, sendo levantada a hipótese de se adquirir a Quinta do Hospício. Para proceder a esta compra é criada, a 25 de abril de 1919, uma Comissão composta por Júlio de Oliveira Baptista, que como vimos anteriormente deveria ocupar a função de Diretor Clínico do futuro hospital, António Lopes Quaresma e Abílio Pires dos Reis. Apesar de ter sido constituído, este grupo não consegue levar o seu objetivo avante. Na base deste falhanço, está a recusa da família Navarro, detentora da Quinta do Hospício, em vendê-la.

Em sessão de 15 de novembro, a Câmara Municipal nomeia uma Junta Hospitalar, constituída por Júlio de Oliveira Baptista, Joaquim Bandeira de Carvalho, Fortunato Rocha da

---

<sup>237</sup>ACMC, *Auto da inauguração do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro de Eça*.

Fonseca, João Pinheiro e Casimiro Gonçalves Marques. A 13 de dezembro este grupo é aumentado com mais um elemento, Alfredo Miranda. Três dias depois ocorre uma reunião do senado municipal, onde Júlio de Oliveira Baptista apresenta, a título individual, uma sugestão tendo em vista a resolução deste problema. No opúsculo *Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa* informa-se que, quando da exposição desta proposta, se resolveu

“para que se não diga que a Câmara nada tem feito na herança do Dr. Simão da Cunha e em vista do Hospício se não vender, e ainda porque a Câmara é obrigada a pagar as despesas dos pobres de Condeixa nos Hospitais da Universidade (trinta centavos por dia e estando nessa altura lá quatro, o que trazia uma despesa diária de um escudo e vinte centavos), se fizessem obras na casa do Testador, obras que, na opinião do futuro Director Clínico, seriam rasgar algumas janelas e deitar abaixo alguns enxameis”<sup>238</sup>.

A Junta Hospitalar viria a discordar deste plano, defendendo que a Câmara não o deveria efetuar, pois esta seria “uma instalação precária, defeituosa e até contrária aos desejos expressos do Testador, que indica no seu testamento o sitio do Outeiro, para a construção do Hospital”<sup>239</sup>. A 30 de março de 1920, é decidido em reunião camarária que se deve adquirir um terreno localizado no Outeiro. Em abril é comprado o dito terreno e apresentada a planta do futuro hospital. Aquela compra ocorre depois de, no início deste ano, o presidente da autarquia, António Lopes Quaresma, ter pedido a Luís de Melo Correia que, na qualidade de engenheiro, examinasse e elaborasse uma planta da referida propriedade.

Na reunião da Comissão executiva do concelho de Condeixa-a-Nova, realizada no dia 10 de abril é indicado que foi “adquirido o terreno pertencente a Manuel Maria Lopes, d'esta vila, situado em frente do edifício da escola masculina «conde Ferreira» pela quantia de 6.000\$00”<sup>240</sup>. Sete dias depois, António Lopes Quaresma apresenta perante a vereação a planta do terreno onde se irá edificar o hospital que havia sido elaborada pelo engenheiro atrás referido. Além desta informação também é comunicado que o estado de saúde de Luís de Melo não lhe permite fazer a planta do hospital. Para o substituir, este engenheiro indica o construtor de obras Ernesto Seabra, que deverá “proceder á organização da planta” e estipular

---

<sup>238</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa*, s.l., s.d., p. 4.

<sup>239</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>240</sup>ACMC, *Livro de actas nº 5 da Comissão executiva do concelho de Condeixa-a-Nova*, sessão de 10.04.1920, fl. 49v. É importante referir que a 13 de dezembro é publicada, no *Diário do Governo*, uma lei a autorizar “a Câmara Municipal do concelho de Condeixa-a-Nova a proceder à expropriação do terreno destinado à construção do hospital instituído pelo testamento do cidadão Dr. Simão de Eça Azevedo” (*Diário do Governo*, 1º série, Lisboa, nº 253, 13 de dezembro de 1920, lei nº 1:089, artigo 1º, disponível para consulta em <http://leideportugal.com/download/pdf/lei-n-o-1089-218477>, acedido em 04-05-2017). Sucede que nem a documentação camarária consultada nem o opúsculo a que temos vindo a fazer referência fazem qualquer tipo de menção a esta lei.

“o tamanho do hospital, quantas camas devia ter e pouco mais ou menos a quantia que queria ou podiam dispor para uma construção”<sup>241</sup>.

No final deste ano, a Câmara Municipal entende que esta edificação só poderá avançar depois de se consultar e obter aprovação do Conselho Superior de Higiene. Para alcançar este objetivo, é enviado a Lisboa o vereador Fortunato Rocha da Fonseca, que se reúne na Direção-Geral de Saúde com Ricardo Jorge. Durante este encontro, Ricardo Jorge diz a Fortunato Rocha que “dada a grande autonomia das Câmaras, não havia obrigatoriedade de apresentar o projecto ao parecer do mesmo Conselho, mas não tinha dúvida de o apresentar se a Câmara assim o entendesse”<sup>242</sup>. O vereador opta por seguir a sugestão de Ricardo Jorge e apresenta o projeto ao Conselho Superior de Higiene que o aprova. A 29 de janeiro de 1921, este condeixense informa os restantes membros da vereação do resultado da sua deslocação à capital do país.

Na segunda quinzena de fevereiro, inicia-se a construção do hospital. Inicialmente a sua empreitada ficou a cargo de Luís Simões Rainho, no entanto a partir de 1923 a autarquia passa a exercer administração direta sobre esta construção. A fiscalização da obra é entregue a Casimiro Gonçalves Marques. Ao longo desta edificação são adquiridos vários materiais de construção e contratados serviços a profissionais de todo o concelho.

Dos materiais de construção adquiridos, merece relevo a aquisição de cal em 1921. A 28 fevereiro, é efetuado um pagamento de noventa escudos a Joaquim Carecho por metro e meio de cal para a construção do hospital<sup>243</sup>. No dia cinco de novembro, são adquiridos cinco metros do mesmo material a Manuel Bicho Novo no valor de duzentos e trinta escudos<sup>244</sup>. Estes dois fornecedores eram moradores na Ega, que, como vimos no segundo capítulo, era por excelência a freguesia do concelho onde se manufacturava este produto. Ao nível da contratação de serviços, salientamos dois casos referentes a 1923 e 1924. Nos dois primeiros meses de 1923, José Rasteiro Galvão, que era pedreiro e morava em Condeixa-a-Nova, é contratado com o objetivo de concluir o interior do edifício. Entre dezembro de 1923 e maio de 1924 ocorre a pintura do hospital que é entregue a Francisco Oliveira.

Sobre o edifício podemos referir que era constituído pelas seguintes divisões: uma enfermaria masculina e outra feminina; uma enfermaria para crianças; quartos de enfermeiros; quartos particulares; uma sala de partos; retretes e casas de banho; quarto para o cozinheiro; cozinha e dependências; sala de consulta; secretaria; laboratório e farmácia; sala de

---

<sup>241</sup>*Idem, ibidem*, sessão de 17.04.1920, fl. 52v.

<sup>242</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa*, cit., p. 5.

<sup>243</sup>ACMC, *Ano de 1920. Deve-Haver do Hospital D. Ana Laboreiro d'Eça*, 28.02.1921, fl. 10.

<sup>244</sup>*Idem; ibidem*, fl. 16v.

operações; rouparia; departamento de costura; arrecadação; sala nobre e uma capela e sacristia. A partir de fevereiro de 1926, começa o processo de aquisição de mobília e de instrumentos cirúrgicos para o hospital. No dia 13 desse mês a Comissão Executiva da Câmara torna público um edital, tendo em vista a compra de mobília, que indica

“que na sua sessão de 6 de março próximo será posto em praça a fim de ser arrematado a quem menor lance oferecer, se servindo aos interesses do município, o seguinte: 14 lavatórios de ferro completos de válvulas, com balde e regador de ferro zincado, pintado a branco, com bacio de pó de pedra; 2 guarda vestidos; 8 mesas de madeira; 20 cabides de madeira; 4 bancos de madeira; 1 banheira comprida com rodas; 1 espelho; 1 fogão; 2 bidés; 18 cadeiras de madeira e 4 de ferro; 24 bacios esmaltados; 46 urinóis de ferro esmaltados; 2 banheiras redondas; 2 mesas de ferro de 3,00 m de comprimento por 1,20 m de largo; 80 lençóis; 20 fronhas travesseiras; 40 travesseirinhos; 18 cobertores de lã; 18 cobertores de algodão; 36 cobertores de cima; 50 toalhas de mão”<sup>245</sup>.

Da lista de compras de material médico, devemos evidenciar a correspondência que a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova manteve com o Instituto Pasteur de Lisboa, entre novembro de 1926 e maio de 1927. Esta última entidade, que foi fundada em 1895, envia no primeiro dia de novembro um telegrama onde expõe que espera “a chegada do estrangeiro do microscópio e do Uriometro”<sup>246</sup>. No mesmo texto é indicado, que face a este atraso, “ainda não remetemos o fogão de petróleo e os 2 bisturis que deveremos fornecer, visto V. Exas pretenderem que os artigos de que se trata sejam expedidos em uma só remessa”<sup>247</sup>. No dia 19, volta a enviar um novo telegrama a indicar que já tinha recebido dos fabricantes o microscópio e que iria proceder ao envio de todos os instrumentos encomendados. Sobre o despacho da encomenda é dito que optou por colocar em separado “o fogareiro para autoclave e os dois bisturis também por V. Exas requisitado, por não ser conveniente junta-los na mesma embalagem com o microscopio, para evitar qualquer avaria”<sup>248</sup>.

No final de novembro é dada resposta a um telegrama que o Presidente da Câmara Municipal enviara no dia 24 desse mês a pedir preços de macas. Neste telegrama, datado de 25 de novembro, o Instituto Pasteur expressa que para além de serem fabricadas nas suas oficinas, as macas eram fornecidas a hospitais, polícia de segurança pública e a postos de socorro. O valor por cada uma seria de dois mil e setecentos escudos. Caso as rodas fossem guarnecidas de aros de borracha, o valor da maca seria aumentado em trezentos escudos. No final do documento é indicado que ao município “muito convirá adquirir uma d’estas macas

---

<sup>245</sup>ACMC, *Edital publicado em 13 de Fevereiro de 1926*.

<sup>246</sup>ACMC, *Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 1 de Novembro de 1926*.

<sup>247</sup>*Idem; ibidem, loc. cit.*

<sup>248</sup>ACMC, *Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 19 de Novembro de 1926*.

muito solidas, extremamente leves, e de acabamento perfeito”<sup>249</sup>. Um mês após a inauguração do edifício hospitalar, a Câmara Municipal solicita preços para adquirir suportes de irrigadores. Na resposta a este pedido o Instituto Pasteur apresenta o preço de três tipos de irrigadores: “suporte de irrigador rodado com 2 depósitos, 2 porte canulas, tubos e canulas 420\$00; suporte de irrigador rodado com 2 depositos, 2 porte canulas, tubos e canulas e 1 tina 450\$00; suporte de irrigador rodado com 2 depositos, 2 porte canulas, tubos e canulas e 2 tinas 480\$00”<sup>250</sup>.

A mobilização do hospital não se fez apenas de compras, mas também de ofertas. Um caso onde se verifica a existência de doações de particulares é o da capela. Como iremos ver no capítulo seguinte, a sua existência deve-se a um pedido da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova. A principal doadora da capela é Elsa Sotto Mayor que oferece os seguintes objetos: uma imagem em culto do coração de Jesus com resplendor de prata; uma imagem em culto de São Francisco de Assis; uma imagem de Nossa Senhora da Conceição com coroa de prata; uma imagem do menino Jesus com resplendo de prata; lâmpada de prata; quatro castiçais em madeira; dois candelabros e um crucifixo pequeno em alumínio<sup>251</sup>. Mais tarde doaria um aparelho de raios ultravioleta, um aparelho de raios infravermelhos, um aparelho de ar quente e um aparelho de ondas curtas.

Ainda em 1926, a Câmara Municipal tenta arranjar “pessoal doméstico e de enfermagem para o bom funcionamento hospitalar”<sup>252</sup>. Face a este problema, as autoridades municipais decidem “que o pessoal fosse escolhido entre alguma Ordem religiosa que se dedicasse a esta modalidade de assistência, e tinha preferência à Ordem Franciscana de Hospitaleiras Portuguesas”<sup>253</sup>. Luís Afonso Viana de Lemos, juiz da Comarca de Condeixa-a-Nova, mostra um enorme interesse na vinda desta ordem para aquele hospital, tendo solicitado ao Bispo de Coimbra, D. Manuel Dias Coelho, “para interceder junto da Superiora Geral, de modo a poderem entrar no Hospital no dia marcado para a inauguração: 10 de Abril de 1927”<sup>254</sup>.

A opção por esta Ordem, que nasceu ligada às Franciscanas francesas de Calais, deve-se particularmente à função assistencial que desempenha em instituições portuguesas desde o final do século XIX. No início da década de vinte verificamos a presença destas religiosas nas

---

<sup>249</sup>ACMC, *Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 25 de Novembro de 1926.*

<sup>250</sup>ACMC, *Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 13 de Maio de 1927.*

<sup>251</sup>ACMC, *Inventário dos bens mobiliários e instrumentos cirúrgicos do Hospital D. Ana Laboreiro d’Eça-1927, fls. 26v-27.*

<sup>252</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d’Eça de Condeixa, cit., p. 7.*

<sup>253</sup>*Idem;* pp. 7-8.

<sup>254</sup>Henrique Pinto Rema, *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição: 1876-1976*, vol. III, tomo II, Braga, Editorial Franciscana, 2008, p. 750.

seguintes instituições de assistência do distrito de Coimbra: hospital de Nossa Senhora de Campos em Montemor-o-Velho, hospital de Escola de Coimbra situada na paróquia de São José e hospital de Cantanhede<sup>255</sup>. Os elementos que a integravam deviam guiar a sua atuação pelo ideal das Obras de Misericórdia: assistência a inválidos, colégios, creches, hospícios<sup>256</sup>.

Inicialmente, aquela Ordem não consegue satisfazer o pedido da autarquia de Condeixa-a-Nova, mostrando apenas em março de 1927 disponibilidade para dispensar pessoal para o hospital. Em sessão realizada no dia 25 daquele mês, o seu Conselho Geral decide “mandar para o Hospital de Condeixa, próximo de Coimbra, as Irmãs Maria das Dores Amaral, Maria Jovita e Maximiniana, visto o senhor Bispo ter pedido há muito e não poderem marcar mais”<sup>257</sup>. As religiosas em causa assumiriam os seguintes postos: o cargo de Diretora do hospital é entregue a Maria das Dores Amaral por ser a mais velha, Maria Jovita será enfermeira e Maximiniana a cozinheira. Até à abertura do hospital teriam ajuda de Amada do Coração Jesus, Superiora do Patronato de Coimbra.

Segundo Henrique Rema, a chegada destas senhoras a Condeixa-a-Nova, causou um grande alvoroço junto do povo, que

“nunca tinha visto freiras e encheu-se de curiosidade e aventou as mais disparatadas hipóteses acerca da vida daquelas criaturas estranhas. Julgaram, por exemplo, que a Ir. Jovita seria alguma viúva desiludida e as outras talvez órfãs saídas de algum Asilo. Ficaram espantados quando souberam que a Ir. Dores era filha dum Juiz de Caminha e quando identificaram a família da Ir. Jovita. Um médico estranhou-lhe a escolha da vida religiosa, quando tinha possibilidades de brilhante futuro no século”<sup>258</sup>.

Em maio de 1928, Maria Jovita torna-se vigária do Hospital, em virtude de Maria Amaral ter ido abrir o Asilo da Mendicidade em Coimbra. Seis meses depois Maria Amaral reocupa o lugar que havia deixado, aqui permanecendo até setembro do ano seguinte. Nesse mês Maria Jovita assume a Direção do Hospital. A 19 de março de 1933, esta religiosa é enviada para a Casa de Saúde de Coimbra, sendo substituída por Maria de Jesus Sacramento.

---

<sup>255</sup>Henrique Pinto Rema, *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição: 1876-1976*, vol. III, tomo I, Braga, Editorial Franciscana, 2008, p. 272. A opção por religiosas para o serviço de enfermagem hospitalar datava do último quartel do século XIX e gerava polémica, com muitos médicos a contestar as suas competências e os laicistas os seus intuítos proselitistas. Ver sobre o assunto Ana Isabel Silva, *A arte de enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, pp. 22-50, 99-100 e Maria Antónia Lopes, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”, cit..

<sup>256</sup>Geraldo J. A. Coelho Dias, “Igreja, Igrejas e Culto” in *Nova História de Portugal*, vol. X (*Portugal e a Regeneração*), Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques (Coord.); Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (Dir.), Lisboa, Editorial Presença, 2003, p. 289.

<sup>257</sup>Henrique Pinto Rema, *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição: 1876-1976*, vol. III, tomo II, cit., p. 750.

<sup>258</sup> *Idem, ibidem, loc. cit.*

Em março de 1934, Maria Domingas Motta na qualidade de Superiora Geral das Religiosas Franciscanas, num telegrama dirigido ao provedor do hospital de Condeixa comunica que o “Conselho Geral da Congregação determinou mandar a Directora D. Glória da Imaculada Conceição para a Santa Casa de que V.<sup>a</sup> Ex. é Dig. Provedor, devendo retirar a D. Maria Duartina de Jesus, depois de estar preenchido o seu lugar”<sup>259</sup>. Como iremos ver seguidamente, este hospital não era gerido por um provedor, mas sim por uma Comissão Administrativa. A partir da segunda metade da década de trinta, e até 1942, é Maria Prudenciana Alves a titular deste cargo.

Face à disponibilidade da Ordem, o executivo camarário decide, na sua sessão de 19 de março 1927, marcar a inauguração do hospital para o dia 10 do mês seguinte. No início de abril aprova o primeiro regulamento do hospital. A sete do mesmo mês oficia a Júlio de Oliveira Baptista “para assumir o cargo de Director Clínico como determinava o testamento do Dr. Simão da Cunha, e nomeia a primeira Comissão Administrativa do Hospital”<sup>260</sup>.

## **4.2. O seu funcionamento**

Tendo em vista o aprofundamento do conhecimento em torno do funcionamento do Hospital apresentar-se-ão as regras e as pessoas que exerceram funções na administração e no corpo clínico.

### **4.2.1. A Comissão Administrativa, Diretor Clínico e facultativos**

Entre 1927 e 1945, este hospital foi administrado ou diretamente pela Câmara ou por uma Comissão Administrativa por ela nomeada. O regulamento do hospital, aprovado em 21 de abril de 1941, determina que este deve ser “administrado por uma Comissão de três membros efectivos e igual numero de substitutos nomeada pela Câmara, ou por qualquer direcção d`alguma Instituição de beneficencia que haja nesta vila, quando a Câmara assim o entender (cap. 1º, art. 1º)”<sup>261</sup>. Sobre esta última menção, o documento em causa refere que ao “nomear a Direcção de qualquer instituição de beneficencia que haja nesta vila para administrar o Hospital, essa direcção é para todos os efeitos considerada como a Comissão nomeada pela Câmara e como tal sujeita a todas as disposições deste Regulamento (cap. 1º, art. 16º)”<sup>262</sup>.

---

<sup>259</sup>ACMC, *Ofício da Superiora Geral das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, enviado no dia 31 de Março de 1937.*

<sup>260</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d’Eça de Condeixa, cit., p. 8.*

<sup>261</sup>ACMC, *Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D’Eça de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Nova, 1941, fl. 1.*

<sup>262</sup>*Idem, ibidem, fl. 2.*

Quando proceder à nomeação da Comissão Administrativa, a Câmara Municipal também deverá designar o seu presidente (cap. 1º, art. 2º). No dia em que assumir a administração do hospital a Comissão terá que escolher entre si o seu secretário e tesoureiro (cap. 1º, art. 4º). A sua tomada de posse é dada pela Câmara Municipal, devendo estar presente o Diretor Clínico. Tanto esta entidade como a anterior “assistirão á entrega de todos os livros de escrituração do Hospital, do inventário e de quaisquer valores que tenham em seu poder, como espólios de doentes, etc” (cap. 1º, art. 3º)<sup>263</sup>. Se, por falta de tempo, a Comissão cessante não tiver resolvido qualquer resolução ou reclamação pendente, terá que informar “a nova Comissão e dará todas as explicações a fim de habilitar a Comissão que entra a resolver o assunto” (cap. 1º, art. 3º)<sup>264</sup>.

Constituída a sete de abril de 1927, a primeira Comissão Administrativa é composta pelos seguintes elementos: Cândido de Sotto Mayor, António Augusto de Matos, Joaquim Simões de Campos Júnior, José Pedro da Silva e Carlos Pereira da Luz<sup>265</sup>. Tanto Joaquim de Campos Júnior como José Pedro da Silva recusariam esta nomeação, sendo substituídos em maio, por Francisco Mesquita e pelo padre Baltazar dos Santos. Este grupo terá como vogais substitutos Casimiro Gonçalves Marques, Joaquim da Costa, João António da Costa, Aires Dinis da Costa Coelho e Manuel Dias Coelho. A 15 de dezembro de 1928, e durante os quatro anos seguintes, a Câmara Municipal assume a administração do hospital. Esta tomada de decisão ocorre, porque a Comissão Administrativa que estava em funções não reúne com a regularidade que este serviço exige.

Na sua sessão de 20 de dezembro de 1932, a Câmara nomeia uma nova Comissão Administrativa. Formada por Fortunato de Carvalho Bandeira, Manuel Dias Coelho e João António da Costa, esta Comissão assume a gestão do hospital até nove de outubro de 1933 data em que requerem a sua demissão. Face a esta decisão é a Câmara que assume mais uma vez todas as responsabilidades administrativas do hospital. A 22 de dezembro de 1938 é dada posse a uma nova Comissão constituída pelo padre Joaquim Simões Cravo, Américo Rodrigues e Emídio de Sousa Nápoles, que se mantêm em exercício até quatro de junho de 1939.

Dessa data, até sete de maio de 1940 é a Câmara Municipal que volta a exercer a administração hospitalar. Neste dia, toma posse mais uma Comissão Administrativa, cujos elementos são o Capitão José Alves da Silva, Manuel Simões Moita e Abílio Simões Pires dos

---

<sup>263</sup>*Ibidem; ibidem*, fl. 1.

<sup>264</sup>*Idem; ibidem, loc. cit.*

<sup>265</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa*, cit., p. 9.

Reis. Nos quatro anos seguintes ocorrem algumas mexidas neste grupo. Devido à doença de Manuel Simões Moita, em março de 1941, José Firmino integra esta equipa. Este último também seria trocado por Raul Fernandes Geraldo em nove de dezembro de 1944. No último mês de 1945, esta comissão demite-se.

Como acabamos de ver, existiram vários elementos e várias Comissões Administrativas que apresentaram a sua demissão. Sempre que um elemento da Comissão apresentava a sua renúncia ao cargo, a conduta da autarquia ia no sentido de proceder à sua substituição na sua primeira sessão ordinária ou extraordinária (cap. 1º, art. 14º). No caso de toda a Comissão Administrativa abdicar, a atitude que a Câmara Municipal devia assumir era a de nomear outra no prazo de 10 dias (cap. 1º, art. 15º). A autarquia poderia também tomar medidas que levassem à suspensão ou demissão da Comissão. Tomadas estas medidas, “a Câmara fará exarar na acta as razões que motivaram tal resolução” (cap. 3º, art. 27º)<sup>266</sup>. Se o afastamento fosse levado para a frente, teria que ser feito um inquérito à gestão da Comissão destituída (cap.3º, art. 28º).

É preciso ter em conta a fiscalização exercida pela autarquia sobre a Comissão Administrativa. Se, porventura, a Câmara Municipal “encontrar qualquer coisa menos regular, convidará o Presidente da Comissão Administrativa a prestar-lhe esclarecimentos em sessão ordinária da mesma Câmara” (cap. 3º; art. 25º). Os membros da Comissão, à semelhança dos funcionários do hospital, estão proibidos de praticar atos que violem as disposições do regulamento hospitalar sob pena de serem responsabilizados civil e criminalmente (cap. 3º, art. 26º).

Abordando as funções da Comissão, devemos falar em primeiro lugar da gestão financeira do hospital. Um elemento fundamental nesta gerência é o orçamento. Este documento, que necessita de ser apresentado por esta entidade até ao dia quinze de dezembro de cada ano, deve contemplar “todas as verbas discriminadas pelo que respeita às despesas com pessoal, alimentação, medicamentos, e demais despesas prováveis com sustento e funcionamento do Hospital” (cap. 1º, art. 5º)<sup>267</sup>. O orçamento vigorará entre um de janeiro e 31 de dezembro. Na eventualidade de ser necessário produzir um orçamento suplementar, este à semelhança do anterior terá que ser autorizado pela autarquia (cap. 1º, art. 6º). Até ao nono dia de cada mês a Comissão terá que reunir para analisar as contas do mês antecedente (cap.1º, art. 12º). Durante a primeira quinzena de cada mês, a autarquia tem de receber “a nota da importância gasta referente aos mandatos de pagamento do mês anterior” (cap.1º, art.

---

<sup>266</sup>ACMC, *Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D'Eça de Condeixa-a-Nova*, cit., fl. 3.

<sup>267</sup>*Idem, ibidem*, fl. 1v.

18º)<sup>268</sup>. Nesta informação deve ser indicado o nome dos fornecedores, os géneros que abasteceram e os valores despendidos.

A entidade bancária que colaborava com o hospital era a Caixa Económica Portuguesa. As receitas aqui depositadas “só serão levantadas com um mandato assinado pelo Presidente da Câmara e tesoureiro da Comissão Administrativa (cap. 1º, art. 7º)”<sup>269</sup>. Toda a receita proveniente de esmolas ou de donativos, quer fosse dinheiro ou géneros, deve ser registada num livro intitulado de *Especial*. Tanto os donativos como as esmolas em dinheiro detêm um carácter especial pois carecem de “dar entrada imediatamente na Caixa Economica e delas só será feito uso no respectivo orçamento ordinário ou suplementar” (cap. 1º; art. 8º)<sup>270</sup>.

Além da gestão financeira, a Comissão Administrativa tinha ainda a competência de “fiscalizar se as outras disposições regulamentares são cumpridas; inquirir do pessoal se há qualquer necessidade pelo que respeita á conservação do edifício, moveis ou utensílios; propor á Câmara nomeação do pessoal” (cap. 2º; art. 20º)<sup>271</sup>.

Segundo o regulamento que temos vindo a referir, o Diretor Clínico e os facultativos são nomeados exclusivamente pela Câmara Municipal (cap. 4º; art. 29º). Excetuando Júlio de Oliveira Baptista, não conseguimos apurar o nome de mais nenhum Diretor Clínico. As obrigações do Diretor Clínico passam por

“fazer a distribuição do serviço; assinar as requisições dos medicamentos para a farmácia privativa do hospital, de material cirurgico, analises e radioscopias que forem necessárias; dirigir e orientar a higiene do Hospital e suas dependências; designar as horas a que são dadas as refeições aos doentes e feitas a consulta externa e a visita clinica aos doentes internados e comunicar a sua determinação, por escrito, aos facultativos do Hospital; dar o seu parecer, e, quando assim lhe for pedido, por escrito, sobre qualquer obra ou ou modificação no edificio do Hospital e suas dependencias; prestar serviços clínicos no Hospital nas condições dos outros facultativos” (cap. 1º, art.2º)<sup>272</sup>.

Em 1929, Alfredo Pires Miranda e Joaquim Bandeira de Carvalho são os clínicos do hospital. Maria Jovita, na qualidade de enfermeira, auxiliaria o serviço destes dois durante este ano. Por decreto do Ministério do Interior, publicado no *Diário do Governo* a 14 de setembro de 1929, e que tinha como principal objetivo aprovar o quadro de pessoal do hospital e o seu vencimento anual, fica esclarecido que a entidade que paga aos dois

---

<sup>268</sup>*Ibidem*, fl. 2.

<sup>269</sup>*Ibidem*, fl. 1v.

<sup>270</sup>*Ibidem*, loc. cit.

<sup>271</sup>ACMC, *Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D'Êça de Condeixa-a-Nova*, cit., fl. 2v.

<sup>272</sup>*Idem*, *ibidem*, fl. 3v.

facultativos é a Câmara Municipal<sup>273</sup>. Até 1942, este corpo clínico não sofre alterações. Neste ano, juntam-se àqueles dois Delmiro Manaia e Evaristo Cerveira de Moura. No ano seguinte, Delmiro Manaia abandona este grupo de clínicos. Durante 1944, ingressam no hospital Joaquim Ferreira e Manuel Montezuma de Carvalho. Enquanto que o primeiro assume funções de facultativo, o último dedica-se exclusivamente a funções cirúrgicas.

O serviço dos facultativos é organizado por uma escala mensal, que é elaborada pelo Diretor Clínico (cap. 4º; art. 31º). Sempre que um facultativo estiver de serviço “terá a seu cargo todos os doentes das enfermarias, quer pobres, quer pensionistas” (cap. 4º; art. 32º)<sup>274</sup>. Este é ainda obrigado a apresentar-se no hospital, todos os dias úteis, no horário que lhe é atribuído para visitar os doentes e efetuar consultas externas (cap. 4º; art. 33º). Fora do seu horário fixo, o facultativo apenas terá de se deslocar ao hospital em caso de gravidade dos doentes (cap. 4º; art. 33º).

Aos facultativos é permitido permutar os serviços entre ambos, sendo que para isso acontecer devem avisar com a devida antecedência o Diretor Clínico (cap. 4º; art. 34º). Este último deve ser ainda notificado, sempre que um facultativo sofrer um imprevisto e não conseguir apresentar-se no seu horário de serviço, afim de determinar a sua substituição (cap. 4º; art. 35º). Na eventualidade de o facultativo deixar de frequentar o hospital durante três dias e não tiver informado o Diretor Clínico, este “participará o facto à Câmara e nomeará imediatamente um substituto” (cap. 4º; art. 36º)<sup>275</sup>. Esta ausência é entendida como abandono da função, estando por isso sujeita a possíveis penalizações que as entidades camarárias possam vir a aplicar (cap. 4º; art. 36º).

#### **4.2.2. Oferta hospitalar**

Tendo por base a data em que foram inaugurados, seguidamente iremos apresentar os serviços disponibilizados pelo hospital entre 1927 e 1945. O objetivo deste segmento é dar a conhecer o modo de funcionamento daquela oferta.

##### **4.2.2.1. Banco hospitalar e dispensário antituberculoso**

O banco hospitalar, cujo horário era definido pelo Diretor Clínico, seria “a sala onde se consultam e tratam gratuitamente as pessoas que não estão em condições de serem

---

<sup>273</sup>Anualmente, a diretora, a enfermeira, cozinheira e a ajudante auferiam cada 600\$00. *Diário do Governo*, 1º serie, Lisboa, nº 212, 14 de Setembro de 1929, decreto nº 17:345, artigo, disponível para consulta em <http://leideportugal.com/download/pdf/lei-n-o-1089-218477>, acedido em 04-05-2017.

<sup>274</sup>ACMC, *Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D’Eça de Condeixa-a-Nova*, cit., fl. 3v.

<sup>275</sup>*Ibidem*, loc. cit.

hospitalizadas” (cap. 4º; art. 48º). As pessoas pobres deste concelho poderiam ser examinadas gratuitamente no banco hospitalar, mediante aprovação da Comissão Administrativa. A oferta deste serviço é ainda alargada a todos os indivíduos que padecessem de sífilis, moléstias contagiosas ou crónicas. Uma vez apresentados no hospital seriam tratados e examinados pelo facultativo de serviço, sendo-lhes ainda concedidos remédios.

Uma doença que merece um tratamento especial, no hospital D. Ana Laboreiro, é a tuberculose. A preocupação em torno desta enfermidade, vem no seguimento de várias medidas implementadas em Portugal na transição do século XIX para o século XX. Em 1899, é criada a Assistência Nacional aos Tuberculosos. A este organismo competia “criar Hospitais para tísicos, destinados aos incuráveis; fundar sanatórios em clima de montanha e de altitude para tratamento de tuberculosos curáveis; construir Hospitais marítimos para crianças; nas Capitais de distrito apoiar Instituições para diagnóstico da tuberculose e apoio social em alimentos e regar de higiene”<sup>276</sup>. No início da década de trinta, a Assistência Nacional aos Tuberculosos, impulsiona a criação de dispensários e de sanatórios<sup>277</sup>.

Desde o início do funcionamento do hospital, foram distribuídos “pela sua consulta externa, medicamentos, injeções e produtos antissépticos de profilaxia a todos os tuberculosos pobres que concorriam a essa consulta”<sup>278</sup>. Depois, em setembro de 1931, iniciou funções o Dispensário antituberculoso desta entidade. A principal impulsionadora da estrutura foi a Junta Geral do Distrito de Coimbra, que, nesse ano, concedeu um subsídio de quinhentos escudos e autorizou que “os doentes tratados pelo Hospital pudessem utilizar os serviços Radiológicos do seu Dispensário Central”<sup>279</sup>.

No Dispensário podiam ser socorridas todas as pessoas que sofressem de “tuberculose, ou os indivíduos de qualquer sexo ou idade que, pelo seu estado, possam vir a sofrer desta doença” (cap. 4º; art. 41º)<sup>280</sup>. O ingresso de doentes era da responsabilidade dos facultativos, devendo estes ter sempre em conta as condições financeiras do hospital (cap. 4º; art. 42º). Todas as segundas, quintas e sábados facultavam-se consultas aos tuberculosos inscritos no Dispensário. Além do auxílio prestado no hospital, eram realizados atendimentos domiciliários. Este serviço aconteceria sempre que o estado de saúde de um doente o impossibilitasse de se deslocar ao hospital.

---

<sup>276</sup>António Leal Gonçalves, “Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos” in Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal-Suplementos*, Vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 276.

<sup>277</sup>Compreendemos como sendo dispensário antituberculoso a estrutura de combate à tuberculose que se encontra próxima das populações. Quanto aos sanatórios, devem localizar-se distantes das populações sociedade.

<sup>278</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d’Eça de Condeixa*, cit., p. 22.

<sup>279</sup>*Idem, ibidem*.

<sup>280</sup>ACMC, *Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D’Eça de Condeixa-a-Nova*, cit., fl. 4v.

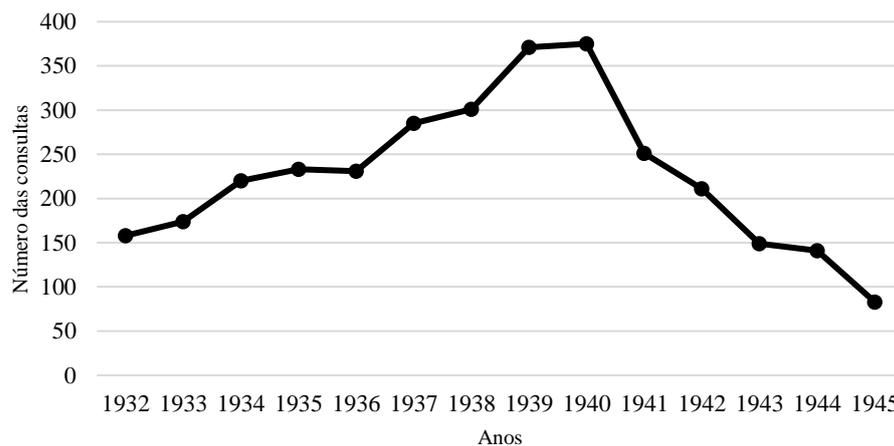
## Quadro VI - Doentes inscritos no Dispensário Antituberculoso, 1932-1945

Anos	Inscrições
1931	3
1932	40
1933	34
1934	42
1935	39
1936	41
1937	36
1938	37
1939	62
1940	43
1941	21
1942	20
1943	21
1944	18
1945	9
Total	466

Fonte: Livros nº 1,2,3,4,5 do Dispensário Anti-tuberculoso do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro

Durante o período que medeia entre setembro de 1931 e dezembro de 1945 inscreveram-se neste Dispensário 466 pessoas. Como é possível verificar no Quadro VI, o ano em ocorreu o maior número de inscrições foi 1939 (13.3%).

### Gráfico I - Consultas fornecidas Dispensário Antituberculoso 1932-1945



Fonte: Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa, cit.,

Relativamente à distribuição de consultas, podemos mencionar que entre janeiro de 1932 e dezembro de 1945 foram facultadas 3.243. Como é possível verificar no Gráfico I o

ano em que ocorreu o maior número foi 1940, com 375 (11.5%). Durante o ano de 1945 encontramos o menor número de consultas, 83 (2.5%).

#### **4.2.2.2. O Dispensário de Higiene Infantil e Lactário**

Em 1937, é fundado juntamente com o lactário o segundo dispensário do hospital Municipal D. Ana Laboreiro. Criado sob iniciativa de Henrique Costa Alemão Teixeira e com o apoio financeiro da Organização da Defesa da Família, que concede um subsídio de doze mil escudos para a sua fundação, o Dispensário de higiene infantil e lactário terá como principal função “prestar assistência médica e subsidiar de alimentação às crianças e bem assim ensinamentos de puericultura às famílias das crianças neles registadas (cap. 4º, art. 52º)”<sup>281</sup>. A inauguração deste serviço permitia que as famílias de Condeixa-a-Nova pudessem, desde o nascimento dos seus filhos, criar rotinas em torno da proteção infantil.

No final do primeiro ano de funcionamento, é enviado um relatório à Organização Nacional da Defesa da Família a dar conta dos serviços prestados. Nesse documento é consignado que se “a função de assistência – alimentação, higiene, assistência médica – é importante, a parte educativa é sem dúvida maior. Porque, desta não só a criança assistida aproveitará: todas as crianças ganharão com a difusão dos mais elementares princípios de higiene e puericultura”<sup>282</sup>.

Um exemplo de uma autarquia que a nível nacional impulsionou a criação deste mecanismo de assistência, e por essa razão merece a nossa atenção, é Lisboa. No final da primeira metade da década de vinte, e por iniciativa de Alexandre Ferreira, esse município inaugura seis lactários. Em outubro de 1924, o então responsável pelo pelouro da Instrução e Assistência apresenta um projeto para se criar um Estábulo Municipal que deveria “fornecer leite na cidade em vários postos lactários à população infantil e a outros adultos doentes, segundo prescrições médicas”<sup>283</sup>. Juntamente com esta iniciativa, são instituídos seis lactários municipais que funcionavam em articulação com os estábulos. No relatório de atividades referente a 1925, Alexandre Ferreira declara que é objetivo dos lactários “fornecer leite puro de vaca a crianças até à idade de desmamento, isto é, até aos 18 meses, tendo a preferência, na admissão, os filhos dos indivíduos mais necessitados, e verdadeiramente indigentes”<sup>284</sup>.

---

<sup>281</sup>*Idem*; fl. 5.

<sup>282</sup>*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa*, cit., p. 26.

<sup>283</sup>Ana Brites, “Os Lactários Municipais (1925-1927)”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª série, nº7, Lisboa, 2004, p. 150.

<sup>284</sup>*Idem*; *ibidem*, loc. cit.

Ao nível da sua oferta, os lactários de Lisboa usufruíam de uma sala de espera equipada com um balcão para realizar a requisição do leite, uma cozinha com fogões a gás para aquecer a água dos banhos das crianças e para lavar as taras do transporte do leite, uma sala onde se realizavam as pesagens e os banhos e ainda um gabinete médico. Aqui trabalhava o facultativo responsável pela consulta, pesagem e vacinação das crianças e era também ele que determinava a administração do leite às crianças, devendo ter em conta “a sua idade e a sua constituição física”<sup>285</sup>.

O dispensário de higiene infantil e o lactário do hospital de Condeixa-a-Nova tinha as suas próprias regras, bastante diferentes das lisboetas. Podiam ser inscritas no dispensário de higiene todas as crianças até aos dois anos, sendo os seus pais obrigados a patentear uma certidão de pobreza ou indigência. A idade de dois anos podia passar para dez, quando se tratasse de uma doença crónica ou de qualquer outra, desde que não forçasse à sua hospitalização. O lactário fornecia um subsídio de alimentação de leite ou farinhas. Todas as crianças com menos de 18 meses de idade obteriam farinhas. As mães que não possuíssem condições para lactar poderiam fruir de leite até o seu filho completar um ano de vida. À semelhança do dispensário de higiene, também aqui era obrigatória a exibição da certidão de pobreza ou indigência atrás referida, sob pena de as crianças não poderem usufruir do auxílio. O facultativo que estivesse a exercer funções no dispensário de higiene e lactário teria de “escriturar os boletins de registo, vigiar o estado de saúde das crianças registadas e assistir ao serviço de pesagem” (cap. 4º; artº 58)<sup>286</sup>. A pesagem ocorria nos dias um e quinze de cada mês.

Nos seus primeiros oito anos de atividade, o Dispensário de Higiene Infantil e Lactário possibilitou a inscrição a 261 crianças. No mesmo período, foram realizadas 1.741 consultas. A reter ainda o facto de, a partir de 1942, ter começado a usar-se o aparelho de raios ultravioleta. No final de 1945, aquele equipamento havia tido 663 utilizações no tratamento de crianças.

#### **4.2.2.3. Serviço de cirurgia**

Outro serviço disponível no hospital era o cirúrgico. Desde 1927 que nele se praticavam operações de pequena cirurgia. Contudo, esta oferta era limitada, pois a “sala de operações existente não tinha condições, nem havia material cirúrgico que permitisse fazer

---

<sup>285</sup>*Idem; ibidem, loc. cit., p. 151.*

<sup>286</sup>ACMC, *Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D’Eça de Condeixa-a-Nova*, cit., fl. 5v.

mais”<sup>287</sup>. Ao contrário do que sucedia nos serviços hospitalares que vimos anteriormente, o regulamento de 1940 não dedicava nenhum artigo à questão das cirurgias, omissão que, só por si, revela a insignificância que as entidades administrativas atribuíam às cirurgias. O serviço em causa sofreu uma reformulação nos primeiros meses de 1944, tendo sido criada uma sala destinada a operações e outra a esterilizações.

A instalação das duas salas foi assumida por Elsa Sotto Mayor, que ofereceu ainda algum material cirúrgico. Como forma de apoiar o alojamento do serviço cirúrgico no hospital, alguns condeixenses decidiram ainda criar uma comissão angariadora de fundos para a compra de instrumentos cirúrgicos para aquele serviço.

A 25 de março ocorreu a primeira operação, sendo que até ao final de 1944, foram efetuadas 39 intervenções (em 20 mulheres e 19 homens)<sup>288</sup>. A condução das cirurgias era entregue a um operador, um anestesista e um ajudante. No ano da sua inauguração, exerceram funções nas duas salas de cirurgia os seguintes clínicos: Manuel Montezuma de Carvalho, Evaristo de Moura, Alfredo Miranda Diniz Vieira e Afonso Romão.

#### Quadro VII - Clínicos e as funções que desempenharam nas cirurgias

Clínicos	Operador	Anestesista	Ajudante
Montezuma de Carvalho	30	24	
Evaristo de Moura	6	6	28
Alfredo Miranda	3	6	4
Diniz Vieira		2	5
Afonso Romão		1	

Fonte: Livro de registo dos operados.

Como é possível verificar no Quadro VII, o papel de operador foi desempenhado por Manuel Montezuma Carvalho em 76%, em 15.3% foi Evaristo de Moura quem o exerceu e por Alfredo Miranda 7.7%. A função de anestesista é atribuída a Montezuma de Carvalho em 61.5% e Evaristo de Moura e Alfredo Miranda exercem-na em 15.8%, Diniz Vieira desempenha esta função em 5.12% e Afonso Romão em 2.5%. Tanto na função de operador como de anestesista observa-se a maior presença de Montezuma de Carvalho. A importância deste assistente de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra é ainda visível nas 29 cirurgias em que exerce a função de operador e anestesista. O exercício

<sup>287</sup>Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d’Eça de Condeixa, cit., p. 18.

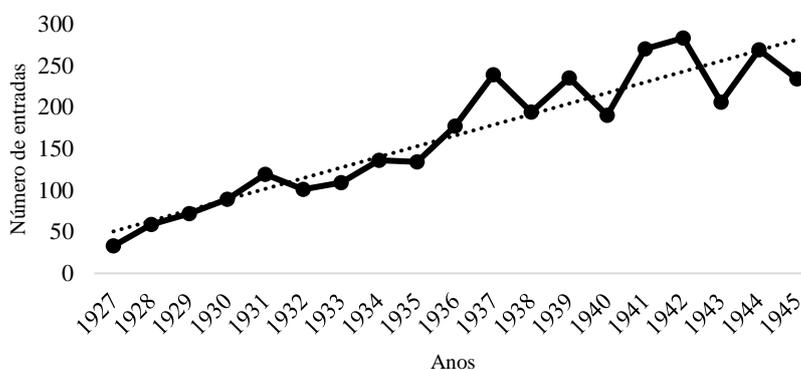
<sup>288</sup>O único livro de operações a que foi possível aceder é referente a 1944. Sucede que o documento em causa não apresenta um registo completo das operações. No livro são apresentados 39 registos, só que o número de ordem não segue uma sequência numérica. Entre o registo nº 14 e o registo nº29 existe um lapso de inscrições.

de ajudante é praticado em 37 operações. Evaristo de Moura executa-o em 76% das cirurgias; Alfredo Miranda em 11% e Diniz Vieira em 13%.

### 4.3. A clientela do hospital: caracterização

Para o estudo da clientela hospitalar, utilizaram-se os livros de registos de internamentos existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova. A série documental selecionada cinge-se ao período que medeia entre 1927 e 1945. No período em apreço procedeu-se à contagem total das entradas no hospital, verificando-se terem sido registadas 3.156 admissões (1.471 homens, 1.684 mulheres e um recém-nascido sem indicação de sexo). As admissões por sexo em termos percentuais foram as seguintes: 46.6% do sexo masculino e 53.3% do feminino. De salientar outros estudos que, é certo, incidem sobre épocas mais antigas, concluem haver predomínio do sexo masculino na população hospitalar. Maria Antónia Lopes apurou, no seu estudo dedicado à assistência social em Coimbra no século XIX, que dos 8.991 doentes admitidos nos Hospitais da Universidade, em 1845-1849, 4.996 eram homens, equivalendo, portanto, a 55.6%, mas em 1801 representavam 61.5%<sup>289</sup>. Ana Correia concluiu que no hospital da Misericórdia de Coruche, entre 1900 e 1902, 65.7% dos internados eram homens<sup>290</sup>.

**Gráfico II- Movimento anual de internamentos no hospital D. Ana Laboreiro (1927-1945)**



Fonte: ACMC, *Livros de registo de internamentos no Hospital D. Ana Laboreiro (1927-1945)*.

Como concluímos de imediato pela observação do gráfico anterior, a tendência dos internamentos é crescente, sendo os anos em que ocorreram os maiores e menores números 1942, com 283, e 1927 com 33. Podemos falar de uma habituação da população no recurso ao

<sup>289</sup>Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, vol. I, 2000, p. 718.

<sup>290</sup>Ana Maria Diamantino Correia, *A saúde pública no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*, cit., p. 96.

hospital durante os seus 10 primeiros anos de vida. Esta habituação não impede, contudo a existência de uma oscilação anual, a partir de 1937.

#### **4.3.1. Situação económica**

Qualquer pessoa que pretendesse ser admitida no hospital, deveria fazer um requerimento ao Presidente da Comissão Administrativa, onde teria de estar anexada uma certidão de pobreza ou indigência passada pela autarquia ou freguesia onde residisse. Ora, na alínea dos registos em que se pede para registar se são pobres ou pensionistas, 2.475 (78.4%) doentes são assentes pelo funcionário do hospital como pobres, 293 (9.2%) como pensionistas, uma pessoa como mendiga e a 388 (12.3%) não é atribuído nenhum dos itens pedido.

Tentaremos agora caracterizar melhor as pessoas internadas, analisando os dados relativos à sua filiação, ao seu estado conjugal/civil e à sua residência.

#### **4.3.2. Filiação**

Um elemento referido nos registos de internamento é o da filiação. Este é um dado importante para a vida das pessoas, pois permite identificar a sua ligação ao(s) progenitor(es). Mas nesta época permite também determinar a incidência da ilegitimidade. Como podemos verificar na tabela exposta em baixo, são nove os termos usados para descrever a filiação dos internados.

Na grande maioria dos registos, é apresentada a filiação completa, mais concretamente o nome do pai e da mãe, que representam, entre 1927-1945, 90.5% das pessoas internadas. Seguidamente, encontramos a alusão feita ao nome da mãe, com 6.1%, e que, em princípio, são pessoas nascidas fora do casamento. Em 1.1% dos casos só se regista o nome do pai, o que nada significa além do facto de se considerar despiendo averbar o nome da mãe. São, com certeza, filhos legítimos. A alusão a pais desconhecidos aparece como sendo a terceira com mais entradas: 1.8%. Os indicadores relativos a enjeitados e pai e mãe falecidos possuem o mesmo valor (0.1%). Em último lugar encontramos pai falecido (0.03%).

### **Quadro VIII - Informações sobre a filiação dos internados (1927-1945)**

Tipo	Nºs abs.
Pai e mãe identificados	2855
Nome da mãe	194
Pais desconhecidos	57
Nome do pai	34

Incógnitos	7
Pai incógnito e nome da mãe	4
Enjeitados	2
Pai e mãe falecidos	2
Pai falecido	1
Total	3156

Fonte: APMC, *Livros de registo de internamentos no Hospital D. Ana Laboreiro (1927-1945)*.

Assim, em conclusão, a filiação ilegítima destes doentes situar-se-ia nos 7,9%, sem contar os expostos.

### 4.3.3. Estado civil

Identificar o estado civil dos doentes internados é fundamental, pois permite reconhecer e apurar as relações sociais existentes e, mais uma vez, procurar perceber se o desamparo era motivação para o pedido de internamento. Para realizar este cálculo, retirámos todos os registos com indicação inferior a 21 anos de idade, e os que mencionam apenas o estado civil, não fazendo qualquer tipo de alusão à idade. Apuraram-se os seguintes resultados para ambos os sexos entre 1927 e 1945: 36.2% dos hospitalizados são casados, 17.3% solteiros, 8 % viúvos e 0.1% são divorciados. Veja-se agora essa distribuição consoante o género:

#### Quadro IX - Estado civil por sexo

Sexo masculino	Nºs abs	Sexo feminino	Nºs abs.
Solteiro	218	Solteira	328
Casado	551	Casada	591
Viúvo	85	Viúva	166
Divorciado	4	Divorciada	0
Desc.	613	Desc.	599
Total	1471	Total	1684

Fonte: APMC, *Livros de registo de internamentos no Hospital D. Ana Laboreiro (1927-1945)*.

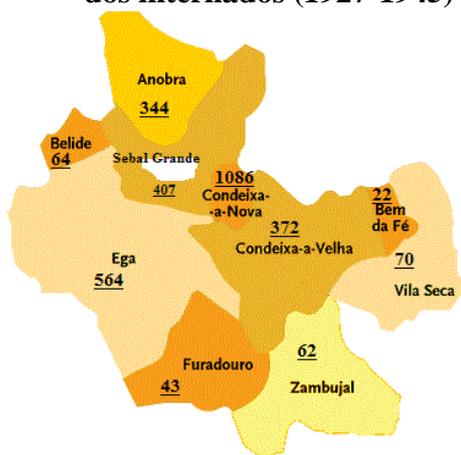
Fazendo uma análise por género compreendemos que no caso do sexo masculino os valores são os seguintes: 37.4% são casados, 14.8% são solteiros, 5.7% são viúvos e 0.2% são divorciados. Pela mesma ordem, no sexo feminino apuraram-se os seguintes valores: 35% são casadas, 19.4% são solteiras e 9.8% são viúvas. Perante os dados apresentados podemos aferir que tanto no sexo masculino, como no feminino o grupo maioritário é o dos casados. Percentualmente conclui-se que a percentagem de solteiras é superior à de solteirss sendo a diferença entre ambos de cinco pontos. Saliente-se, ainda, a curta desigualdade entre casados

(37.4%) e casadas (35%), ou seja, uma diferença superior a dois pontos. Quanto à entrada de viúvos, a percentagem de mulheres (9.8%) é superior à dos homens (5.7%). Ao estabelecermos uma comparação com o hospital da Misericórdia de Coruche, verificamos que no triénio de 1900-1902, a percentagem de viúvas (22.6%) é superior à de viúvos (10.7%).

#### 4.3.4. Residências: freguesias e aldeias

Tendo em conta que 3.034 hospitalizados indicam a sua residência no concelho de Condeixa-a-Nova, é importante determinar a representatividade das suas freguesias, que por ordem alfabética, apresenta a seguinte distribuição: Anobra 11.33%; Belide 2.1%; Bem da Fé 0.72%; Condeixa-a-Nova 35.79%; Condeixa-a-Velha 12.26%; Ega 18.58%; Furadouro 1.41%; Sebal Grande 13.41; Vila Seca 2.30% e Zambujal 2.04.

**Mapa I- Freguesias de Condeixa-a-Nova: residência dos internados (1927-1945)**



Fonte: <http://geneall.net/pt/mapa/93/condeixa-a-nova> (acedido em 04/04/17)

Observando o mapa I, que representa a distribuição dos internados pelo concelho de Condeixa-a-Nova, surgem quatro freguesias, todas adjacentes à vila, destacando-se nitidamente: Condeixa-a-Nova com 1086, Condeixa-a-Velha com 372, Ega com 564 e Sebal Grande com 407. Além da adjacência, a questão populacional poderá explicar aquela supremacia. Tendo por base os dados apresentados no segundo capítulo, aquelas freguesias são as que possuem o maior número de habitantes de todo o concelho. Ressalte-se ainda que a freguesia da Ega era a mais populosa do concelho de Condeixa-a-Nova. A distância, face ao hospital poderá ajudar a explicar os poucos internamentos de residentes das freguesias de Belide com 64, Bem da Fé com 22, Furadouro com 43 com 70, Vila Seca e Zambujal com 62.

Acresce ainda que Belide e Bem da Fé possuíam cada uma apenas duas centenas de habitantes.

#### **Quadro X - Número de internados que residem em povoações da freguesia de Condeixa-a-Nova (1927-1945)**

Povoações	Nº abs.
Barreira	181
Casal do Pocinhos	80
Condeixa-a-Nova	809
Gorgulhão	4
Senhora das Dores	7
Cabaneiras	5
Total	1086

Fonte: APMC, *Livros de registo de internamentos no Hospital D. Ana Laboreiro (1927-1945)*.

De todas as freguesias, a mais representativa é a de Condeixa-a-Nova, sendo por isso oportuno analisar as povoações de onde vieram os doentes do hospital. Percentualmente a sua representatividade é a seguinte: Barreira, 16.66%; Casal dos Pocinhos, 7.36; Condeixa-a-Nova, 74.49%; Gorgulhão, 0.36%; Senhora das Dores, 0.64%; Cabaneiras, 0.46%. O predomínio da sede da freguesia é explicado pela proximidade geográfica face ao hospital e, naturalmente, pela sua dimensão demográfica.

Durante o período em causa, a Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova usou as infraestruturas do hospital e pediu auxílio aos seus funcionários para colaborarem em algumas das suas atividades. No capítulo seguinte, debruçar-nos-emos sobre a Santa Casa da Misericórdia.



## Capítulo 5 - A Misericórdia de Condeixa-a-Nova

### 5.1. A Fundação: 1921-1926

A 30 de maio de 1921, no salão das sessões da Câmara Municipal, realizou-se a primeira reunião tendo em vista a constituição da Misericórdia de Condeixa-a-Nova. A fundação desta Santa Casa ocorre sob o signo da I República. Como já vimos no I capítulo, estas instituições eram um pilar fundamental no sistema assistencial português. Para se ter uma ideia, no final da Monarquia Constitucional as Misericórdias geriam 83% dos hospitais portugueses. Segundo Maria Antónia Lopes, “prestavam também cuidados médicos domiciliários, distribuíam medicamentos gratuitos, enterravam pobres subsidiavam a alimentação dos presos e o ensino primário, dotavam órfãs, distribuíam esmolas, etc.”<sup>291</sup>. Dentro das medidas adotadas pelos vários governos republicanos, podemos destacar o decreto de 1 de novembro de 1919. Esta normativa determina que a assistência que as Misericórdias deveriam praticar em cada concelho teria que centrar-se no: “socorro aos doentes em hospitais e domicílio, proteção às grávidas e recém-nascidos, assistência à primeira infância desvalida e aos velhos e inválidos de trabalho caídos em indigência”<sup>292</sup>.

É preciso ter em conta que a criação da Misericórdia de Condeixa-a-Nova ocorre com alguns séculos de atraso face às suas congéneres dos concelhos e localidades vizinhas: Montemor-o-Velho, Penela, Pereira, Soure. Infelizmente não é possível saber com exatidão a data de fundação de muitas dessas instituições. A primeira a ser fundada terá sido a de Montemor-o-Velho. Os documentos mais antigos, onde é feita alusão a esta instituição são dois alvarás de D. João III que datam de 1546. O primeiro, de 10 de dezembro, atribui-lhe os mesmos compromissos e privilégios que gozava a irmandade da Misericórdia de Lisboa<sup>293</sup>. A 25 de agosto de 1559 são lançadas as bases da Confraria da Misericórdia de Penela. A Misericórdia da Vila de Pereira, também havia sido fundada no século XVI. Segundo o volume IV da obra *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, esta instituição foi instituída em 1574<sup>294</sup>. Relativamente a Soure, não é possível avançar com uma data exata. No entanto,

---

<sup>291</sup>Maria Antónia Lopes, “Misericórdias”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República Divisão de Edições, 2013, p. 937.

<sup>292</sup>*Idem; ibidem*, p. 940.

<sup>293</sup>José Pedro Paiva (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 4, Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580*, Ângela Barreto Xavier; José Pedro Paiva (coord.), Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 287.

<sup>294</sup>Mas logo em 1498 o juiz da Confraria da Nossa Senhora da Piedade terá pedido a D. Manuel I, o “privilégio da Misericórdia”. *Idem, ibidem*, p. 308.

Joaquim Ramos de Carvalho refere que a primeira prova documental que atesta a existência da Misericórdia de Soure é o testamento de Rodrigo de Prada datado de 1606<sup>295</sup>.

A primeira reunião da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, em 1921, como se disse, contaria com a participação de Cândido Sotto Mayor, António Augusto de Matos, António Lopes Quaresma e do Padre Augusto das Neves Pimenta<sup>296</sup>. Francisco de Lemos Ramalho Azevedo Coutinho, que também estava convocado para este encontro, enviaria um ofício, “participando não poder comparecer a esta reunião por motivos dos seus muitos afazeres da sua vida particular”<sup>297</sup>. Todos estes elementos haviam sido nomeados pela vereação do município, em sessão realizada no dia 22 de abril do respetivo ano<sup>298</sup>.

No início deste encontro tomou a presidência da reunião “o cidadão António Augusto de Matos, por ser o mais velho dos nomeados, sendo propostos para secretário Augusto das Neves Pimenta e escrutinador António Lopes Quaresma Bacelar de Vasconcelos”<sup>299</sup>. O primeiro ato realizado nesta reunião seria o da eleição do presidente e do secretário da Comissão instaladora da Misericórdia. Ao cargo de presidente concorreriam Cândido Sotto Mayor, que obteve três votos, e António Augusto de Matos, que conquistou um voto. Após assumir a presidência, Cândido Sotto Mayor agradeceu aos colegas

“a sua eleição declarando que empregará todos os seus bons esforços para que a fundação da misericórdia fosse levada a efeito a fim de espalhar a sua benéfica acção aos pobres desta vila e bem assim se fizesse cumprir o estipulado no testamento do grande benemérito D. Simão da Cunha”<sup>300</sup>.

Nesta mesma sessão a Comissão Instaladora decidiu implementar duas medidas: a primeira ia no sentido de pedir à autarquia que construísse uma capela no mesmo espaço onde se edificasse o Hospital D. Ana Laboreiro d’Eça; a segunda medida pretendia que se procedesse à elaboração dos estatutos da Misericórdia, tendo ficado a responsabilidade de tal empresa a cargo de António Augusto de Matos Mascarenhas de Mancelos.

Depois deste encontro, a Comissão Instaladora só voltaria a reunir quase cinco anos depois, a 11 de abril de 1926, numa reunião que teve como principal objetivo a leitura e aprovação dos Estatutos. A regulamentação criada estipula que esta “Irmandade, tem por fins

---

<sup>295</sup>Joaquim Ramos de Carvalho, *História da Santa Casa da Misericórdia de Soure*, Soure, Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006, pp. 16-17.

<sup>296</sup>Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova (de agora em diante ASCMC), *Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 30.05.1920, fl.1.

<sup>297</sup>*Idem; ibidem, loc. cit.*

<sup>298</sup>É importante mencionar que nos livros de atas da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova não é feita nenhuma menção a esta sessão de 22 de abril nem à nomeação desta comissão.

<sup>299</sup>*Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 30.05.1920, fl.1.

<sup>300</sup>*Idem, loc. cit.*

principais a assistência e beneficência pública, a prática da virtude da caridade, actos do culto católico” (cap. 1º, art.2º)<sup>301</sup>.

Um elemento importante, e que de resto vinha ao encontro daquilo que era a ambição da Comissão Instaladora da Misericórdia de se construir uma capela no Hospital, seria o do culto católico. Tendo em vista a concretização deste objetivo, sempre que a Misericórdia possuísse uma situação financeira estável deveria organizar festas “ao Senhor das Misericórdias, seu padroeiro”, o que é curioso, pois desde as origens que as misericórdias tinham a Senhora da Misericórdia como sua patrona; deveria também proceder à “celebração, no dia dois de novembro ou em qualquer outro dia designado pela Meza, de ofícios fúnebres em sufrágio dos Irmãos e bemfeitores falecidos” (cap. 8º, art.35º)<sup>302</sup>. A participação dos irmãos nestes actos religiosos deveria ser de carácter obrigatório, sendo que deveriam estar “decentemente vestidos e com ópas pretas, conforme o modelo adotado pela Meza” (cap. 8º, art.36º)<sup>303</sup>. Não é por isso de estranhar que a sacristia da Igreja Paroquial de Condeixa-a-Nova, a par da casa de Cândido de Sotto Mayor, fosse o local de eleição para a realização das reuniões da Mesa e das assembleias-gerais.

Relativamente à admissão de irmãos na Irmandade da Misericórdia, esta era facultada a indivíduos de ambos os sexos, desde que preenchessem determinados requisitos. O candidato(a) a este lugar, deveria “saber lêr e escrever”, ser detentor de um “bom comportamento moral e civil” e estar no “goso dos seus direitos civis” (cap. 2º, art.4º)<sup>304</sup>. Os menores não emancipados e as mulheres casadas que se candidatassem, para além destas condições, também necessitavam de apresentar uma autorização por escrito. Relativamente aos primeiros, essa autorização deveria ser rubricada pelo seu representante legal. No caso das mulheres casadas, era imprescindível uma autorização do seu marido a consentir a sua matrícula como irmã (cap. 2º, art.4º)<sup>305</sup>, como não podia deixar de ser, dado o estatuto legal das mulheres casadas.

A aprovação de qualquer irmão deveria ser precedida de uma “proposta assinada pelo pretendente declarando o seu nome, idade, estado, profissão e residência” (cap. 2º, art.5º)<sup>306</sup>. Esta solicitação seria depois apreciada e votada na primeira sessão ordinária da Mesa imediata à sua apresentação. Depois de aprovada a admissão, o candidato(a) era obrigado a pagar 30

---

<sup>301</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, Coimbra, Tip. Moderna, 1927, p. 1.

<sup>302</sup>*Idem*, p. 13.

<sup>303</sup>*Ibidem*, p.14.

<sup>304</sup>*Ibidem*, p. 3.

<sup>305</sup>*Ibidem*, *loc. cit.*

<sup>306</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 3.

escudos de inscrição, sendo-lhe entregue no ato do pagamento um diploma e um exemplar dos estatutos.

Um aspeto relevante a indicar é o da composição da Irmandade, que seria formada por três tipos de irmãos: efetivos, honorários e beneméritos. No sentido contrário, o compromisso da Misericórdia de Cabeceiras de Basto estabelece que a única modalidade a empregar deve ser a de benemérito<sup>307</sup>.

Eram considerados efetivos, todos aqueles que residissem na vila e no concelho. Caso um irmão efetivo se ausentasse definitivamente da vila, mas continuasse a pagar as suas quotas mensais ou anuais, a Mesa poderia torná-lo irmão honorário. Um exemplo muito concreto do que acabámos de referir seria a designação de dois irmãos honorários no final de 1928. Um deles, Manuel Maria, é admitido nessa categoria pelo facto de ser “grande amigo dos pobres desta vila, ao retirar-se para o Brazil, São Paulo, deixando a esta Misericórdia duzentos e cinquenta escudos”<sup>308</sup>. O segundo foi António Pires da Rocha, ausente da sua terra por exercer o cargo de magistrado em Ansião<sup>309</sup>.

São considerados irmãos beneméritos todos aqueles que prestassem “relevantes serviços á Misericórdia, contribuindo por qualquer forma para o seu engrandecimento” (cap. 2º, art.6º)<sup>310</sup>. Dentro dos irmãos beneméritos, podemos referir Maria Elsa Franco Sotto Mayor, como sendo o principal exemplo. Infelizmente não foi possível apurar se foi admitida como benemérita quando ingressou na Misericórdia ou se tal facto ocorreu mais tarde. A primeira vez que os livros de atas da Santa Casa fazem menção a Maria Elsa como sendo Irmã Benemérita é a 6 de janeiro de 1929<sup>311</sup>.

No que concerne a direitos, todos os irmãos efetivos teriam direito a falar nas assembleias-gerais, a interpelar a decisões da Mesa, assim como votar e ser votados para os corpos gerentes, desde que tivessem as suas quotas em dia. Quando falecessem seriam acompanhados até à sepultura pela Irmandade. Outro elemento que se deve referir é o da sua exclusão. Seriam expulsos todos aqueles que “difamarem ou menosprezarem de qualquer modo a Irmandade”, os que se “recusarem, sem motivo justificado, a exercer o cargo para que

---

<sup>307</sup>Na Misericórdia de Póvoa de Lanhoso era considerado irmão ou irmã benemérita, qualquer pessoa que tivesse prestado relevantes serviços aquela irmandade ou que a beneficiasse com donativos superiores a três mil escudos (cap. 3º, art.12º). Publicado em José Pedro Paiva; Paulo F. Oliveira Fontes (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 9. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000), tomo I, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010, doc. nº 147, p. 460.*

<sup>308</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 30.10.1928, fl. 4.

<sup>309</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 20.12.1928, fl. 6.

<sup>310</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 4.

<sup>311</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 06.01.1929, fl. 5v.

tenham sido eleitos” e os que “deixarem de pagar as quotas mensais ou anuaes em três anos sucessivos” (cap. 2º, art. 7º)<sup>312</sup>.

## **5.2. Os órgãos de gestão, o quadro de pessoal, a gestão financeira e as práticas de beneficência realizadas: 1927-1940**

A 29 de outubro de 1927, a Comissão Instaladora reúne-se em assembleia-geral com o propósito de proceder à “nomeação da primeira mesa que hade administrar os bens desta misericórdia no triénio de mil novecentos e vinte e sete a mil novecentos e trinta”<sup>313</sup>. Dado que esta seria a primeira eleição, acabaria por não cumprir o estipulado no art. 15º do cap. 4º dos Estatutos que estabelecia que a assembleia-geral deveria reunir “em sessão ordinária no mês de Maio de cada triénio para proceder á eleição da Meza”<sup>314</sup>. Nas eleições para a Mesa, poderiam ser considerados eleitores e elegíveis todos os irmãos efetivos, desde que fossem “maiores, do sexo masculino” e estivessem “inscritos no Livro de matricula” (cap. 5º, art. 17º)<sup>315</sup>. O art. 11º do cap. 3º vai ainda mais longe, ao declarar que os irmãos do sexo masculino maiores de idade e residentes na freguesia de Condeixa-a-Nova eram obrigados a desempenhar os cargos ou comissões para que fossem eleitos.

Neste primeiro escrutínio, para o mandato de 1927-1930, onde todos os vogais e irmãos presentes participaram, foi obtido o seguinte resultado: “Doutor Cândido Sotto Mayor treze votos, Doutor Sebastião Marques de Almeida doze votos, Padre José Balthazar das Neves onze votos, Doutor João Cardoso Bacellar nove votos, Francisco Augusto de Mesquita nove votos, Joaquim da Costa seis votos e Padre Augusto das Neves Pimenta com dez votos”<sup>316</sup>. No mês seguinte ocorreria a tomada de posse da Mesa da Misericórdia que ficou constituída da seguinte forma: Cândido Sotto Mayor como provedor; Sebastião Marques de Almeida vice-provedor; padres Augusto das Neves Pimenta e José Baltazar dos Santos como secretário e vice-secretário e por fim o cargo de tesoureiro que seria exercido por Joaquim da Costa<sup>317</sup>. A 7 de junho de 1931, realizar-se-iam novas eleições, para o triénio de 1931 a 1934, saindo vitorioso deste ato eleitoral novamente Cândido Sotto Mayor. Na assembleia-geral subsequente tomou posse a seguinte Mesa: Cândido Sotto Mayor como provedor; Fortunato de Carvalho Bandeira vice-provedor; padres Joaquim Simões Cravo e Augusto das Neves Pimenta como secretário e como vice-secretário e o cargo de tesoureiro que seria exercido por

---

<sup>312</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 4.

<sup>313</sup>ASCMC, *Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 29.10.1927, fl. 6.

<sup>314</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 6.

<sup>315</sup>*Idem, ibidem*, p. 7.

<sup>316</sup>ASCMC, *Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 29.10.1927, fl. 6.

<sup>317</sup>ASCMC, *Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 03.11.1927, fl. 7.

Joaquim da Costa<sup>318</sup>. Esta Mesa seria reeleita para cumprir funções nos triénios de 1934-1937 e de 1938-1940. Todos estes cargos, como sempre nas misericórdias, eram exercidos de forma gratuita.

Uma questão a ter em conta é a das funções do provedor, secretário e tesoureiro. O provedor seria o responsável pela receção e envio de toda a correspondência oficial, pela execução das resoluções da Assembleia-Geral e da Mesa. Como iremos observar adiante, além destas questões de teor burocrático, também tinha a obrigação de proceder à gestão financeira da Misericórdia<sup>319</sup>.

Dado que, durante o período abrangido por este estudo, Cândido Sotto Mayor é eleito sucessivamente para o cargo de provedor, veja-se quem foi esta individualidade. O seu pai, Cândido Sotto Mayor, era originário do concelho de Chaves, tendo partido muito novo para o Brasil em busca de uma vida melhor. No Rio de Janeiro, contribuiu para o desenvolvimento da Casa Comercial Sotto Mayor, que havia sido fundada por dois seus familiares e que era um importante estabelecimento de fazendas por atacado<sup>320</sup>. Já depois de voltar daquele país, adquire em 1907 um terreno em Lisboa onde manda erguer “um grande palácio, dando para a Avenida Fontes Pereira de Melo e as Ruas Martens Ferrão e Sousa Martins, e o Largo do Andaluz”<sup>321</sup>.

Voltando a Cândido Sotto Mayor, filho, podemos mencionar que seguiria o conselho de seu pai, “de polarizar as suas faculdades não em torno do seu bacharelato em Direito mas do negócio bancário”<sup>322</sup>. Juntamente com António Vieira Pinto constituiria em 1914, a Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor<sup>323</sup>. No ano de 1920 com a sua esposa, Elsa Sotto Mayor, adquire o Palácio Lemos Ramalho em Condeixa-a-Nova<sup>324</sup>. Devido aos seus negócios, Cândido Sotto Mayor encontra-se na maior parte do tempo ausente do exercício das funções de Provedor, que eram desempenhadas pelo vice-provedor. Elsa Sotto Mayor seria a primeira mulher a ser admitida como Irmã da Santa Casa, tendo sido aceite a 12 de novembro de 1927.

---

<sup>318</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 01.07.1931, fl. 13.

<sup>319</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 12.

<sup>320</sup>Um desses familiares seria Joaquim Sotto Mayor, que viria a habitar na Figueira da Foz. Sobre esta personalidade ver José Pires Lopes de Azevedo, *Palácio Sotto Mayor*, Palácio Sotto Mayor, Figueira da Foz, 1999.

<sup>321</sup>João da Sousa da Câmara, *História do Banco Pinto & Sotto Mayor, 1914-1989*, Lisboa, Banco Pinto & Sotto Mayor, p. 13.

<sup>322</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>323</sup>Sobre esta instituição Bancária ver: Amaro Guerreiro, *Banco Pinto & Sotto Mayor: 50 anos ao serviço da Economia Nacional*, Lisboa, Banco Pinto & Sotto Mayor, 1964.

<sup>324</sup>Sobre este e outros palácios de Condeixa-a-Nova ver: Artur Mendonça, “Monumentos e Palácios de Condeixa” in *Condeixa: paisagem, memória e história*, Condeixa-a-Nova, Paróquia de Condeixa-a-Nova, 2010, pp. 11-48 e Marta Sofia Rodrigues da Silva, *Habitação nobre da vila de Condeixa*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

Como iremos verificar ao longo deste capítulo, desempenhará um importante papel nos atos de beneficência desenvolvidos por esta instituição.

Ao secretário competia “escrever ou subscrever as actas das sessões e arquivar e responder, sob a direcção do Provedor, á correspondencia official” (cap. 7º, art.32º)<sup>325</sup>. A escritura das guias de receita e ordens de pagamento estavam sob a sua alçada, sendo por isso obrigado a assinar os livros que englobassem estas matérias<sup>326</sup>. O tesoureiro era incumbido de “receber e arrecadar toda a receita e pagar toda a despesa conforme as guias e ordens de pagamento que lhe forem apresentadas” (cap. 7º, art.34º)<sup>327</sup>. Todos os meses era obrigado a apresentar à mesa, ou quando numa sessão extraordinária lhe fosse exigido, “um balancete do cofre com designação de receita e despesa paga no mês anterior ou até ao dia que lhe fôr indicado” (cap. 7º, art.34º)<sup>328</sup>.

Nos primeiros anos de existência, o quadro de pessoal da Misericórdia era constituído da seguinte forma: um capelão que deveria “dirigir os actos religiosos e acompanhar a corporação nos enterros e solenidades a que tenha de assistir” (cap. 8º, art. 37º)<sup>329</sup>; um cartorário e um guarda, este encarregado de vigiar e limpar a capela e, ainda, de exercer as funções de cobrador das quotas. Auferiam “respectivamente de cem, cinquenta e quarenta escudos”<sup>330</sup>. Apesar desta instituição estipular um ordenado para o capelão e o cartorário, estes dois elementos oferecem, em julho de 1929, “os seus serviços gratuitos em virtude dos poucos fundos desta Misericórdia”<sup>331</sup>. Passados sete anos, na sessão da Mesa da Misericórdia de 28 de março de 1936, voltariam a afirmar que continuariam a fazer os seus serviços de forma gratuita<sup>332</sup>. Embora não constando dos estatutos, também se deve incluir no quadro de pessoal o cobrador, a quem se aludirá adiante.

Analisando a situação financeira, conclui-se que nos primeiros anos a Misericórdia sustentou-se principalmente à base de legados e ofertas de irmãos. Num artigo que escreve em 1949, para a *Revista das Beiras*, intitulado “Problemas Sociais”, Isac Pinto refere que esta instituição “foi fundada com 60\$00, legado anual que, para tal fim, lhe foi deixado em testamento pelo benemérito Dr. Simão da Cunha d’Eça Azevedo”<sup>333</sup>. No que concerne às dificuldades financeiras vividas por esta Santa Casa, o mesmo autor refere que entre 1929-

---

<sup>325</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 12.

<sup>326</sup>*Idem, loc. cit.*

<sup>327</sup>*Ibidem*, p. 13.

<sup>328</sup>*Ibidem, loc. cit.*

<sup>329</sup>*Ibidem*, p. 14.

<sup>330</sup>ASCMC, *Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 20.04.1927,fl.4.

<sup>331</sup>*Idem, ibidem*, sessão 20.08.1926, fl.7.

<sup>332</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 28.03.1936, fl.30.

<sup>333</sup>*Revista das Beiras*, Ano II, Lisboa, julho a setembro de 1949, p. 9.

1939 “apenas 6.000\$00 foram distribuídos em esmolas e subsídios” e que no período que vai de 1929 a 1940 a média anual de distribuição foi de “600\$00”<sup>334</sup>.

Um dado que comprova o exposto por Isac Pinto foi a apresentação do primeiro orçamento de receita e despesa para o ano de 1928-1929. A responsabilidade pela apresentação deste documento competiu a Sebastião Marques d`Almeida, pois Cândido Sotto Mayor encontrava-se ausente. Na exposição que faz sobre o orçamento, o vice-provedor refere que “o não havia organizado por não saber donde viria receita para satisfazer á urgente e grande utilidade de despesas”<sup>335</sup>.

Um complemento financeiro viria a ser o estabelecido pelo *Decreto nº 15809*. Com este diploma legal, aprovado em 23 de julho de 1928, o Ministério do Interior pretendia “estimular o reflorescimento das misericórdias existentes e a criação de novas nos concelhos onde ainda não existiam”<sup>336</sup>. Como expõe Maria Antónia Lopes, as medidas estipuladas por este decreto vão no sentido de permitir:

“isenção do imposto de selo e custas nos processos administrativos, judiciais e fiscais; alteração para 20 anos do prazo mínimo de desamortização de prédios doados ou legados para serem conservados; extensão às misericórdias das leis do inquilinato aplicadas aos corpos administrativos; entrega dos legados pios não cumpridos às misericórdias locais; admissão de enfermeiras religiosas; concessão de subsídios por parte das câmaras; autorização de federação de grupos de misericórdias, etc.”<sup>337</sup>.

Esta normativa estabelece ainda que nos concelhos onde existisse uma Misericórdia ou qualquer estabelecimento de assistência que detivesse um hospital, como era o caso de Condeixa-a-Nova, 70% dos fundos de assistência atribuídos ao município deveriam constituir receita dessas instituições. Durante a apresentação que profere, Sebastião Marques d`Almeida alude ao facto do Governo conceder “setenta por cento sobre os cinco por cento das contribuições do estado”<sup>338</sup>.

Também Cândido Sotto Mayor auxiliaria financeiramente a Misericórdia nos seus primeiros anos de vida. Na sessão da Mesa de 18 de novembro de 1930, Augusto das Neves Pimenta entrega a Joaquim da Costa “quinhentos escudos que lhe foram entregues pelo

---

<sup>334</sup>*Idem, ibidem*, p. 8.

<sup>335</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 10.08.1928, fl. 3.

<sup>336</sup>Publicado em José Pedro Paiva; Paulo F. Oliveira Fontes (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 9. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, cit., doc. nº 40, p. 144.

<sup>337</sup>Maria Antónia Lopes, “As Misericórdias: de D. José ao final do século XX” in José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 1. Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 99-100.

<sup>338</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 10.08.1928, fl.3.

excelentíssimo Provedor”<sup>339</sup>. A debilidade financeira que afetava esta instituição levava a que não possuísse nenhuma sede.

Outro elemento que comprova esta fragilidade é a tentativa frustrada de reduzir o valor das quotas. Em novembro de 1931, Francisco Augusto de Mesquita leva a cabo uma tentativa para reduzir este valor. Para este irmão, a mensalidade deveria passar de dois para um escudo. A Mesa viria a recusar tal proposta, pois a Misericórdia possuía poucos rendimentos<sup>340</sup>.

Falando da ação e dos atos de beneficência pública, a instituição pretendia proteger em primeiro lugar os seus irmãos, sendo por isso necessário proceder à

“distribuição domiciliária de esmolos aos Irmãos pobres, nas suas enfermidades, desastres e invalidez para o trabalho; concessão de subsídios para o funeral dos Irmãos pobres; subsidiar as Irmãs e mulheres dos Irmãos pobres quando parturientes; subsidiar o Hospital Municipal D. Ana Laboreiro de Eça, para hospitalizar gratuitamente os Irmãos pobres que careçam de tratamento; conceder subsídios de lactação aos filhos dos Irmãos pobres no seu primeiro ano, podendo prorrogar-se até aos 18 meses de idade sendo preciso; subsidiar os filhos pobres com artigos de roupa e livros para poderem frequentar as escolas de ensino primário geral; promover a construção de um albergue para internar os indigentes velhos, inválidos do trabalho, logo que os fundos da Misericórdia o permitam e haja bemfeitores que a auxiliem nesta obra meritória” (cap. 1º, art.2º)<sup>341</sup>.

Caso não fosse necessário auxiliar os irmãos, estes atos de beneficência deveriam ser canalizados para os “indigentes com residencia neste concelho, tendo preferencia os moradores da freguesia de Condeixa-a-Nova” (cap. 1º, art.2º)<sup>342</sup>.

No que concerne à distribuição de esmolos, deve referir-se o Bodo de Natal aos pobres e a oferta de subsídios de assistência. A concessão destes últimos era muito diversa, assim como os casos e as pessoas que procediam à sua requisição.

O subsídio que era mais solicitado à Mesa da Misericórdia, e que de resto alargava o auxílio camarário em torno da proteção infantil, era o de lactação. Um exemplo de um pedido

---

<sup>339</sup>*Idem, ibidem*, sessão 18.11.1930, fl. 11.

<sup>340</sup>*Idem, ibidem*, sessão de 28.11.1931, fl. 15.

<sup>341</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., pp. 1-2. Também as Misericórdias dos concelhos vizinhos de Condeixa-a-Nova possuíam o seu próprio modelo assistencial. No início do século XX a Misericórdia de Soure tinha um sistema de auxílio assente fundamentalmente na área da saúde, tendo por base a gestão do hospital de Soure. Este hospital havia sido construído no século XVII. A partir de 1927, é iniciada a construção de um novo edifício, cuja construção demoraria uma década. No início dos anos quarenta, este novo hospital seria mobilizado pela Direção Geral de Saúde para funcionar como local de isolamento e tratamento exclusivo de indivíduos portadores de meningite cérebrospinal, que tinha afetado fortemente este concelho. Tanto no novo como no antigo hospital, funcionaria uma farmácia para auxiliar os serviços internos. Joaquim Ramos de Carvalho, *História da Santa Casa da Misericórdia de Soure*, Soure, Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006. A Misericórdia de Penela, desde o século XIX que auxiliava alguns pobres e doentes com subsídios para se deslocarem a termas nas Caldas da Rainha. Na sequência da gripe espanhola, esta instituição fundaria uma farmácia, em 1921, para a população recorrer a ela em caso de necessidade de medicamentos. Mário Nunes, *Misericórdia de Penela: 1559-1999: servir e amar*, Penela, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999.

<sup>342</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 2.

de subsídio de lactação é o de Piedade Beja que ocorre em finais de janeiro de 1931. Esta mulher, “moradora no lugar do Salgueiro, freguesia de Condeixa-a-Velha, solteira”, pede à Santa Casa “um subsídio de lactação para criação duma filha”<sup>343</sup>. Além deste pedido também apresentaria um atestado de pobreza. A Mesa viria a aprovar um “subsídio de dez escudos durante seis mezes”<sup>344</sup>.

Em casos de doença, esta instituição também concedia ajudas. Na sessão da Mesa de 29 de setembro de 1934, Augusto das Neves Pimenta coloca em apreciação os casos de Perpétua Ferreira e do casal Mamede dos Santos e Maria da Encarnação Beja. Perpétua era viúva, de Condeixinha, e apresentava requerimento a pedir subsídio de assistência devido ao facto de se “encontrar muito doente, doença que não tem cura” e porque não usufrui de “meios alguns de assistência”<sup>345</sup>. Maria da Encarnação Beja e o seu marido solicitavam o mesmo tipo de ajuda, pois necessitavam deste auxílio assistencial para poderem realizar o “tratamento de seus filhos na Figueira da Foz”<sup>346</sup>. Em ambos os casos foi concedido o respetivo subsídio, sendo que a Perpétua seriam atribuídos 10 escudos mensais durante um ano, e aos pais dos meninos doentes foi estipulado oferecer 20 escudos de uma só vez para a deslocação à Figueira<sup>347</sup>.

Quanto ao Bodo de Natal ou Bodo aos Pobres, que deveria ocorrer entre o final de dezembro e inícios de janeiro, teve início em dezembro de 1928, sendo Cândido e Elsa de Sotto Mayor os seus mentores. Na opinião do então Provedor da Misericórdia, o Bodo aos pobres deveria realizar-se no Natal, pois esta “é a época do ano em que a necessidade mais se faz sentir no meio pobre”<sup>348</sup>. O Bodo aos pobres deveria englobar um jantar e uma esmola em dinheiro a um grupo de 60 indigentes. O Provedor assumiria a título pessoal as despesas da refeição em causa. A Mesa da Misericórdia tomaria a responsabilidade de distribuir “cinco escudos” a cada condeixense e de oficiar “aos parochos do concelho para enviarem a relação dos pobres mais necessitados”<sup>349</sup>.

Em dezembro do ano seguinte, voltariam a ser distribuídos 300 escudos pelos “pobres envergonhados”, sendo contempladas “as freguesias de Condeixa-a-Velha com trinta escudos, Furadouro e Sebal com vinte e cinco escudos, Ega com trinta escudos e Condeixa-a-Nova

---

<sup>343</sup> ASCMC, *Livro nº2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 31.01.1931, fl. 12.

<sup>344</sup> *Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>345</sup> *Idem, ibidem*, sessão 29.09.1934, fl. 26.

<sup>346</sup> *Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>347</sup> *Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>348</sup> *Idem, ibidem*, sessão 20.12.1928, fl. 5.

<sup>349</sup> *Idem, ibidem, loc. cit.*

com cento e noventa”<sup>350</sup>. O Bodo aos pobres não se voltaria a realizar até 1940, apesar de a Misericórdia utilizar este nome e modalidade de assistência para proceder à distribuição de dinheiro pelos mais carenciados durante as festividades natalícias.

Dentro da concessão de subsídios para funerais, devemos referir a colaboração existente entre a Misericórdia e o Hospital D. Ana Laboreiro D`Eça. Um caso onde se verifica essa cooperação é o de Joaquim Lopes Braz. Este indivíduo, que era natural da Barreira e filho de Manuel Braz, havia sido internado no hospital juntamente com a sua irmã, Glória Lopes, a 20 de abril de 1930. O motivo ou a doença que levou a estes internamentos é desconhecido, no entanto através da consulta do *Livro de registo de doentes internados no Hospital*, verificamos dois aspetos importantes: não eram pensionistas, mas pobres e ambas crianças, Joaquim de sete anos e Glória de cinco. O menino viria a morrer, no hospital a 19 de maio, enquanto a sua irmã seria dada como curada passados dois dias<sup>351</sup>. Em meados de junho, a direção do hospital entrega uma petição à Mesa da Misericórdia a pedir “um auxílio para o caixão de Joaquim Lopes Braz”<sup>352</sup>. O auxílio financeiro atribuído foi de 12 escudos.

No que se refere ainda a atos de beneficência, devem referir-se as várias tentativas tendo em vista a edificação de um albergue. Este albergue, como já foi dito anteriormente, deveria servir para internar<sup>353</sup> idosos e inválidos do trabalho. O internamento neste edifício estaria reservado a pessoas que residissem “neste concelho há mais de três anos, tendo preferência os Irmãos pobres da Misericórdia, e os indigentes com moradia na freguesia de Condeixa-a-Nova” (cap. 2º, art.2º)<sup>354</sup>. O primeiro mesário a levantar a hipótese de a Misericórdia cumprir o estipulado nos estatutos seria Fortunato de Carvalho Bandeira em abril de 1932.

Para o então vice-provedor, existia uma “grande necessidade dum albuergue onde possam pernoitar os pobres indigentes e ao mesmo tempo fornecer-lhes um caldo”<sup>355</sup>. Tendo em vista a resolução desta situação, este médico propunha que se “arrenda-se [sic] uma casa própria para este serviço e que se contrata-se [sic] qualquer pessoa apta para tratar da higiene, roupas e fornecimentos das refeições aos indigentes”<sup>356</sup>. Quanto à sustentabilidade financeira desta iniciativa, deveria contar e resultar “não só do auxilio dos cinco por cento das

---

<sup>350</sup>*Idem, ibidem*, fl. 8v.

<sup>351</sup>*Livro de registo de doentes internados no Hospital*, 1927-1930, fl. 8.

<sup>352</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 15.06.1930, fl. 10.

<sup>353</sup>Os estatutos referem expressamente o internamento, não se tratando de mera pernoita como era norma nos albergues.

<sup>354</sup>*Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, cit., p. 2.

<sup>355</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 30.04.1932, fl. 16v.

<sup>356</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

contribuições do Estado, mas ainda com a caridade pública”<sup>357</sup>. Em novembro, o vice-provedor seria encarregado de “escolher o terreno dentro da sede da freguesia que melhor se possa adaptar para esse efeito e proceder a todas as demandas para sua compra levantar a planta”<sup>358</sup>. A iniciativa não seria levada a bom porto, pois em janeiro de 1933 é cancelada esta procura. A desistência seria motivada pela falta de fundos.

A entrega de roupas e manuais escolares a crianças só se viria a verificar na primeira metade da década de quarenta. Será durante este período que a ação da Santa Casa da Misericórdia sofrerá várias alterações, sendo que a principal se reporta precisamente à assistência.

### **5.3. Funcionamento entre 1940-1945**

A partir de 1940 é reformulado o funcionamento da Misericórdia. Como iremos ver, as alterações incidem fundamentalmente na modificação da estrutura diretiva e na ampliação do modelo assistencial.

#### ***5.3.1. Mudanças nos cargos dirigentes, modificações nos estatutos, os seus irmãos, pagamento de quotas e património***

Na eleição para os corpos dirigentes que ocorre a 30 de março de 1940, Cândido de Sotto Mayor é reeleito para o cargo de Provedor, sendo que neste ato eleitoral ocorre uma alteração que irá mudar o funcionamento desta Santa Casa. Esta mudança consiste na substituição de Fortunato de Carvalho Bandeira por Fortunato Pires da Rocha no cargo de vice-provedor<sup>359</sup>.

Numa carta que envia em 1942 ao Governador Civil de Coimbra, e que será alvo de uma análise profunda mais à frente, Fortunato Pires da Rocha refere que após a sua passagem à reserva da Marinha, em novembro de 1939, entendeu que deveria contribuir para o “bem dos meus conterrâneos desprotegidos da sorte”<sup>360</sup>. Sobre os primeiros anos de funcionamento da Misericórdia, defende que “não se pode dizer que a sua carreira tivesse sido brilhante”<sup>361</sup>.

Um pouco antes desta eleição, aconteceria uma alteração dos estatutos desta organização, sendo no entanto impossível apurar com exatidão a data em que tal modificação

---

<sup>357</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>358</sup>*Idem, ibidem, sessão 26.11.1932, fl. 18v.*

<sup>359</sup>Além destes dois elementos também foram eleitos: para secretário e vice-secretário, respetivamente, Abílio Simões Pires dos Reis e Isac de Oliveira Pinto e para tesoureiro o padre Augusto das Neves Pimenta. Sebastião Marques Almeida seria o Presidente da Assembleia.

<sup>360</sup>Arquivo pessoal de Fortunato Rocha (doravante APFR), Carta enviada por Fortunato Pires da Rocha ao Governador Civil de Coimbra em 29.01.1942, fl. 1.

<sup>361</sup>*Idem, ibidem, fl. 3.*

terá acontecido. No documento onde consta a referida alteração estatutária é mencionado que esta mudança foi levada a cabo numa assembleia extraordinária que se havia realizado em 18 de fevereiro<sup>362</sup>. Apesar de existir este elemento, os livros de atas desta instituição não fazem menção a nenhuma assembleia neste dia. No entanto na sessão da Mesa que se realizou em 23 de março, sete dias antes do ato eleitoral, Cândido de Sotto Mayor “cientificou a mesa da aprovação das alterações aos Estatutos desta Misericórdia”<sup>363</sup>.

Uma curiosidade deste documento é o da assinatura de Fortunato Pires da Rocha como sendo membro da secretaria da Santa Casa. Este é um aspeto importante, pois permite verificar que, ainda antes de fazer parte dos corpos dirigentes, Fortunato Pires já colaborava com a Misericórdia. Outro caso em que também se verifica uma cooperação entre este condeixense e esta instituição é o da criação da Sopa dos Pobres, mas sobre este organismo iremos falar no próximo capítulo.

Dentro das alterações estatutárias que se verificaram, é importante referir a que alude às atribuições da Assembleia Geral e da Mesa. Relativamente ao funcionamento da Assembleia Geral, determina-se que no caso de esta não poder trabalhar no horário para que estava marcada, devido à falta de irmãos, deverá ocorrer duas horas depois (art.13º)<sup>364</sup>. Esta é uma norma que é colocada em vigor quando da convocatória para a Assembleia Geral extraordinária de 30 de março. No documento entregue aos irmãos, datado de 23 de março e assinado por Augusto das Neves Pimenta, é exposto que, caso não se verifique o “numero legal para a abertura dos trabalhos, realizar-se-á a Assembleia duas horas depois com qualquer numero de Irmãos”<sup>365</sup>. No mesmo documento é ainda exposto que este evento deverá ocorrer “às 17 horas em uma das salas do edifício denominado Paço à rua Francisco de Lemos, desta vila” e que os assuntos a tratar serão as eleições de corpos gerentes e outros interesses sociais<sup>366</sup>.

Dado que acabamos de falar sobre a convocatória de uma assembleia geral, é importante traçar quais foram as modificações que se verificaram no funcionamento deste órgão. Assim sendo, no primeiro domingo de novembro de cada triénio, a assembleia deveria reunir com o propósito de eleger a Mesa. Também no primeiro domingo de fevereiro de cada ano deveria ocorrer uma sessão, sendo que desta vez a sua função era a de examinar e ratificar

---

<sup>362</sup>*Alteração aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova*, Condeixa-a-Nova, s.l., 1940, fl.1.

<sup>363</sup>ASCMC, *Livro nº 2 das actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão 23.03.1940, fl. 44v.

<sup>364</sup>*Alteração aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova*, cit., fl. 2.

<sup>365</sup>APFR, *Convocatória para a Assembleia Geral extraordinária de 30 de Março de 1940*.

<sup>366</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

o relatório de contas do ano anterior (art.15º)<sup>367</sup>. Se a Mesa ou o provedor assim o entendessem, poderiam convocar a assembleia geral para uma sessão extraordinária. Esta opção podia ser igualmente exercida pela décima parte dos irmãos da Misericórdia que fossem eleitores e elegíveis, sendo que para isso necessitariam de apresentar um pedido por escrito. Esse requerimento, que tinha de ser entregue ao provedor, necessitaria de indicar sempre o assunto que a assembleia iria tratar. Depois de entregue ao provedor, este dispunha de um prazo de oito dias para convocar o respetivo órgão.

Esta reformulação estatutária estipula ainda várias novidades relacionadas com a admissão, classificação e exclusão dos irmãos. É convencionado que se acrescente outra modalidade de irmão da Irmandade, passando a existir a possibilidade de se ser irmão auxiliar. Seriam considerados irmãos auxiliares todos “os indivíduos que residem no concelho e paguem a cota mensal de 1\$00” (art.6º)<sup>368</sup>. No que respeita às condições exigidas para ser admitido, os candidatos a esta nova categoria de irmão eram dispensados de saber ler e escrever (art.4º)<sup>369</sup>. Se o proponente fosse analfabeto, a sua proposta de admissão deveria ser subscrita “por qualquer irmão efectivo a quem dê o rogo” (art.5º)<sup>370</sup>.

Quando da apresentação da sua proposta de admissão, o candidato a irmão deveria informar se pretendia ser inscrito como irmão auxiliar ou efectivo. Caso fosse seu objetivo, os irmãos auxiliares também poderiam aceder à categoria de efectivo desde que apresentassem um requerimento à Mesa e pagassem os 12\$00 (art.5º)<sup>371</sup>. As categorias de benemérito e de honorário conservam as regras e classificações que haviam sido estipuladas nos estatutos fundacionais.

O estatuto social dos irmãos também não é esquecido nesta modificação, determinando-se que, no caso de os irmãos efetivos e auxiliares se acharem em “más condições económicas, podem ser dispensados pela Mesa do pagamento das cotas enquanto essas más condições se verificarem” (art.6º)<sup>372</sup>. Para os irmãos efetivos era ainda determinado que “sempre que as suas condições não lhe permitem satisfazer seus compromissos podem passar temporariamente á situação de Irmãos Auxiliares” (art.6º)<sup>373</sup>.

Outra mudança que ocorre é a que respeita à expulsão de irmãos. Como havíamos verificado anteriormente, esta só poderia acontecer no caso de se deixar de pagar as quotas

---

<sup>367</sup>Alteração aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, cit., fl. 2.

<sup>368</sup>*Idem*, fl. 1.

<sup>369</sup>*Ibidem*, loc. cit.

<sup>370</sup>*Ibidem*, loc. cit.

<sup>371</sup>*Ibidem*, loc. cit.

<sup>372</sup>*Ibidem*, loc. cit.

<sup>373</sup>*Ibidem*, fls. 1-2.

mensais ou anuais durante três anos. A regra seria substituída por outra que estipulava que seriam excluídos de irmãos todos aqueles “que deixarem de pagar as cotas em seis meses sucessivos, caso não estejam ausentes do concelho” (art.8º)<sup>374</sup>.

No final de 1940, a Santa Casa possuía 70 irmãos, 41 dos quais haviam sido captados ao longo desse mesmo ano, pois era do interesse da Misericórdia juntar e enquadrar todos os habitantes de Condeixa nos seus ideais<sup>375</sup>.

Como é possível verificar no Quadro XI, a irmandade é constituída por seis elementos do sexo feminino. O interesse deste dado consiste no facto de duas destas irmãs terem sido inscritas durante o ano de 1940: Elvira de Matos Rasteiro e Maria Elsa Sotto Mayor Matoso<sup>376</sup>. Relativamente à data de admissão, Elvira de Matos foi aceite na sessão da Mesa de 5 de outubro. Quatro meses antes, a 8 de junho, Maria Elsa que era filha de Cândido Sotto Mayor e Maria Elsa Franco Sotto Mayor é aprovada como Irmã. Ainda sobre Maria Elsa, é importante destacar duas particularidades que ocorreram neste mesmo dia. A primeira prende-se com o facto do seu marido, Francisco José Correia Matoso, também ter sido feito irmão no mesmo dia que ela. A outra singularidade está relacionada com a circunstância da admissão do primeiro irmão auxiliar, também ter ocorrido neste mesmo dia<sup>377</sup>.

As outras quatro irmãs haviam sido matriculadas alguns anos antes. Excetuando Maria Elsa Franco Sotto Mayor, que como já vimos anteriormente foi a primeira mulher a ser inscrita, tanto Maria das Neves Bastos Couceiro d’Albuquerque como Vitória Franco apresentaram os seus requerimentos de admissão a 12 de novembro de 1926, data em que Maria Elsa Franco é admitida como irmã<sup>378</sup>. Quanto a Maria das Dores Bispo Grilo Simões, a sua admissão é concretizada na sessão de sete de janeiro de 1930<sup>379</sup>.

---

<sup>374</sup>*Ibidem*, fl. 2.

<sup>375</sup>Os 41 irmãos captados ao longo de 1940 foram: Alfredo Pires do Rio; Álvaro Costa Alemão Teixeira; Álvaro Pires de Miranda; António Pessoa Pita d’ Almeida; António de Jesus Pita; António Pita; António Carlos Pires de Miranda; Augusto Dias Mateus; Augusto Conceição Santos; Artur Varela; Carlos Rodrigues Pato; Delmiro d’Oliveira Manaia; Elvira de Matos Rasteiro; Fortunato Rocha da Fonseca; Francisco Manuel Pires do Rio; Francisco Paiva; Franklim Pires Machado; Jaime Francisco dos Santos; João Evangelista Pereira; João Marques Bicho; João de Matos; João Pereira Ribeiro; Joaquim Nunes d’Almeida; José Bacelar Bebiano; José Alves da Silva; José Eduardo Pires do Rio; José Maria Rocha; José Ribeiro da Costa; José Elísio; José Francisco Correia Matoso; José de Sá Pais do Amaral Coelho; José Franco Valadares; José Lopes Cardoso; José Pires da Silva Machado; Júlio Pires da Rocha; Justiniano Fernandes Geraldo; Maria Elsa Sotto Mayor Matoso; Manuel Simões Ferreira Pena; Miguel Pato; Miguel Carlos Quaresma; Raul Fernandes Geraldo. APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Calçada dos Caetanos, 1940, pp. 12-13.

<sup>376</sup>*Idem*; *ibidem*, *loc. cit.*

<sup>377</sup>O primeiro irmão auxiliar foi Francisco Caleira Paiva. Sobre este indivíduo é dito que era casado e que exercia a profissão de pedreiro. ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 08.06.1940, fl. 48v.

<sup>378</sup>ASCMC, *Livro nº1 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 12.11.1927, fl. 10.

<sup>379</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 07.01.1930, fl. 8v.

### Quadro XI - Lista nominal dos Irmãos da Misericórdia de Condeixa-a-Nova em 1940

1-Abílio Simões Pires dos Reis	15-Juíz Dr. António Carlos Pires de Miranda	29-Francisco Manuel Pires do Rio	43-Joaquim Pereira	57-José Pires da Silva Machado
2-Adelino Simões Ferreira Godinho	16-António Simões Fernandes	30-Francisco Paiva	44-Engenheiro José Bacelar Bebiano	58-Dr. Júlio Pires da Rocha
3-Coronel Alberto Monteiro	17-Augusto Dias Mateus	31-Franklim Paiva	45-Capitão José Alves da Silva	59-Justiniano Fernandes Geraldo
4-Alfredo Pires do Rio	18-Padre Augusto das Neves Pimenta	32- Isac d' Oliveira Pinto	46-Dr. José Eduardo Pires do Rio	60-D. Maria Elsa Sotto Mayor
5-Engenheiro Álvaro Costa Alemão Teixeira	19- Capitão Augusto Conceição Santos	33-Jayme Francisco dos Santos	47-José Simões	61-D. Maria Elsa Sotto Mayor Mattoso
6-Tenente Álvaro Pires de Miranda	20-Artur Varela	34-João Evangelista Pereira	48-José Maria dos Reis	62-D. Maria das Neves Bastos Couceiro d'Albuquerque
7-Amadeu Santos Ferreira	21-Dr. Cândido Sotto Mayor	35-João Marques Bicho	49-José Maria Rocha	63-Manuel Simões Ferreira Pena
8-Antero Simões	22-Carlos Rodrigues Pato	36-João de Matos	50-Tenente José Pires Beato	64-Miguel Pato
9-António Pessoa Pita d'Almeida	23-D. Maria das Dores Bispo Grilo Simões	37-Dr. João Pereira Ribeiro	51-José Ribeiro da Costa	65- Miguel Carlos Quaresma
10-Capitão António de Jesus Pita	24-Dr. Delmiro d'Oliveira Manaia	38-Dr. Joaquim Bandeira de Carvalho	52- José Eliseu	66-Padre Paulo Machado
11-Juíz Dr. António Pires da Rocha	25-D. Elvira de Matos Rasteiro	39-Joaquim da Costa	53-1º Tenente de Marinha José Francisco Correia Matoso	67- Pedro Augusto Franco
12-Juíz Dr. António Pires Machado	26-Dr. Fortunato de Carvalho Bandeira	40-Joaquim Duarte d'Oliveira	54-Dr. D. José de Sá Paes do Amaral Coelho	68-Raul Fernandes Geraldo
13-Padre António dos Santos	27- Comandante Fortunato Pires da Rocha	41-Joaquim Nunes d'Almeida	55-Dr. José Franco Valadares	69-Dr. Sebastião Marques d'Almeida
14- Professor António Pita	28-Fortunato Rocha da Fonseca	42-Padre Joaquim Simões Cravo	56-José Lopes Cardoso	70-D. Vitória Franco

Fonte: *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1940.

Um elemento que ainda não foi abordado é o do pagamento de quotas. Os irmãos poderiam optar por duas modalidades de pagamento: mensal ou anual, pagando em cada ano 24 escudos, como foi dito. Para este serviço, existia um cobrador de quotas. Note-se que, tanto nos estatutos fundacionais como na revisão estatutária de 1940, não é feita nenhuma alusão a este cargo e que só a 10 de novembro de 1928 foi nomeado o primeiro cobrador de quotas: António d'Oliveira, que era casado e exercia a função de barbeiro<sup>380</sup>. No início dos anos trinta, esta responsabilidade passa a ser executada por João Tavares d'Almeida, que além da cobrança de quotas também exercia as funções de andador. Mais tarde, a 26 de agosto de 1933, em virtude de se encontrar impossibilitado de fazer a cobrança de quotas, João Tavares é substituído por António Gonçalves. Este último, que havia sido proposto por Fortunato Carvalho, para além de ser casado era sapateiro em Condeixa-a-Nova<sup>381</sup>. Passados seis meses, António Gonçalves pede a demissão, sendo rendido por António Andrade, que à semelhança

<sup>380</sup> *Idem, ibidem*, sessão de 10.11.1928, fl. 4v.

<sup>381</sup> *Idem, ibidem*, sessão de 26.08.1933, fl. 21v.

do predecessor era sapateiro<sup>382</sup>. Entre março de 1940 e abril de 1941, a responsabilidade de cobrar as quotas fica a cargo de Pedro Augusto. A 5 de abril de 1941, Pedro Augusto deixa voluntariamente esta atividade sendo trocado por Ramiro de Oliveira. Quando este último assume esta obrigação, é-lhe estipulado que “até meados de cada mez tem de proceder á cobrança das importâncias devidas á Misericórdia”<sup>383</sup>. Até 1945, os livros de atas da Misericórdia não fornecem mais dados sobre a cobrança de quotas.

Do ponto de vista patrimonial, é relevante mencionar os dois prédios urbanos que Adelaide da Cunha Amaral legou a esta Santa Casa em 1940. A nível habitacional estes prédios, que se situavam na rua Wenceslau de Carvalho, não se encontravam nas melhores condições, sendo prova disso o parecer elaborado pelo Engenheiro Civil António Nobre Castilho. No documento que envia à Mesa refere que não é “aconselhável, nem prudente utilizá-los para habitação sem previamente os sujeitar a grandes reparações”<sup>384</sup>. Falando especificamente de cada um dos prédios, podemos referir que o edifício que se situava no “lado poente, está em manifesto estado de ruina, podendo dizer-se que para sua utilização haveria de refazê-lo aproveitando unicamente as paredes mestras e estas mesmo depois de beneficiadas”<sup>385</sup>. Já o edifício do lado nascente apresentava-se em melhor estado, necessitando de algumas reparações. Para António Nobre “só com grande dispêndio é possível aproveitar para fins sociáveis estes dois prédios”<sup>386</sup>.

Nesse mesmo ano estas duas habitações seriam vendidas em leilão a Fortunato Rocha da Fonseca pelo valor de 15.100\$00<sup>387</sup>. Esta quantia seria transformada em títulos da renda vitalícia do Estado, sendo que os juros gerados por ela deveriam ser empregues em benefício dos protegidos pela Santa Casa.

### **5.3.2. A Sopa dos Pobres**

Como forma de combater a miséria provocada pela II Guerra Mundial, a Mesa da Santa Casa decide criar em janeiro de 1940 a Sopa dos Pobres de Condeixa-a-Nova.

#### **5.3.2.1. O contexto da fundação**

No começo da década de quarenta, a Santa Casa da Misericórdia altera o seu modelo de assistência. Na génese desta alteração está a criação da Sopa dos Pobres. Segundo a revisão

---

<sup>382</sup>*Idem, ibidem*, sessão de 24.02.1934, fl. 23.

<sup>383</sup>ASCMC, *Livro nº3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 05.04.1941, fl. 7.

<sup>384</sup>ASCMC, *Livro nº2 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 08.06.1940, fl. 49.

<sup>385</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>386</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>387</sup>ASCMC, *Livro nº3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 02.11.1940, fl. 4v.

estatutária de 1940, esta instituição era “destinada a fornecer alimentação diária e gratuita aos indigentes e às pessoas mais necessitadas do Concelho de Condeixa” (art. 2º)<sup>388</sup>.

A fundação desta modalidade de assistência, não representa uma novidade para os habitantes de Condeixa, pois anteriormente Elsa Franco Sotto Mayor já a havia experimentado no Palácio dos Lemos. Este projeto de apoio aos condeixenses mais carenciados viria a ser interrompido por causa da “irreverencia propositada de muitos deles, que em vez de alimentos, preferiam receber esmolas em dinheiro, arrastados pelo vício do álcool”<sup>389</sup>.

É preciso entender que esta instituição é criada no contexto da II Guerra Mundial, sendo por isso importante escrever algumas linhas sobre o impacto que este conflito causou na sociedade portuguesa da época. Ao contrário da I Guerra Mundial, Portugal conseguiu manter-se neutral durante este confronto bélico. O estatuto de neutralidade seria proclamado no segundo dia de setembro de 1939, um dia após a invasão da Polónia por parte da Alemanha. Para António José Telo, a não participação de Portugal neste conflito está relacionada com o facto das potências beligerantes não possuírem “um pacto secreto para dividir o Império português, pelo que o país não se sentia tentado a entrar na guerra para o defender”<sup>390</sup>. Se, do ponto de vista bélico, o país não teve necessidade de mobilizar os seus operacionais militares, isto não significa que os portugueses não tenham sofrido sérios constrangimentos no que à subsistência e economia diz respeito.

Devemos ter em conta que o país era extremamente dependente do exterior. A economia portuguesa não “produzia um conjunto de matérias-primas, de bens de equipamento, de bens intermediários ou até alimentares de importância estratégica para o normal funcionamento da indústria e da agricultura ou para a alimentação básica da população”<sup>391</sup>. Dentro deste conjunto de bens, que eram na sua maioria importados dos países combatentes e de estados que haviam sido ocupados pelos germânicos, destacam-se o petróleo, o carvão, o ferro, o aço, o algodão, os adubos azotados, o sulfato de cobre e o trigo<sup>392</sup>.

Outro elemento que condicionou a economia nacional foi o bloqueio económico por parte das forças aliadas ao continente europeu, cujo impacto se começou a sentir com maior

---

<sup>388</sup>Alteração aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, cit., fl. 1.

<sup>389</sup>APFR, Carta enviada por Fortunato Pires da Rocha ao Governador Civil de Coimbra em 29.01.1942, fl. 2.

<sup>390</sup>António José Telo, “Segunda Guerra Mundial”, in Rosas, Fernando; BRITO, J. M. de Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 898.

<sup>391</sup>Fernando Rosas, “Economia de Guerra”, in Rosas, Fernando; BRITO, J. M. de Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 280.

<sup>392</sup>*Idem; ibidem, loc. cit.*

incidência a partir da ocupação da França, em julho de 1940. Este bloqueio consistiu em montar um “apertado sistema de racionamento por quotas, de tudo o que o país importava e podia armazenar” assim como controlava “o destino e o tipo de exportações, e vigiava minuciosamente os portos de origem e destino das mercadorias e o próprio transporte destas e de passageiros através de um complexo sistema de certificados emitidos através de Londres”<sup>393</sup>. O efeito destes condicionamentos levaria a que o país ficasse carente de “combustíveis e de fornecimentos de energia; em interrupções graves no transporte ferroviário e rodoviário e na laboração de muitas indústrias; em dificuldades na actividade agrícola; em escassez generalizada de bens de consumo essenciais”<sup>394</sup>.

A partir do segundo semestre de 1941, a situação alimentar de Portugal começa a deteriorar-se. Segundo Fernando Rosas, é em setembro desse ano que a imprensa começa a noticiar a existência de “um agravamento geral da falta de géneros e do seu preço um pouco por toda a parte, e muito especialmente em Lisboa e Porto”<sup>395</sup>. Esta situação tende a alastrar-se para o resto do país. Para se ter uma ideia, em dezembro de 1942, em Viseu faltaram “géneros de mercearia, açúcar, arroz, bacalhau e especialmente azeite”<sup>396</sup>.

O surgimento de várias complicações leva a que o Governo de Salazar tenha de racionar o consumo de determinados géneros e bens fundamentais para a sobrevivência humana. Tendo em vista a implementação do racionamento, é criada em 1943 a Intendência-Geral de Abastecimentos. Este novo organismo deveria tutelar ainda que “teoricamente a parafernália burocrática encarregue do controlo de todo o circuito dos bens essenciais desde a produção ao consumo”<sup>397</sup>. Relativamente à distribuição dos bens alimentares, era da sua função organizar o racionamento em Lisboa, Porto e Coimbra. Nos restantes municípios do país este organismo operava por intermédio da Comissão Reguladora do Comércio Local. Do ponto de vista da ação, podemos referir que a Intendência-Geral “mostrou-se largamente ineficaz, com insuficiências e atrasos crónicos que suscitaram um geral descontentamento da população urbana e rural”<sup>398</sup>.

Na reunião onde se institui a Sopa dos Pobres de Condeixa-a-Nova, Fortunato Rocha fala de uma maneira muito clara sobre os problemas que provêm deste conflito. Diz ele que:

“o problema da alimentação dos deserdados da sorte deve ser cuidadosamente estudado, mormente nesta ocasião em que a Guerra Europeia maiores dificuldades acarreta

---

<sup>393</sup>*Idem; ibidem, loc. cit.*

<sup>394</sup>*Idem, ibidem, p. 281.*

<sup>395</sup> Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, p. 275.

<sup>396</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>397</sup>*Idem, ibidem, p. 284.*

<sup>398</sup>Fernando Rosas, “*Economia de Guerra*”, cit., p. 282.

aos que em grandes dificuldades vivem; a crise que presentemente avassala o mundo não podia deixar de atingir o nosso Paiz e, conseqüentemente a nossa terra, e é nestes dias trágicos da vida que cabe por dever aos que desconhecem a miséria no seio de suas famílias acudir aos que necessitam de pão”<sup>399</sup>.

Em 1941, voltaria a defender esta ideia, quando da publicação do *Relatório e Contas da “Sopa dos Pobres”*. Neste documento explica-se que a iniciativa que levou à fundação desta obra ocorre num período em “que na Europa se desenrola uma das maiores tragédias e pelo mundo, os sentimentos de humanidade correm o risco de ser esmagados por desenfreado egoísmo”<sup>400</sup>.

Um dado que é exposto por Fortunato Rocha, ainda que de maneira ténue, é o do problema da fome em Condeixa. Na carta que enviou ao Governador-Civil em 1942, quando da fundação da Sopa dos Pobres, refere-se à situação:

“Espectaculos dolorosos se presenceavam então nas ruas da Vila, especialmente aos sábados em que os mendigos, em cortejos lamuriantes chegavam a obrigar os automóveis a parar, n’uma insistencia atrevida pela esmola, e, vagabundos insolentes, certos da impunidade que a falta de policia e de guarda republicana lhes garantia, investivavam em inadmissíveis atitudes de indisciplina até as Senhoras, quando a esmola lhes não agradava. Daí resultou a minha iniciativa de crear aqui uma “Sopa dos Pobres”, com o concurso de tôdos os Condeixenses que acordassem em entregar as esmolas, que dá às portas a uma comissão que se encarregaria de montar e administrar, uma sopa diária aos mendigos, pobreza envergonhada e crianças pobres”<sup>401</sup>.

### 5.3.2.2. O funcionamento

A 26 de janeiro de 1940 a Mesa da Misericórdia, sob proposta de Fortunato Rocha, institui a Sopa dos Pobres em Condeixa-a-Nova. Note-se que a criação desta instituição ocorreu com oito anos de atraso face à sua homóloga de Coimbra. Situada na rua da Matemática, esta havia sido fundada por Manuel Luís Coelho da Silva, bispo de Coimbra, muito antes da guerra, em 19 de março de 1932. Um dos colaboradores de Manuel Silva seria Américo Monteiro de Aguiar, também conhecido por Padre Américo<sup>402</sup>.

Segundo Américo Aguiar, durante os primeiros tempos de funcionamento desta Sopa procedeu-se à distribuição de “uma medida de vinte e cinco rações diárias”<sup>403</sup>. Para se ter uma ideia do ambiente, diga-se que desde a sua abertura várias “famílias numerosas levam sopa

---

<sup>399</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 25.01.1940, fl. 1.

<sup>400</sup>*Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 16.

<sup>401</sup>APFR, Carta enviada por Fortunato Pires da Rocha ao Governador Civil de Coimbra em 29.01.1942, fl. 1.

<sup>402</sup>Durante vários anos, Américo Aguiar assinaria uma coluna de opinião no *Correio de Coimbra* intitulada “Sopa aos Pobres” onde daria a conhecer o funcionamento desta instituição. Mais tarde todas estas crónicas seriam publicadas em livro que saiu sob o título de *Pão aos Pobres*.

<sup>403</sup>Padre Américo, *Pão dos Pobres*, Paço de Sousa, Editorial da Casa do Gaiato, 1986, p. 17.

suficiente para uma refeição familiar e alguns dos mais necessitados, que esperavam vez, têm sido inscritos”<sup>404</sup>.

A Sopa dos Pobres de Condeixa-a-Nova deveria ser gerida por uma Comissão que teria na presidência Fortunato Rocha, na secretaria Isac de Oliveira Pinto e Augusto das Neves Pimenta como tesoureiro. A partir de março, Abílio Simões Pires dos Reis assume as funções de vogal. Sobre os elementos que haviam sido escolhidos para fazer parte desta Comissão, Fortunato Rocha apenas explica o motivo pelo qual optou por Isac Pinto. Segundo o Presidente da Comissão,

“sendo principio básico, para o triunfo de qualquer instituição de caridade, uma escrituração e contas absolutamente em ordem, o seu conhecimento por todos os bemfeitores sempre que assim o desejassem, e, periodicamente, conforme manda a lei, convidei o sr. Isac Pinto para esse encargo, que desempenhou e desempenha com uma dedicação e desinteresse dignos dos maiores louvores, cabendo-lhe assim uma boa parte no êxito desta obra”<sup>405</sup>.

Uma das primeiras preocupações da Comissão seria a de arranjar um local para instalar a cozinha e o refeitório. Na sessão de 27 de janeiro, Fortunato Rocha refere que se havia entendido “pessoalmente com o sr. Presidente da Camara Municipal deste concelho para o fim de ceder um barracão existente na cerca do Hospital D. Ana Laboreiro d`Eça desta vila”<sup>406</sup>. Joaquim Simões de Campos Júnior, na época Presidente do Câmara, além de permitir a utilização do barracão também cedeu “dois compartimentos nas caves do referido Hospital para as despensas dos generos desta instituição”<sup>407</sup>. Esta atitude do Presidente da Câmara viria a ser louvada, tendo a Comissão da Sopa defendido que

“demonstrou, não somente a manifesta boa vontade de S. Ex.<sup>a</sup> acedendo ao justo pedido desta Comissão, como também a inteligente visão do Ex.m<sup>o</sup> Sr. Dr. Joaquim Simões de Campos Junior quanto aos benefícios que esta terra viria a usufruir com a fundação e funcionamento duma obra de tão alta expressão social e humanitária”<sup>408</sup>.

Encontrado o espaço, seria necessário proceder à sua reestruturação tendo em vista a acomodação da cozinha e do refeitório. Esta remodelação seria efetuada por 30 operários de construção que se haviam “oferecido gratuitamente com um dia de trabalho”<sup>409</sup>. A 28 de

---

<sup>404</sup>*Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>405</sup>APFR, Carta enviada por Fortunato Pires da Rocha ao Governador Civil de Coimbra em 29.01.1942, fl. 2.

<sup>406</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 27.01.1940, fl. 1 v.

<sup>407</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>408</sup>APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 31.

<sup>409</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 25.01.1940, fl. 1v. Na sessão da Comissão da Sopa dos Pobres realizada em 31 de maio de 1940, Fortunato Rocha alvitra a ideia de se criar um refeitório especial destinado a operários e crianças. Segundo o Presidente da Comissão, o local adequado para esse fim seria um compartimento em madeira, anexo o refeitório da Sopa. Esta ideia não mais voltaria a ser explorada. ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 23.02.1940, fl. 4v.

janeiro seriam adquiridos os materiais para a referida empreitada<sup>410</sup>. No final de fevereiro estas obras ficariam concluídas, estando assim a Sopa pronta a funcionar.

Na sessão de 23 de fevereiro, que antecede a abertura do refeitório, é referido que “é amplo, podendo acomodar umas cinquenta pessoas entre trez mezas, que tem os respectivos bancos”<sup>411</sup>. A cozinha havia sido construída “com tres fornalhas, um forno para coser pão, indispensáveis usar, pia para lavagem de loiça, esta já se encontra fornecida dos preciosos mantimentos oferecidos por benfeitores, para os primeiros dias de alimento aos deserdados da sorte”<sup>412</sup>. Todos os benfeitores haviam sido angariados por Isac Pinto. Este elemento da Comissão havia desenvolvido uma estratégia que consistiu em “distribuir por diversas pessoas de Condeixa cento e cincenta circulares a pedir donativos”<sup>413</sup>.

Deste grupo de benfeitores, devem-se realçar as oferendas de Cândido Sotto Mayor e Maria Elsa Franco Sotto Mayor. O então Provedor da Misericórdia brindou a cozinha da Sopa dos Pobres com três caldeirões de ferro para confecionar a sopa e talheres no valor de 850\$00<sup>414</sup>. Maria Elsa ofereceria géneros alimentares “avaliados em duzentos e quatro escudos”<sup>415</sup>. Também a sobrinha do Presidente da Comissão, Elisa Pires da Rocha, ajudaria materialmente a Sopa, tendo doado 96 malgas.

Ao longo deste primeiro ano de funcionamento a cozinha e o refeitório vão aumentando o seu recheio, apresentando no final de 1940 os seguintes imóveis, móveis e utensílios: 3 mesas para refeições; 8 bancos com 2,93m; 3 caldeiros de ferros e respetivas tampas; 1 masseira; 1 banca, com 2 gavetas nos topos; 1 mesa, com gavetas; 5 cântaros para água, em folha, sendo 3 de 10 litros e 2 de 20 litros; 2 alguidares de zinco; 2 baldes de zinco; 1 balde de madeira; 83 malgas grandes e pequenas para sopas; 3 talheres (colheres e garfos); 1 bacia grande de lata; 1 lavatório e bacia; 1 panela de esmalte; 2 latas para azeite, 1 peneira; 1 crivo; 5 copas para sopa; 1 escumadeira; 2 conchas de esmalte para sopa; 1 mesa na dispensa, com 1m. de comprimento e 0,59 de largura; 1 armário, com 4 portas de rede, com 2,60m de comprimento; 5 arcões ou tulhas para mantimentos; 3 canecas de esmalte pequenas; 2 terrinas em folha para sopa; 6 toalhas de lavatório; vários panos para loiça e limpeza; 4 cantareiras

---

<sup>410</sup>No resumo do movimento da Sopa dos Pobres, publicado em *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, é mencionado que foram gastos 5.860\$70 na construção do prédio onde funcionava a Sopa. Este valor seria dividido pelas seguintes alíneas: 1.669\$25 em mão-de-obra; 4.152\$05 em materiais e 38\$80 em reparações. APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 27.

<sup>411</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 23.02.1940, fl. 2.

<sup>412</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>413</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>414</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>415</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

simples para loiça; 1 machado; 1 podoa; 1 tenaz; 1 cesto grande para pão; 1 açafate; 1 seira; 1 saleiro pequeno e várias vassouras, escovas e outros pequenos objetos<sup>416</sup>.

Como já aludimos anteriormente, ao meio-dia do dia 24 de fevereiro ocorre a abertura da cantina. A inaugurar este espaço estaria Cândido de Sotto Mayor na qualidade de Provedor da Santa Casa; Joaquim Simões Campos Júnior como Presidente da Câmara Municipal; o delegado de saúde Alfredo Miranda; Joaquim Bandeira de Carvalho; José Ribeiro e Abílio Simões Pires dos Reis. Antes de se proceder à distribuição das refeições, Augusto da Neves Pimenta, na qualidade de pároco de Condeixa-a-Nova, procederia à bênção do refeitório e da cozinha.

No primeiro dia de funcionamento, “os pobres e indigentes que ocupavam as tres mesas do refeitório foram servidos devotada e carinhosamente pelas Ex.mas senhoras D. Maria Elsa Franco Sotto Mayor e D. Elisa Pires da Rocha e pela muito simpática e bondosa condeixense Menina Elsinha”<sup>417</sup>. A ementa servida era composta de “sopa de carne, sardinhas fritas, pão de milho e vinho”<sup>418</sup>.

Dado que o refeitório da Sopa se localizava nas instalações do Hospital, a Comissão da Sopa dos Pobres decide entregar a sua superintendência à sua diretora Maria Prudenciana Alves. Em junho, esta individualidade que pertencia à Ordem das Irmãs Hospitaleiras de Portugal, chega a propor à Comissão que “pelo menos as beneficiadas pela Sopa, tivessem uma segunda refeição diária”<sup>419</sup>. Esta proposta seria recusada pela Comissão, pois o contexto a que se assiste no país “não é de molde a maiores despesas pois tudo leva a supor que o preço dos generos de primeira necessidade aumente bastante e, sendo assim, as dificuldades para manter as duas refeições poderiam ameaçar toda a obra”<sup>420</sup>. No 1º trimestre de 1941, esta medida será implementada.

Além desta irmã, também auxiliariam a Sopa as irmãs Maria Silvina d'Ascensão, Maria Prudenciana dos Anjos, Emília Rosa Brandão e Maria da Anunciação. Nos dias em que ajudavam no serviço das refeições era frequente ver estas “bondosas criaturas acariciando as criancinhas e, com o pão do corpo, levando aos velhos o pão do espírito, consolador confôrto que só estas almas sabem ministrar”<sup>421</sup>. Três meses e meio após a abertura, a 18 de junho, Dolores Meireles na qualidade de Madre Geral da Ordem das Irmãs Franciscanas Portuguesas realiza uma visita ao refeitório. Durante a sua passagem pela Sopa, Dolores Meireles mostra-

---

<sup>416</sup>APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 29.

<sup>417</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 01.03.1940, fl. 2-2v.

<sup>418</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>419</sup>*Idem, Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 06.07.1940, fl. 5v.

<sup>420</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>421</sup>APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 37.

se “impressionada quanto à limpeza; ao refeitório e á cosinha, seus móveis e utensílios” tendo ainda mostrado satisfação pelo “serviço das mezas que na ocasião ainda se encontravam em movimento”<sup>422</sup>.

No final de 1940, Maria Elsa Franco Sotto Mayor, na qualidade de Presidente da Comissão Central de Senhoras Protetoras desta Obra, “sugere a criação de um grupo de Meninas que auxiliassem a dirigente dos serviços do refeitório na hora da distribuição das refeições”<sup>423</sup>. A eleição para este cargo ocorre, de facto, depois de, em maio, a presidente ter oficiado a Elisa Pires da Rocha, Aureliana Lopes Ferreira de Campos e Margarida Navarro de Albuquerque com o intuito de se criar uma Comissão de auxílio a esta instituição. Além do ofício enviado a estas mulheres, também endereçou circulares “a 130 meninas e senhoras de Condeixa pedindo a colaboração de todas para uma mais perfeita organização nos serviços da cosinha e refeitório”<sup>424</sup>. Só no final desse ano é que seriam dados passos tendo em vista a criação de uma melhor organização do refeitório.

Assim sendo, a 11 de dezembro ocorre uma reunião, onde participam 18 condeixenses, com o objetivo de formar uma estrutura de amparo a Maria Prudenciana Alves. Neste encontro ficou estabelecido que se deveriam formar sete turnos, sendo um para cada dia da semana. A organização destes turnos de mulheres ficaria constituída da seguinte forma: aos Domingos cooperavam Maria de Lurdes Fernandes Geraldo, Maria Helena Ramalho e Silva assim como Maria Olinda Simões Vicente; às Segundas a responsabilidade desta atividade competia a Maria Teresa Esteves Alves e Maria Amélia Ramalho e Silva; para as Terças ficavam escaladas Franklina Simões Pires Machado, Maria Noémia Simões Ferreira e Maria Albertina da Rocha Quaresma; todas as Quartas-feiras o encargo assentava em Maria Moita e Costa e Maria de Lurdes Manaia; às Quintas seria a vez de Arminda Simões Pena e Deolinda Moita e Costa; à Sexta-feira quem ajudava no serviço das refeições era Alzira Fernandes Geraldo, Margarida Simões Pires dos Reis e Cândida de Matos por fim o Sábado dia em que Maria de Lurdes Ramalho e Silva, Júlia de Matos e Maria Graciete Alves Branco colaboravam com a Sopa<sup>425</sup>. Outra menina que também colaboraria nesta fase inicial, ainda que de forma irregular, seria Otília Rosa. Esta cooperação teria início a 12 de dezembro.

Em relação à distribuição de sopas – vocábulo sempre utilizado, embora fosse habitual o fornecimento de refeições completas – podemos mencionar que, entre 24 de fevereiro e 31

---

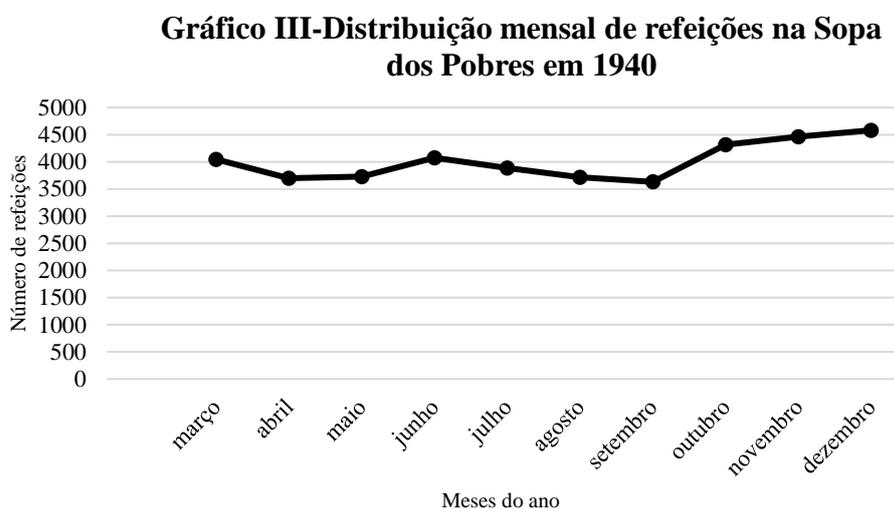
<sup>422</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 06.07.1940, fl. 5v.

<sup>423</sup>APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 32.

<sup>424</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 31.05.1940, fl. 4v.

<sup>425</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 10.01.1941, fl. 11.

de dezembro de 1940, foram distribuídas 40.853<sup>426</sup>. Como é possível verificar no Gráfico III o mês em que ocorreu uma maior distribuição foi dezembro, com 4.583. Excetuando fevereiro, que correspondeu à abertura do refeitório e cujo funcionamento apenas se verificou durante os seus últimos dias, o mês em que se distribuíram menos sopas foi setembro com 3.632<sup>427</sup>.



Fonte: *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit.

Dos géneros mais consumidos ao longo do primeiro ano de funcionamento, devemos destacar o milho com 2.779 quilos; a batata com 1.067 quilos e o feijão com 1.023 quilos<sup>428</sup>. Comparativamente com o consumo de outros bens alimentares, o de carne foi diminuto, sendo gastos ao longo destes 10 meses, 314 quilos<sup>429</sup>. Um elemento essencial para o funcionamento da cozinha seria a lenha. Este género seria utilizado para a confeção das comidas nos fornos e para produzir aquecimento no refeitório. Nos seus primeiros 11 meses de funcionamento foram consumidas 167 “dúzias de lenha”<sup>430</sup>, nada mais se esclarecendo. Outro elemento que está interligado com a despesa de géneros é, como é óbvio, o do movimento diário de comensais. Deste movimento devemos destacar 62 adultos e 74 crianças<sup>431</sup>. A nível das

<sup>426</sup>APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 24.

<sup>427</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>428</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>429</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>430</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>431</sup>De entre os adultos, 22 eram do sexo masculino e 40 do sexo feminino, o que é bem revelador da distribuição desigual da pobreza por sexos. Relativamente às crianças, estas eram 49 do sexo masculino e 25 do feminino. De entre as crianças, mereciam especial cuidado as 24 que frequentavam a escola. *Idem, ibidem*, p. 38.

refeições distribuídas 44 foram distribuídas ao domicílio, 101 no refeitório e 4 a “adventícios”<sup>432</sup>.

No que toca à sua sobrevivência, podemos dizer que a Sopa dos Pobres vivia fundamentalmente das contribuições dos seus subscritores mensais e dos vários donativos que lhe eram oferecidos. No final de 1940, esta organização possuía 174 subscritores. Ao contrário da Santa Casa da Misericórdia, na Sopa dos Pobres eram admitidos estabelecimentos comerciais como subscritores. Destes estabelecimentos devemos referir: Alcobaça, Pessa & C.<sup>a</sup>; Armazém de Mercarias Ld.<sup>a</sup>; José Maria dos Santos & C.<sup>a</sup> Ld.<sup>a</sup> e a empresa de descasque de arroz Chagas & C.<sup>a</sup>. Um caso especial seria o de Cândido Sotto Mayor e de sua esposa, referidos na lista de subscritores como Palácio Sotto Mayor.

À semelhança do que ocorria na Misericórdia, também na Sopa dos Pobres se realizava uma cobrança mensal de quotas, no valor de 15 escudos. Tendo em vista uma boa gestão dos recursos humanos disponíveis, a Comissão da Sopa dos Pobres entregaria a cobrança das quotas a Pedro Augusto, que como já vimos anteriormente era cobrador da Misericórdia.

Os donativos oferecidos eram na sua maioria bens alimentares necessários para o regular funcionamento da cozinha da Sopa. A título ilustrativo, veja-se o que foi oferecido em junho e julho de 1940: Elsa Sotto Mayor deu 123 quilos de pão para sopa e 180\$00 para uma criada da cozinha; Elisa Pires da Rocha contribuiu com dois cântaros com 10 litros de azeite cada; José de Alverca com 50 quilos de massas e 75 de arroz; Manuel Dias Varela com 50 quilos de batata, cinco quilos de toucinho e 17\$25; António Simões Fernandes com 32 quilos de batata e 26 quilos de milho e hortaliça; Júlio Pires da Rocha com 42 quilos de batata; Maria da Anunciação com 19 quilos de batata, dois quilos de feijão e hortaliça; Conceição Pires Machado com 30 quilos de batata e 130\$00; Assunção Correia de Oliveira 1 fita de seda; Justiniano Geraldo com 28\$00; Francisco Pereira Ribeiro com 50 quilos de milho, um alqueire de feijão e 10 litros de azeite; Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova com 1.500\$00 relativos ao subsídio anual; Ermelinda Costa Alemão Teixeira com 6 quilos de batatas; José Dias Ferreira com 7\$45 e Armazém de Mercarias Ld.<sup>a</sup> com 4\$65<sup>433</sup>. Além destas oferendas, também se organizou um baile de angariação de fundos. Realizado a 20 de outubro, este

---

<sup>432</sup>Os adultos que recebiam refeições ao domicílio eram 41 enquanto as crianças eram 3. No refeitório compareciam 30 adultos e 71 crianças. Os adventícios eram adultos. *Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>433</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 01.08.1940, fl. 7.

espetáculo que teve como cabeças de cartaz o grupo musical *Os Celestes*, rendeu para a Sopa 126\$00<sup>434</sup>.

Como temos visto ao longo deste trabalho, mas principalmente neste capítulo, uma individualidade que se diferenciou na promoção da assistência no concelho de Condeixa-a-Nova, e que de resto recebeu em janeiro de 1946 a insígnias de Comendadora da Ordem da Benemerência, foi Elsa Franco Sotto Mayor, cujo apoio à Sopa se revelou extremamente importante para a sua manutenção. Sobre a sua participação na cozinha, Otilia Rosa recorda que esta “contagiava o grupo de colaboradoras pois chegava, arregaçava as mangas e toca a trabalhar”<sup>435</sup>. Além das iniciativas anteriormente abordadas, é oportuno falar de algumas diligências tomadas por esta figura.

A 1 de junho de 1940, juntamente com o seu marido, envia para o refeitório as sobras do casamento da sua filha Maria Elsa, vulgarmente tratada pelos condeixenses por menina Elsinha, com José Francisco Correia Matoso. Os mantimentos oferecidos “foram avaliados em 381\$00 com os quaes se deu a cada uma das 257 pessoas que compareceram uma refeição que constou de sopa de grão de bico com massa, cosido de arroz, carneiro, vinho, nêspersas, café e doces”<sup>436</sup>. A 13 de outubro, dia de comemorações das aparições de Fátima, seria inaugurado no refeitório um quadro em azulejos da *Ceia de Cristo*, por ela oferecido. No início de 1941 Elsa Sotto Mayor pediu a Isac Pinto que escolhesse “entre os infelizes amparados pela Sopa dos Pobres 12 homens e 12 mulheres desta freguesia que mais necessidade tivessem de agasalhos”<sup>437</sup>.

A 4 de maio de 1941 organizaria uma récita, que contaria com a participação de “um grupo de meninas e cavalheiros da melhor sociedade”, com o objetivo de angariar fundos para esta instituição. Este espetáculo contaria com a presença de “uma seleta e numerosa assistencia”, renderia a quantia de “quatro mil dusesos vinte e um escudos e vinte e cinco centavos”<sup>438</sup>. Além destes momentos de confraternização, Elsa Sotto Mayor também cooperaria na realização de festividades de índole religiosa como é o caso da Páscoa e do Natal.

No domingo de Páscoa de 1940, concede os géneros para a confeção das refeições da noite e juntamente com a sua filha assume a responsabilidade de servir os beneficiados da Sopa. A presença de pessoas carenciadas ocorreu “em número bastante elevado”, tendo

---

<sup>434</sup> ASCMC, *Livro n.º3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 02.11.1940, fl. 4.

<sup>435</sup> Otilia Rosa. Entrevista a 23.09.2016.

<sup>436</sup> ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 06.07.1940, fl. 5v.

<sup>437</sup> ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 10.01.1941, fl. 11v.

<sup>438</sup> ASCMC, *Livro n.º3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 24.05.1941, fl. 8v.

direito a “um verdadeiro banquete, ao qual não faltou vinho, frutas, doces e café”<sup>439</sup>. No dia seguinte, segunda-feira de Páscoa, seria a vez de Elisa Pires da Rocha contribuir para que “a refeição desse dia fosse melhorada, entregando para esse caritativo fim a importância de dois mil quatrocentos cinquenta e dois escudos”<sup>440</sup>. A escassez de fontes e também o facto de não existir qualquer tipo de referência nos livros de atas da Misericórdia não permitiu apurar se esta festividade seria comemorada nos anos seguintes. Tal facto, porém, não se verifica no que respeita ao Natal.

Como já vimos anteriormente, nos primeiros anos de funcionamento da Santa Casa da Misericórdia, o Natal era comemorado através da realização de bodos de Natal. A partir de 1940, o auxílio aos mais pobres nesta quadra passa a ser assumido pela Sopa dos Pobres, designando-se esta atividade de Ceia de Natal. No Natal de 1940, alguns benfeitores desta instituição, entre os quais se destaca Manuel Dias Varela, Justiniano Geraldo, Elsa Sotto Mayor e as ajudantes do refeitório que havia angariado, fazem um donativo de géneros. Seria ainda “erguida a árvore dos pequenitos, aumentada com guloseimas e brinquedos na noite de consoada distribuídos por 74 crianças, depois de uma segunda refeição distribuída neste dia a todos os necessitados”<sup>441</sup>. Esta comemoração contemplava ainda a oferta de broinhas doces, que tinham sido “cosidas no forno desta casa umas e recebidas de almas caridosas outras”<sup>442</sup>. No dia 25 seria servido “ao ar livre um lauto jantar com fruta, doces, vinho e café a 200 comensales”<sup>443</sup>.

No que respeita a 1941, a única informação que foi possível obter sobre a Ceia de Natal prende-se com o dinheiro gasto na aquisição de brinquedos, tendo sido despendidos 180\$00. A documentação consultada a partir do último trimestre de 1941 não faz qualquer menção a Fortunato Rocha enquanto dirigente da Sopa dos Pobres, passando a responsabilidade pela gestão desta instituição para as mãos de Isac Pinto. Como iremos ver adiante, na origem desta transferência de poderes está um conflito que ocorre dentro da Santa Casa.

Na sessão da Mesa da Santa Casa, realizada em 5 de dezembro de 1942, Isac Pinto indica que se sente “encorajado a levar a efeito mais uma vez este ano a Ceia de Natal, distribuindo refeições completas até á quantidade de duzentas, pelos necessitados,

---

<sup>439</sup> APFR, *Relatório e Contas da Sopa dos Pobres*, cit., p. 34.

<sup>440</sup> ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 31.03.1940, fl. 3.

<sup>441</sup> *Idem, ibidem*, sessão de 10.01.1941, fl. 11.

<sup>442</sup> *Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>443</sup> *Idem, ibidem*, fl. 11v.

especialmente os que residem nesta freguesia”<sup>444</sup>. No que se refere à questão financeira, espera contar com “os donativos das almas generosas, a quem vai dirigir-se nesse sentido”<sup>445</sup>.

O Natal desse ano ficaria marcado pelo assalto à cozinha da Sopa que ocorreria na noite de 23 para 24 de dezembro. Os assaltantes roubariam “vinte quilos de bacalhau destinado á Ceia de Natal dos infelizes, levando, tambem umas oitentas colheres e garfos; um machado de rachar lenha, duas facas grandes, dois sacos outros objectos de menor valor”<sup>446</sup>. O objetivo de Isac Pinto não seria alterado, tendo a Ceia de Natal ocorrido na mesma, procedendo-se à distribuição ao “domicílio, na vespera de Natal ceias completas, com vinho e doces a dusetos e cinco indivíduos necessitados”<sup>447</sup>.

A 5 de dezembro de 1943, Isac Pinto apresenta à Mesa da Misericórdia o plano para a Ceia de Natal desse mês. Além da distribuição de sopas, este projeto estipulava ainda que se “dessem para as creanças pobres agasalhos de inverno e ás viúvas com filhos menores esmolos em dinheiro”<sup>448</sup>. No dia 24, seriam oferecidas “camisolas de agasalhos a setenta e uma creanças necessitadas e bem assim, vinte e quatro cortes de flanela a outras tantas creancinhas até aos tres anos de idade, cortes de dois e meio metros cada bondosamente oferecidos pela benemérita Maria Elsa Franco Sotto Mayor”<sup>449</sup>. Falando do fornecimento de refeições, podemos referir que neste Natal, foram servidas “dusetas setenta e cinco ceias por cento e desenove famílias” sendo a ementa composta de “sopa de feijão com massa, arroz de bacalhau com bacalhau de cebolada, vinho, pão de milho e broinhas”<sup>450</sup>.

O período que antecedeu esta consoada não correu da melhor forma, devido às más condições em que se encontravam as caldeiras da cozinha da Sopa e também à escassez de bacalhau resultante do racionamento que se verificava em Portugal. Quanto a este último imbróglio, seria realizado um apelo ao delegado da Intendência Geral dos Abastecimentos de Coimbra, no sentido de não faltar este alimento<sup>451</sup>. A questão das caldeiras seria resolvida por Joaquim da Costa, que colocou “à disposição da Comissão desta Obra o ferro necessário para conserto das referidas caldeiras, material este cedido gratuitamente pela firma José Maria dos Santos a que Joaquim da Costa pertence”<sup>452</sup>.

---

<sup>444</sup> *Idem*, Livro nº3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa, sessão de 05.12.1942, fl. 31v.

<sup>445</sup> *Idem*, *ibidem*, loc. cit.

<sup>446</sup> *Idem*, *ibidem*, sessão de 15.01.1943, fl. 34v.

<sup>447</sup> *Idem*, *ibidem*, fl.35, loc. cit.

<sup>448</sup> *Idem*, *ibidem*, sessão de 05.12.1943, fl. 44v.

<sup>449</sup> *Idem*, *ibidem*, sessão de 31.12.1943, fl. 45.

<sup>450</sup> *Idem*, *ibidem*, loc. cit.

<sup>451</sup> *Idem*, *ibidem*, loc. cit.

<sup>452</sup> *Idem*, *ibidem*, fls. 45-45v.

Um elemento que tem vindo a ser referido, quando se fala da realização das Ceias de Natal, é o dos pedidos de donativos que Isac Pinto dirige aos condeixenses que auxiliavam a Sopa. Normalmente estas solicitações eram feitas em formato de carta, sendo que a única a que foi possível aceder é a que corresponde ao ano de 1944 e que foi enviada a António Pires da Rocha.

Neste documento, assinado por Isac Pinto e datado de 5 de dezembro, é referido que à semelhança do que havia ocorrido nos anos anteriores era objetivo da Sopa dos Pobres realizar uma vez mais “a humanitária campanha em benefício dos desherdados da sorte para que estes, pelo menos na tradicional NOITE DE NATAL, sintam menos frios e desconfortáveis os seus humildes casebres”<sup>453</sup>. Além disto é ainda referido que é necessário afastar “o fantasma da FOME, fornecendo no domicílio refeições abundantes e melhoradas a todos os que pedirem e delas tenham necessidade”<sup>454</sup>. Como forma de estimular a ajuda dos condeixenses, Isac Pinto informa que duas pessoas já haviam contribuído com géneros alimentares, oferecendo “um, 30 quilos de batata e outro, dois decilitros de azeite e uma abóbora”<sup>455</sup>. Quanto ao modo de doação, é pedida

“a especial fineza de fazer encaminhar o donativo que se dignar destinar à Ceia do Natal do pobresinhos, à despensa da Sopa dos Pobres, onde será recebido pela bondosa Directora do nosso Hospital, ou entregá-lo às Meninas Franklina Pires Machado, Maria Noémia Simões Ferreira, Aura Manaia, Margarida Simões Pires dos Reis, Hermínia Bernardes, Deolinda Curto, Cândida e Júlia de Matos, Izabel Pimentel, Maria Adelaide Lapa da Conceição, Graciette Branco e Izabelita Cardoso, que de boa-vontade se propuzeram cumprir esta missão; e ainda aos Srs. Padre Augusto Pimenta das Neves e Isac Pinto”<sup>456</sup>.

Seriam distribuídas 245 refeições por 98 famílias. A ementa manteve-se quase inalterada: sopa de feijão com massa, arroz de bacalhau, bacalhau de cebolada e pão de trigo, vinho e broinhas doces. Relativamente a 1945, a única informação que foi possível obter foi a de que seriam servidas 246 ceias.

#### **5.4. Novos projetos assistenciais: cozinha económica, albergue e balneário**

Em abril de 1941, a Mesa da Santa Casa envia uma circular ao Governo Civil a pormenorizar as necessidades e as modalidades de assistência pública que tenciona incrementar em Condeixa-a-Nova. O texto começa com uma pequena abordagem ao funcionamento da Sopa dos Pobres, relatando-se que esta obra tem como grande objetivo, vir

---

<sup>453</sup>APFR, *Carta a pedir auxílio para a realização da Ceia de Natal*, Sopa dos Pobres da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa, Condeixa-a-Nova, 5 de dezembro de 1944.

<sup>454</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>455</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>456</sup>*Idem, ibidem.*

a conceder duas refeições diárias. A cedência destes repastos “alem de resolver o problema da alimentação de tantos infelizes evitaria por completo o triste espectáculo da mendicidade neste concelho”<sup>457</sup>. Como forma de criar uma nova dinâmica assistencial, a Mesa da Misericórdia exprime a intenção de ampliar “essa mesma actividade, logo que os seus recursos o permitam e certas dificuldades sejam removidas, criando em anexo à Sopa dos Pobres uma cosinha económica, e que seria de muita utilidade para Irmãos pobres, artistas e rurais”<sup>458</sup>.

No mesmo documento apresentava-se o projeto de construção de um edifício, que deveria ser constituído por um dormitório e um balneário. Na verdade, o projeto não era nenhuma novidade, pois, como já vimos, Fortunato Bandeira de Carvalho havia idealizado construir um albergue em Condeixa na década de trinta.

Quanto à localização desta casa, seria junto à cerca dos terrenos do hospital que confinavam com a estrada velha de Condeixa-a-Velha. O dormitório deveria ser constituído por dois compartimentos, sendo que um era destinado a homens e outro a mulheres e crianças. A função destas camaratas seria a de albergar “por uma noite, alguns infelizes, principalmente rurais da Beira na ida e regresso dos trabalhos agrícolas da Borda d`água, artistas á demanda de trabalho que na sua passagem forçada por Condeixa, sejam surpreendidos pelo mau tempo”<sup>459</sup>. Ligada a esta questão estava a do vestuário, sendo objetivo “organizar o socorro de vestuário aos velhos inválidos de trabalho e crianças pobres, tendo principalmente em vista assegurar-lhes o agasalho de inverno”<sup>460</sup>.

O balneário, que deveria ser um complemento ao projeto de criação do dormitório, incluiria “seis cabines para duches e duas para banhos de imersão”<sup>461</sup>. Este espaço deveria ser destinado especialmente às crianças protegidas pela Sopa dos Pobres, que passariam a ser “obrigadas a preceitos de higiene que lhes ajudem a formação física e quiçá moiral”<sup>462</sup>. Também os pobres de Condeixa poderiam cuidar da sua salubridade neste sítio. Como acabamos de ver, a questão da higiene era um dos elementos que estava na génese da criação deste espaço, devendo por isso ser montado junto ao balneário “um posto de despiolhamento e uma barbearia grátis para os pobres, sob a fiscalização superior do delegado de saúde Dr. Alfredo Pires de Miranda”<sup>463</sup>.

---

<sup>457</sup>ASCMC, *Livro nº 3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 07.06.1941, fl. 9.

<sup>458</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>459</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>460</sup>*Idem, ibidem*, sessão de 07.06.1941, fl. 9v.

<sup>461</sup>*Idem, ibidem*, fl. 9.

<sup>462</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>463</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

O investimento financeiro e material que acarretaria a edificação destas novas modalidades de assistência não foi esquecido. No balneário seriam instaladas:

“seis cabines para duchas com a superfície cada uma de cento e cinquenta centímetros quadrados; duas cabines com tinas para banhos de imersão com a superfície cada uma de seiscentos e cinquenta centímetros quadrados; seis lavatórios; duas retretes tipo turco e uma retrete tipo moderno”<sup>464</sup>.

Um elemento essencial para o funcionamento dos duchas era o do abastecimento de água. Para solucionar esta questão existiam duas possibilidades. A primeira consistia na faculdade de a “Camara Municipal de Condeixa conseguir dentro de breve montar a rede de reabastecimento de agua potável á vila”<sup>465</sup>. A alternativa seria a de “aproveitar a agua do regadio num tanque de regulação aonde entraria por diferença de nivel através de filtros, o que o local indicado na cerca do Hospital tornaria fácil devido á sua topografia”<sup>466</sup>. Esta canalização material seria orçada em “dose mil e oitocentos escudos”<sup>467</sup>.

Os dois dormitórios a criar teriam “beliches duplos ou seja para quatro pessoas por compartimentos”. Entre as duas camaratas ficaria uma caldeira que além de aquecer a água dos balneários, facilitaria o acaloramento de quem ali pernoitasse. Por fim, deveria arranjar-se uma pessoa que na qualidade de guarda deste edifício deveria assumir a responsabilidade pela limpeza e ordem. O custo que acarretaria a contratação deste empregado seria orçado em “tresentos escudos mensais, anualmente trez mil e seiscentos escudos”<sup>468</sup>.

Para além deste projeto, a Mesa da Misericórdia refere também a vontade de “tornar possível a utilização durante o verão de uma colónia de ferias á beira-mar, para as crianças cujo desenvolvimento fisico recomenda a mudança de ares”. Das modalidades de assistência atrás mencionadas, a Colónia de férias seria a única a sair do papel e a ser materializada, tendo-se realizado a primeira e única colónia no Verão de 1941.

### **5.5. Um projeto concretizado: a Colónia Balnear Infantil de 1941**

Entre os dias 13 e 28 de agosto de 1941, ocorreria aquela que seria a Colónia Balnear Infantil. Esta atividade foi organizada pela Sopa dos Pobres e teve o alto patrocínio da Misericórdia. Este tipo de ação não era de todo uma novidade nas organizações de assistência dos concelhos vizinhos de Condeixa-a-Nova. Em 1903, Tomás da Fonseca organizara em Coimbra uma Colónia marítima para crianças pobres. No ano de 1939, a Misericórdia de

---

<sup>464</sup>*Idem, ibidem*, fl. 10.

<sup>465</sup>*Idem, ibidem*, fl. 10v.

<sup>466</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>467</sup>*Idem, ibidem*, fl. 10.

<sup>468</sup>*Idem, ibidem*, fl. 10v.

Penela também constituía a sua primeira Colónia de férias para crianças. Apesar de ser um tipo de atividade diferente, a Sopa dos Pobres de Coimbra realizava anualmente uma Colónia de Férias que ocorria no campo. Para Américo Aguiar, o principal objetivo desta iniciativa era a de “dar vida e saúde a vinte e cinco pequeninos, filhos de operários de jornal baixo e casa sem pão”<sup>469</sup>.

Na sessão da Sopa dos Pobres de Condeixa-a-Nova de 21 de julho de 1941, Isac Pinto faz uma exposição do que havia sido projetado para esta nova modalidade de assistência que se iria realizar na Figueira da Foz. Disse este elemento da Comissão que esta atividade fixava em “quarenta o numero de creanças e em quinze dias o tempo de permanencia naquela praia”<sup>470</sup>. Seria ainda acordado que as crianças participantes teriam direito a duas refeições diárias.

Quanto ao encargo de escolher o local onde se instalaria a Colónia, seria entregue a Artur Varela. Este, juntamente com Ramiro Oliveira, havia-se deslocado “á Figueira da Foz procurar casa que servisse para a Colónia em apreço tendo encontrado em Buarcos uma nas condições precisas pelo aluguel de quinhentos escudos- quinze dias”<sup>471</sup>. Estes dois condeixenses seriam grandes entusiastas desta ação, não sendo por isso de estranhar que tivessem organizado juntamente com José Braga de Oliveira Pinto, António Mateus, Joaquim Simões, Joaquim Pocinho e Joaquim Augusto Simões Júnior, em 6 de junho e 6 de julho dois espetáculos “que renderam a importancia liquida de mil oitocentos quarenta e sete escudos e noventa e um centavos”<sup>472</sup>.

Ainda nesta sessão seria deliberado que o processo de escolha das crianças consistiria em “submeter a exame médico todas as creanças necessitadas de banho ou ares do mar, filhas de gente reconhecidamente pobre, e que, de entre estas se escolhessem quarenta que mais precisassem de tal tratamento”<sup>473</sup>. O médico responsável por examinar as crianças seria Alfredo Pires Miranda. A questão dos tratamentos marítimos havia sido um dos elementos abordados por Ramalho Ortigão em *As Praias de Portugal* publicada em 1876. Nesta obra, o autor defendera que é “na infância que o ar do mar se torna mais particularmente salutar, quando a evolução do organismo se acha demorada, quer pela insuficiência das forças, quer

---

<sup>469</sup>Padre Américo, *Pão dos Pobres*, cit., p. 135.

<sup>470</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 21.07.1941, fl. 12v.

<sup>471</sup>*Idem, ibidem*, fl. 13.

<sup>472</sup>*Idem, ibidem*, fl. 12v.

<sup>473</sup>*Idem, ibidem*, fl. 13. A seleção da Colónia da Misericórdia de Penela, por seu turno, consistia num processo de escolha das 66 crianças participantes através de quotas. Assim sendo, seriam beneficiadas as maiores freguesias do concelho, que neste caso seriam a do Espinhal, Santa Eufémia e São Miguel, com seis crianças cada uma. As freguesias de Cumieira, Rabaçal e Podentes apenas poderiam indicar o nome de quatro crianças. Mário Nunes, *Misericórdia de Penela: 1559-1999. Servir e amar*, Penela, cit., p. 102.

por uma convalescença difícil, quer pela existência de algumas diáteses familiares a esta idade”<sup>474</sup>.

A 30 de julho, seriam apresentadas à Comissão os boletins de todos os inscritos na Colónia Balnear. As 73 crianças que se haviam candidatado seriam examinadas individualmente. No final de realizar todos os exames, o clínico em causa deveria indicar as que tinham mais necessidade de banhos de mar. No entanto, surgiria o problema de haver dois e três irmãos nas condições que mencionámos atrás. Para resolver esta complicação, “deliberou-se que a não ser em casos excepcionais, fosse uma só criança de cada família”<sup>475</sup>. Deste grupo seriam selecionadas 44 crianças.

### Quadro XII - Crianças beneficiadas pelos ares da praia e banhos de mar

Nome	Idade	Filiação	Residência	Nome	Idade	Filiação	Residência
Adelaide	8	Abílio Videira e Encarnação	Condeixa-a-Nova	Liliosa	9	Joaquim Jacinto e Luz das Neves	Condeixa-a-Nova
Alice	11	M. Jacinto e Elisa Geada	Condeixa-a-Nova	Manuel	11		Condeixa-a-Nova
António	11	Adelino Rosa e Cristina	Condeixa-a-Nova	Margarida	7	João Duarte e Augusta	Condeixa-a-Nova
António	10	Augusto Paneca e Carolina	Condeixa-a-Nova	Margarida	11	J. Fontes e M. Jacob	Condeixa-a-Nova
António	7	Américo Pato e Luísa	Condeixa-a-Nova	Maria	11	João Pita e Jesus Pita	Barreira
António	13	Joaquim Pessoa e Teresa Pato	Condeixa-a-Nova	M. Adélia	10	António Carvalho e Carmo Cocenas	Condeixa-a-Nova
António	9	António Torres e Glória	Condeixa-a-Nova	M. Alice	6	José Couceiro e Conceição Cocenas	Condeixa-a-Nova
António	10	António Cavalheiro e Piedade	Barreira	M. Amélia	13	Joaquim Cruz e Maria Esteves	Condeixa-a-Nova
António	11	M. Tiago e Teresa Ameixoeira	Condeixa-a-Nova	M. Augusta	13	António Carvalho e Carmo Cocenas	Barreira
António	3	Alfredo Lopes e Luísa	Pocinho	M. do Céu	7	M. da Silva e Elisa Missa	Condeixa-a-Nova
António	12	José Pocinho e Teodora Santos	Condeixa-a-Nova	M. Conceição	9	Augusto Galvão e Conceição Coelho	Condeixa-a-Nova
Atílio	6	António Pereira e Conceição Guilherme	Condeixa-a-Nova	M. Conceição	11	Joaquim Nogueira e M. Oliva	Condeixa-a-Nova
Carlos	9	Manuel Preces Jacinto	Condeixa-a-Nova	M. Esperança	11	Francisco	Condeixa-a-Nova
Fernanda	11	J. M. Batista	Condeixa-a-Velha	M. Luzia	9	António Leitão e Cesaltina	Condeixa-a-Nova
Fernanda	8	Otávio da Costa e Maria Conceição	Condeixa-a-Velha	M. Lurdes	10	Júlio Pato e Maria Esteves	Condeixa-a-Nova
Hermínia	7	José Mourão e Piedade Marques	Barreira	M. de Jesus	11	António Augusto Lamas e Adelaide	Condeixa-a-Nova
Isaura	7	Miguel de Sousa e Beatriz	Barreira	M. Conceição	10	Júlio Moita e Maria Oliva	Condeixa-a-Nova
João	7	Elisaio e Rosa Passos	Barreira	Odete	6	António Ramos e Manuel	Condeixa-a-Nova
Joaquim	5	António Gorgulho e Maria	Barreira	Odete	8	Vítor da Costa e Clementina	Condeixa-a-Nova
Joaquim	6	António Cocenas e Estela	Barreira	Olinda	8	Maria Beja	Barreira
Júlio	11	Manuel Couceiro e Maria Piedade	Condeixa-a-Nova	Rosa	10	Francisco Paiva e Augusta Pocinho	Condeixa-a-Nova
Lurdes	10	Manuel Braz e Madalena Lopes	Barreira	Vasco	8	Augusto Esteves e M. Rodrigues	Condeixa-a-Nova

Fonte: ASMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 31.08.1941.

<sup>474</sup>Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Quetzal, 2014, p. 168.

<sup>475</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 21.07.1941, fl. 12v.

Sintetizando os dados do quadro XII, a Colónia Balnear, seria composta por 17 crianças do sexo masculino e 27 do feminino. A nível das idades dos participantes, oscilavam entre os 3 e os 13 anos. Dentro dos locais de residência, 31 crianças residiam em Condeixa-a-Nova (70.4%), 10 na Barreira (22.7%), 2 em Condeixa-a-Velha (4.5%) e 1 no lugar de Pocinho (2.2%). Refira-se a existência de relações familiar entre algumas, como acontecia com Alice e Liliosa, primas direitas, pois os pais de ambas, Manuel Jacinto e Joaquim Jacinto, eram irmãos<sup>476</sup>.

Os pais de todas as crianças seriam convocados para uma reunião, com o intuito de lhes ser comunicado o dia em que as deveriam apresentar para partirem para a Figueira da Foz. Além disso, também lhes seria participado que os seus filhos deveriam estar “munidos de duas andainas de roupa, lenços, um lençol, uma fronha e uma coberta”<sup>477</sup>.

Do ponto de vista organizacional, esta Colónia seria dirigida por Marie Guitton. Esta senhora, que era de nacionalidade francesa, havia-se instalado em Condeixa-a-Nova no final da década de trinta. Uma vez estabelecida na vila, criara uma relação de proximidade com as pessoas, sendo exemplo disso o amparo que prestou a Otília Rosa. Sobre a sua aparência e o modo como ocorreu o encontro entre ambas Otília recorda:

“Ela vestia-se muito bem, tinha um charme muito típico das senhoras da alta sociedade, sabendo ainda tocar piano. Era muito frequente ela visitar o doutor Fernando Namora, que morava ao meu lado e desde que nos conhecemos que ela começou a engrajar comigo. O meu pai (Adelino Domingues Rosa), era barbeiro e o sustento da casa provinha do seu trabalho. Naturalmente que era difícil sustentar-me a mim e aos meus dois irmãos. Um dia falou com os meus pais, a pedir se podia assumir a minha educação”<sup>478</sup>.

Marie Guitton seria ainda fundamental no processo de educação de Otília e dos seus dois irmãos, tendo-os ensinado “a ler, a escrever e a falar francês”<sup>479</sup>.

O pessoal que acompanhasse as crianças deveria ter como função “vigia-las, especialmente nas ruas e na praia”<sup>480</sup>. Relativamente às necessidades de segurança, podemos referir a necessidade de um homem para estar “constantemente em contacto com as crianças afim de auxiliar a Directora na disciplina que deve existir, disciplina alias que não lhes tire liberdade de se divertirem e de manifestarem essa alegria propria da idade”<sup>481</sup>. Este homem

---

<sup>476</sup>Alice Jacinto. Entrevista a 23.06.2016.

<sup>477</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 30.07.1941, fl. 13v.

<sup>478</sup>Otília Rosa. Entrevista, a 23.09.2016.

<sup>479</sup>*Idem; ibidem*.

<sup>480</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 31.08.1941, fl. 13v.

<sup>481</sup>*Idem, ibidem*, fl. 14.

seria também preciso para o caso de ser necessário pedir algum socorro durante a noite. João Oliveira foi o escolhido para fiscalizar as crianças durante os 15 dias de estadia na praia.

Marie Guitton veio a ser assessorada por dois tipos de pessoas, as que não seriam remuneradas e as que receberiam um vencimento. O pessoal remunerado era constituído por uma cozinheira, Amélia Alves Branco, e por uma lavadeira e arrumadeira, função esta que ficou a cargo de Rosa Passos. Para além de Marie Guitton, faziam parte das pessoas não remuneradas João Baio de Oliveira, Maria de Lurdes Ameixoeiro da Cruz, Otilia Rosa e Ramiro Oliveira. A 13 de agosto, a empresa José Maria dos Santos transportou os elementos integrantes da Colónia até à Figueira da Foz.

A nível do plano diário de funcionamento da Colónia, podemos dizer que as crianças se levantavam todos os dias por volta das sete e meia da manhã e que até ao meio-dia permaneciam na praia, voltando para almoçar. Das 13 às 19 horas voltavam à praia onde às 16 horas lhes era servido um lanche. Regressadas a casa, jantavam às 20 horas. Depois desta refeição iam dormir, sendo que “Marie Guitton colocou raparigas de um lado e rapazes do outro”<sup>482</sup>. A nível do vestuário, as crianças andavam vestidas com batas que haviam sido oferecidas por Maria Elsa Sotto Mayor. A utilização desta indumentária contribuía para que o grupo pudesse ser facilmente identificado no caso de alguma criança se perder do restante coletivo. Além deste traje, a Comissão da Sopa dos Pobres tinha adquirido um toldo, toalhas, chapéus e roupas de banho.

Um elemento que já abordámos anteriormente, e que deve ser evidenciado, é o da alimentação. Ao pequeno-almoço as crianças deveriam comer “dois decilitros e meio de café com leite e 125 gramas de pão, quantidade esta, no mínimo distribuída a cada refeição”<sup>483</sup>. Ao almoço seria servido “sopa, vulgarmente de feijão e massa, e um prato de carne ou peixe com batata, vinho e pão”<sup>484</sup>. Durante os 15 dias de estadia na praia de Buarcos seriam gastos os seguintes géneros: 50 quilos e meio de feijão de mistura e branco; 14 quilos e meio de grão-de-bico; 31 quilos de macarrão; 20 quilos de arroz; 55\$90 em hortaliças e feijão verde; 2\$40 em sal e outros temperos; 40 quilos e meio em carnes; 105\$10 em peixe e sardinha; 462 quilos em pão; 5 quilos em café; 25 quilos de açúcar; 13\$50 em chá e ovos; 221\$00 em frutas e doces; 4 quilos de queijos; 13 litros de azeite; 100 litros de vinho; 63 litros e meio de leite e 45 dúzias de lenha<sup>485</sup>. Convém referir que, antes de terem deixado Condeixa-a-Nova, as 44 crianças haviam sido pesadas, tendo o somatório do peso delas dado o resultado de 961 quilos

---

<sup>482</sup>Alice Jacinto. Entrevista, a 23.06.2016.

<sup>483</sup>ASCMC, *Livro da Sopa dos Pobres*, sessão de 31.08.1941, fl. 14v.

<sup>484</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>485</sup>*Idem, ibidem, fl. 15v.*

e meio. Quando regressaram voltaram a ser pesadas, tendo este valor aumentado para 1.029 quilos<sup>486</sup>. Ou seja, passara-se de um peso médio de 21,9 kg para o de 23,4kg.

A estada em Buarcos não se circunscreveria apenas aos banhos de mar, tendo-se realizado algumas atividades lúdicas. Exemplo disso foi a sessão de cinema que Carlos Cooke, na época gerente do Parque Figueira da Foz, ofereceu no dia 26. Para Otília Rosa, esta atividade seria aquela que mais “contagiaria as crianças, pois nunca tinham visto uma máquina a projectar pessoas na parede”<sup>487</sup>.

A 28 de agosto terminou a Colónia Balnear. Nesse dia todo o grupo apanhou o comboio para Alfarelos, donde seguiram para Condeixa-a-Nova transportados novamente pela empresa José Maria dos Santos. Pouco depois da conclusão desta atividade, Cândido Sotto Mayor realiza uma longa viagem de negócios ao estrangeiro.

Nos seus estatutos, esta Misericórdia aborda de uma forma clara o que deve acontecer na ausência do provedor. Sempre que este se afastasse ou lhe aparecesse uma impossibilidade temporária, deveria ser revezado pelo vice-provedor e sucessivamente pelo secretário, vice-secretário ou pelo mesário mais velho na irmandade. Neste caso, quem assume esta função é Fortunato Rocha. Será durante a ausência de Cândido Sotto Mayor que a Misericórdia inicia um período conturbado ao nível do seu funcionamento.

## **5.6. Conflitos externos e internos**

Nos últimos quatro meses de 1941 estalou um grande conflito no seio da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova. Na sua origem estariam as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara, Joaquim Simões de Campos Júnior, na sessão do Senado Municipal de 12 de setembro. Antes de avançarmos, é útil fazermos uma pequena referência a este organismo. No capítulo II do título IV do *Código Administrativo de 1936* é estipulado que em todos os concelhos deverá existir um Conselho Provincial. Em Condeixa-a-Nova, este organismo era denominado de Senado Municipal. Relativamente à sua constituição, deveriam pertencer a este órgão um procurador eleito pela Câmara Municipal, um procurador eleito pelos grémios e sindicatos nacionais existentes na província em causa, três procuradores eleitos pelos provedores ou presidentes das mesas, administrações ou direções das associações e institutos de utilidade local e um procurador eleitos pelos professores dos liceus e escolas do

---

<sup>486</sup>*Idem, ibidem*, fl. 14v. Tomás da Fonseca em *Colonia marítima de crianças pobres: 1903. Relatório e contas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1904, publica um quadro onde apresenta o peso, o diâmetro do tórax e o diâmetro transversal à altura dos mamilos das crianças que integraram esta atividade.

<sup>487</sup>Otília Rosa. Entrevista, a 23.09.2016.

secundário (art. 234º)<sup>488</sup>. No caso da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, desde de 1937 que o seu representante era Augusto Pimenta das Neves. Em 1941, Fortunato Rocha passa a integrar este órgão como representante da Casa do Povo de Condeixa-a-Nova<sup>489</sup>.

Na sessão de 12 setembro, o então representante da Misericórdia questiona Joaquim Simões de Campos Júnior sobre o facto de a Câmara não ter contribuído “com importancia alguma, este ano, para a Sopa dos Pobres nem para a Colonia Balnear e pede para ser inscrita no orçamento uma verba para tal fim”<sup>490</sup>. Na resposta, o Presidente do Município refere-se ao orçamento do ano seguinte da Santa Casa, documento este que na sua opinião contém “uma feição acentuadamente esmolar, não correspondendo assim ás atribuições de exercício obrigatório das Misericordias”<sup>491</sup>. As críticas não ficariam por aqui, tendo ainda feito uma menção à Sopa dos Pobres, “com cuja orientação não concorda, pois tem sido um chamaril de muitos indivíduos do norte e sul do páiz, por vezes de reputação duvidosa, sendo sua opinião que a "Sopa" devia ser apenas para os pobres do concelho”<sup>492</sup>.

Reagindo a estas declarações, a Mesa da Misericórdia reuniu em sessão extraordinária a 15 de setembro. Nesta sessão, a Mesa deliberou enviar ao Governador Civil um ofício a comunicar o que se havia passado, pedindo-lhe que instaurasse “um inquérito ou sindicancia aos serviços da Santa Casa da Misericordia e da Sopa dos Pobres para salvaguardar o prestígio destas instituições”<sup>493</sup>. A 30 de setembro voltaria a ocorrer uma sessão extraordinária, com o intuito de responder a um ofício do Governo Civil sobre o conflito em causa.

Na longa resposta a esta interpelação, a mesa da Misericórdia é muito crítica sobre a atitude do Presidente da Câmara, rebatendo as censuras que haviam sido feitas por ele. O primeiro aspeto a ser contestado é o do funcionamento do Hospital D. Ana Laboreiro, sendo referido que este “funciona de facto e somente na função dum Posto Hospitalar, visto a sua proximidade de Coimbra não exigir mais que pequena cirurgia propria dos Postos de socorros

---

<sup>488</sup>Caso existisse no concelho em causa, também deveria haver um procurador eleito pelo senado da Universidade. *Código Administrativo- decreto-lei de 31 Dezembro de 1936*, Lisboa, Empresa Jurídica Editora, 1937, p. 86.

<sup>489</sup>Além das personalidades que representavam a Misericórdia e a Casa do Povo, em 1941 integravam o Senado Municipal as seguintes individualidades: padre José Baltazar dos Santos e Joaquim Duarte Pereira como representantes das Juntas de Freguesia, padre Paulo Machado como representante da Casa do Povo de Sebal Grande, Justiniano Fernandes Geraldo como representante dos maiores contribuintes da contribuição industrial e Joaquim Pereira como representante dos maiores contribuintes da contribuição predial.

<sup>490</sup>ACMC, *Livro nº1 de actas do Conselho Municipal de Condeixa-a-Nova*, sessão de 12.09.1941, fl. 37.

<sup>491</sup>*Idem, ibidem*, fl. 37v.

<sup>492</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>493</sup>ASCMC, *Livro nº3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 15.09.1941, fl. 14.

urgentes”<sup>494</sup>. Os mesários sustentam ainda que a instituição em causa não possui “instalações de Raio X nem arsenal cirúrgico, nem o pessoal especializado dum hospital que se diferencie dum Posto hospitalar”<sup>495</sup>. A introdução ao funcionamento deste organismo, prendia-se com o facto de a Misericórdia ter inscrito no seu orçamento para 1941 e para o de 1942, a importância de 50 escudos para auxiliar o seu dispensário antituberculoso. A inscrição desta verba seria uma forma de mostrar “a preocupação da Mesa desta Santa Casa em auxiliar o referido Hospital, mesmo dentro das suas reduzidas possibilidades financeiras”<sup>496</sup>.

Na sua resposta, a Misericórdia salienta ainda que concede um subsídio de lactação a mulheres pobres parturientes. Segundo a Mesa, este auxílio deveria ser considerado um complemento ao lactário infantil do Hospital, por ser destinado “às parturientes que, vivendo longe da vila de Condeixa, não podem aproveitar os benefícios do referido lactário”<sup>497</sup>. A parte final do ofício dedica-se a responder às críticas que Joaquim Simões Júnior havia proferido sobre o funcionamento da Sopa dos Pobres.

Alegam os mesários que “sendo impossível fazer sopa á justa para os pobres do concelho, são os subejos que se distribuem pelos mendigos e passageiros estranhos ao concelho pois que se lhes diz que a sopa se destina exclusivamente aos pobres do concelho”<sup>498</sup>. Outro tema que se havia apresentado era o de que a Sopa dos Pobres seria um chamariz de viajantes. Tal crítica seria contestada, apresentando-se o argumento de que geograficamente o concelho de Condeixa-a-Nova se encontra “situado no centro do País e na estrada nacional que liga o norte com o sul”, sendo por isso “ponto de passagem forçada de todos os indivíduos cuja situação miserável só lhes permite o transito pela via ordinária”<sup>499</sup>. É ainda chamada a atenção para o facto de em

“certas alturas do ano, como por exemplo quando vão começar ou terminam os trabalhos agrícolas da Borda d` agua, durante as crises de trabalho, especialmente no inverno, e ainda nas vésperas das peripetivas a Fatima, é que maior numero de passantes procura a Sopa dos Pobres”<sup>500</sup>.

A partir de 1 de novembro, este conflito atinge outras proporções, passando a limitar-se apenas ao panorama interno da Misericórdia. Na origem deste desaguisado estaria a nomeação do representante da Misericórdia para o Senado Municipal. Antes de se realizar a

---

<sup>494</sup>*Idem, ibidem*, sessão de 30.09.1941, fl. 14v.

<sup>495</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>496</sup>*Idem, ibidem*, fl. 15.

<sup>497</sup>*Idem, ibidem*, fl. 15v.

<sup>498</sup>*Idem, ibidem*, fl. 16.

<sup>499</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

<sup>500</sup>*Idem, ibidem, loc. cit.*

eleição do representante, o vice-provedor Fortunato Rocha fez várias críticas ao tesoureiro da Santa Casa e seu representante no Senado Municipal, que era o padre Augusto Pimenta das Neves, ausente dessa sessão. Para o Vice-Provedor, Pimenta das Neves não reunia as condições necessárias para se manter naquele organismo pois “apoiou sempre a orientação do Presidente actual da Camara Municipal, conforme se pode constata das actas do Concelho Municipal”<sup>501</sup>. A ata desta sessão da Mesa surgiria aumentada com um depoimento escrito de Augusto Pimenta das Neves na sessão de 5 de dezembro.

Na declaração que profere, o tesoureiro da Misericórdia declara ter “cumprido com os seus deveres para com a Santa Casa da Misericórdia, por ela tenho trabalhado com verdadeiro carinho, tanto como representante no Senado Municipal, como na qualidade de Irmão e Mesário”<sup>502</sup>. Este conflito interno não impossibilitaria a sua reeleição para o Senado Municipal. Excetuando a sessão de 8 de janeiro, durante o primeiro semestre de 1942, não foram produzidas nenhuma atas da Misericórdia. Fortunato Rocha responderia ao tesoureiro da Misericórdia, na sessão de 8 de janeiro, tendo afirmado que “não via pessoas mas sim a defesa dos interesses desta colectividade” e que a “declaração do Reverendo Padre Pimenta em nada altera o seu modo de ver, que assenta em factos registados nos livros de actas e devem estar ainda na mente dos restantes Mesarios”<sup>503</sup>. Nesta mesma sessão o Vice-Provedor pede para que se assinem o final da ata de 1 de novembro, onde ele criticava o facto de a resposta de Pimenta das Neves ter sido produzida a 5 de dezembro e constar no registo de 1 de novembro.

Na carta enviada por Fortunato Rocha ao Governador Civil, a 29 de janeiro de 1942, e que de resto tem vindo a ser analisada ao longo deste capítulo, Fortunato Rocha faz duras críticas ao comportamento de Augusto Pimenta das Neves, Isac Pinto e Abílio Simões Pires dos Reis:

“o mesário secretário Abilio Simões Pires dos Reis, ou por si, ou de combinação com os mesários Reverendo Padre Pimenta das Neves e Isac Pinto, têm a ousadia de aumentar o texto da acta de 1 de Novembro, com os factos passados na sessão de 5 de Dezembro com a pretensão de se atribuir um propósito menos digno, á atitude do Vice-Provedor na defesa do seu ponto de vista”<sup>504</sup>.

Outras duas críticas eram ainda apresentadas ao Governador Civil. Uma seria a de que o “numero 3º do artº 34º nunca foi cumprido pelo mêsário tesoureiro”<sup>505</sup>. A segunda prendia-

---

<sup>501</sup>*Idem, ibidem*, , sessão de 01.11.1941, fl. 17v.

<sup>502</sup>*Idem, ibidem*, sessão de 05.12.1941, fl. 21.

<sup>503</sup>*Idem, ibidem*, fl. 21v.

<sup>504</sup>APFR, Carta enviada por Fortunato Pires da Rocha ao Governador Civil de Coimbra em 29.01.1942, fl. 10.

<sup>505</sup>*Idem, ibidem*, fl. 15.

se com a Receita e Despesa durante o ano de 1941, debatidas na sessão de 8 de janeiro. Segundo Fortunato Rocha, nesta sessão foi apresentado

“um resumo da Receita e Despêsa da Santa Casa da Misericórdia, a-fim-de verificarmos os saldos das diversas rubricas, iniciámos a comparação dos seus montantes com o orçamento, para depois verificarmos os diversos documentos de receita e despesa, como aliaz era mister, para podermos cumprir com o determinado no numero 3º do artº 31º dos Estatutos. O Reverendo Padre Pimenta achou que isso levaria muito tempo e eu, sempre condescendente mas ansioso que se arrumassem consequentemente as contas cheguei a alvitrar o recurso de um guarda-livros, o que não foi aceite. E, disposto a evitar qualquer atrito, que demorasse a minha deliberação do trabalho com pessoas que da legalidade e disciplina têm uma fraca noção, visei alguns mandatos de pagamentos que tinham já sido feitos sem meu conhecimento, um dos quais, se bem me recordo, que representa um acto de favoritismo dos Senhores mesários Abilio Simões Pires dos Reis e Reverendo Padre Pimenta relativamente à verba atribuída ao Andador (que de facto nunca existiu)”<sup>506</sup>.

Em 18 julho, a Mesa da Misericórdia acusa Fortunato Rocha pela estagnação dos seus serviços. Na origem desta paralisação, estaria o facto de Fortunato Rocha abandonar as suas funções de Vice-Provedor e de ter em sua posse o “livro de actas, contas correntes e orçamento em vigor, assim como outros documentos, objectos que ainda hoje retem abusivamente em seu poder, apesar de já lhe serem pedidos por ofício de cinco do corrente mez”<sup>507</sup>. Além desta apropriação indevida, Fortunato Rocha era ainda acusado de ter negociado 1040 alqueires de milho à Casa do Povo de Condeixa-a-Nova, onde exercia o cargo de Presidente, e de não ter entregue o dinheiro realizado nessa venda à Misericórdia. Face a esta situação, Sebastião Marques d`Almeida, na qualidade de mesário mais velho, assume no mês de setembro o cargo de Provedor interino.

A 13 de dezembro, Fortunato Rocha organiza um comício em Condeixa-a-Nova, que intitulou de Assembleia-geral extraordinária da Misericórdia de Condeixa. Dado que não conseguimos obter fontes relativas a esta reunião, iremos abordar o que é referido na sessão da Mesa de 19 de dezembro. Segundo a ata deste encontro, Fortunato Rocha terá afirmado que se havia afastado da Santa Casa “única e exclusivamente por não ser apoiado pelos vogais, na campanha que pretendia encetar contra o Senhor Presidente da Camara”<sup>508</sup>. Face a estas afirmações os mesários decidem suspender os direitos de irmão de Fortunato Rocha, pois a sua atitude choca com o número dois e três do oitavo artigo dos estatutos. Como já vimos anteriormente, este artigo determina que podem ser expulsos da irmandade todo aqueles que caluniarem ou declinarem o exercício do cargo para que haviam sido eleitos. Depois desta menção as atas da Misericórdia apenas referem que em, janeiro de 1943, a Mesa

---

<sup>506</sup>*Idem, ibidem*, fls. 11-12.

<sup>507</sup>ASCMC, *Livro nº 3 das actas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa*, sessão de 19.07.1942, fl. 25v.

<sup>508</sup>*Idem, ibidem*, fl. 32v.

da Santa Casa informou o Governador Civil acerca da reunião que Fortunato Rocha havia realizado.

Mas o certo é que, até 1945, a Misericórdia como que paralisou, sendo indícios disso o facto de não se terem realizado eleições para a Mesa e de a Sopa dos Pobres passar por sérias dificuldades, como se declara no *Relatório e Contas da Misericórdia* relativo ao ano de 1945 e enviado em 1946 a todos os Irmãos. Na origem destas dificuldades estaria o crescente aumento de pessoas insatisfeitas com o seu funcionamento. Nas críticas apresentadas devemos referir a existência de um grupo que defendia “que se não desse comida a passantes, por que eram malandros e vadios” e ainda “que se não desse sopa ao domicílio, por que parte dela era deitada aos animais”<sup>509</sup>.

A partir de janeiro de 1946, a Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova inicia uma nova fase da sua vida, com novos protagonistas e outras formas de funcionamento a nível interno.

---

<sup>509</sup>APFR, *Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova*, Condeixa-a-Nova, 1945, fl. 2.

## Conclusão

Nas primeiras décadas do século XX, o concelho de Condeixa-a-Nova possuía uma população a rondar os doze mil habitantes, estando a grande maioria concentrada nas freguesias de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Ega e Sebal Grande. Além de serem as mais populosas, era nelas que se encontrava toda a indústria do município. Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha estavam ligadas à indústria de moagem e alveiros de azeite, a Ega fabricava cal e o Sebal Grande produzia telhas e tijolos.

Na sua generalidade, os condeixenses tinham como principal meio de subsistência a agricultura. A produção agrícola do município privilegiava a produção de azeite, vinho, arroz, batata, cebolas, hortaliças e frutas. O sistema produtivo do concelho ficava completo com a criação de gado. O recenseamento de gado bovino, datado de 1916, demonstra, como se esperaria, o predomínio de vacas sobre bois e vitelos nas 10 freguesias do município. Um impulso dado a toda esta produção era a existência de um mercado semanal na vila e quatro feiras, duas mensais e duas anuais. Os vários negócios instalados na vila, nomeadamente os comerciantes de azeite e os produtores de cereais, também detinham um papel importante em toda a produção agrícola. Tanto os industriais como os comerciantes que possuíam estabelecimentos próprios ou vendiam no mercado e nas feiras tinham de cumprir regras de higiene e de conduta para com os seus clientes, que eram estipuladas pelas posturas da Câmara Municipal, responsável pela saúde e higiene pública.

A autarquia assumia também, através do facultativo municipal, o encargo de curar os pobres. Graças à iniciativa testamentária de Simão da Cunha, Condeixa-a-Nova passou a dispor de um hospital e de uma Misericórdia nos anos vinte. A fundação das duas instituições, que existiam há séculos espalhadas pelo país e nos concelhos vizinhos, veio finalmente alargar a cobertura assistencial deste município, dotando-a de estabelecimentos fundamentais.

A Câmara Municipal, logo após a morte do testador, em 1919, inicia todas as diligências para construir o hospital, que só viria a abrir as portas em abril de 1927. O regulamento do hospital, aprovado em 1941, demonstra uma enorme preocupação em torno do seu funcionamento, definindo as tarefas que a comissão administrativa deveria exercer tendo em vista uma boa gestão. A ampliação da oferta hospitalar vai sendo aumentada com o passar dos anos. O surgimento dos dispensários antituberculoso e de higiene infantil e lactário e o serviço de cirurgia deve-se a iniciativas de organismos ligado ao Estado (Junta Geral do Distrito de Coimbra e Organização da Defesa da Família) e de entidades particulares (Henrique Costa Alemão Teixeira, Elsa Sotto Mayor e Condeixenses).

Através dos registos de internamentos foi possível caracterizar os doentes hospitalizados naquela instituição em 1927-1945. Das 3.156 pessoas internadas, 78.4% são registadas como pobres, 9.2% pensionistas e em 12.3% não se menciona nenhuma das opções anteriores. O estado civil mais frequente é o de casado seguido de solteiro. Note-se ainda a presença de quatro homens divorciados. A clientela hospitalar era constituída maioritariamente por residentes do concelho, e, dentro deste, sobretudo da freguesia de Condeixa-a-Nova.

Quanto à Santa Casa da Misericórdia, começa a funcionar em abril de 1927, depois de um período de seis anos em que não houve qualquer reunião por parte dos corpos dirigentes. A partir daquela data e até 1940, a sua ação é escassa, limitando-se a distribuir esmolas em épocas específicas do ano, como o Natal, e a ajudar famílias com subsídios de lactação, de deslocação para tratamentos de saúde e de funerais. A carência de recursos financeiros e a constante ausência do seu provedor, para tratar de afazeres pessoais, constituíram importantes entraves ao desenvolvimento da Santa Casa. A ausência de Sotto Mayor é compensada, em grande medida, com a presença da sua esposa, Elsa Sotto Mayor, que oferece donativos e se mostra sempre disponível para colaborar com a Mesa.

A eleição de Fortunato Rocha como vice-provedor, no início da década de quarenta, altera toda atividade da Santa Casa. É sua a iniciativa de fundar a Sopa dos Pobres. Em grande medida, a sua criação é impulsionada pela II Guerra Mundial e pelo racionamento imposto aos portugueses por António de Oliveira Salazar. Sob a égide da Comissão da Sopa dos Pobres, é lançada a primeira Colónia Balnear Infantil. À semelhança dos doentes internados no hospital, também as crianças abrangidas por esta iniciativa habitam sobretudo na freguesia de Condeixa-a-Nova. Uma crise interna, iniciada em setembro de 1941 é o principal entrave ao progresso que a Misericórdia vivia desde janeiro de 1940. A ausência de Sotto Mayor, durante o conflito, ajudou, em certa medida, ao extremar de posições por parte dos membros da Mesa da Santa Casa.

O presente trabalho, poderá representar o início de um longo estudo a desenvolver sobre o papel que as instituições de assistência social dos concelhos limítrofes de Coimbra, desempenharam durante a primeira metade do século XX. Serviu ainda o seu propósito de consolidar e aprofundar os ensinamentos adquiridos nas cadeiras de seminário da licenciatura e de mestrado. Obrigou-me a um trabalho contínuo com fontes e ao recurso a métodos e técnicas de tratamento e organização da informação recolhida, que serão indispensáveis no âmbito de uma futura investigação. A necessidade de aperfeiçoamento subsiste, como é óbvio. A falta de fontes impôs limitações com as quais é difícil de lidar. Apesar destes entraves,

posso dizer que as competências adquiridas serão sempre uma vantagem num percurso universitário que se quer pleno de novos desafios e exigências.



## Fontes e estudos

### . Fontes Manuscritas

#### **Arquivo da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (ACMC)**

*Ano de 1920. Deve-Haver do Hospital D. Ana Laboreiro d'Eça.*

*Auto da inauguração do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro de Eça.*

*Edital publicado em 13 de Fevereiro de 1926.*

*Inventário dos bens mobiliários e instrumentos cirúrgicos do Hospital D. Ana Laboreiro d'Eça-1927.*

*Livro de actas do Conselho Municipal de Condeixa-a-Nova de 1937 a 1945.*

*Livro de actas nº5 da Comissão executiva do concelho de Condeixa-a-Nova 1 livro [1919-1921].*

*Livro de registo dos operados.*

*Livros das sessões da Camara Municipal do Concelho de Condeixa, 6 livros [1878-1880], [1884-1886], [1898-1899], [1903-1905], [1905-1908], [1913-1915].*

*Livros de registo de internamentos no Hospital D. Ana Laboreiro, 3 livros [1927-1937], [1938-1942], [1943-1945].*

*Ofício da Superiora Geral das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, enviado no dia 31 de Março de 1937.*

*Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 1 de Novembro de 1926.*

*Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 13 de Maio de 1927.*

*Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 19 de Novembro de 1926.*

*Ofício do Instituto Pasteur, enviado no dia 25 de Novembro de 1926.*

*Regulamento do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro D'Eça de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Nova, 1941.*

#### **Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova (ASCMC)**

*Livros das actas das sessões da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, 3 livros [1921-1927], [1928-1940], [1940-1946].*

*Livro da Sopa dos Pobres de 1940 a 1941.*

#### **Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)**

*Livro de óbitos da Paróquia de Condeixa-a-Nova 1919.*

#### Fundo do Governo Civil

Calamidades públicas-epidemias:

*Ofício, nº511, 01.05.1885.*

*Ofício, nº548, 05.05.1885.*

Correspondência recebida no Governo Civil de diversas autoridades:

*Ofício, nº788, 05.06.1920.*

*Recenseamento pecuário-gado bovino (estatística), 1916.*

#### **Arquivo Pessoal de Fortunato Rocha (APFR)<sup>510</sup>**

*Carta a pedir auxílio para a realização da Ceia de Natal, Sopa dos Pobres da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa, Condeixa-a-Nova, 5 de Dezembro de 1944.*

*Carta enviada por Fortunato Pires da Rocha ao Governador Civil de Coimbra em 29.01.1942.*

*Convocatória para a Assembleia Geral extraordinária de 30 de Março de 1940.*

*Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Nova, 1945.*

*Relatório e Contas da Sopa dos Pobres, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Calçada dos Caetanos, 1940.*

*Revista das Beiras, Lisboa, 1949.*

#### **. Fontes impressas**

*1914. Código de Posturas Municipais, Figueira, Tip. Popular de Manuel J. Cruz.*

*Alteração aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Nova, s.l., 1940.*

*Anuario-Commercial de Portugal. 1910, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1910.*

*Anuario-Commercial de Portugal. 1920, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1920.*

*Anuario-Commercial de Portugal. 1930, vol. II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1930.*

---

<sup>510</sup> Inclui impressos.

- Anuario-Commercial de Portugal. 1939*, vol. II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1939.
- Baptista, Júlio d'Oliveira, *Uma Suspensão Injusta. Recursos e allegações*, Coimbra, Typ. De Luiz Cardoso, 1899.
- Cabral, Curry, "Assistencia publica e Hospitalização", in *Notas sobre Portugal*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp.-.
- Cabral, José Curry da Câmara, *O Hospital de S. José e Anexos: desde 7 de Janeiro de 1901 até 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Typografia A Editora Limitada, 1915.
- Código Administrativo- decreto-lei de 31 Dezembro de 1936*, Lisboa, Empresa Jurídica Editora, 1937.
- Código Administrativo-decreto de 2 de Março de 1894*, Porto, Livraria Portuense Editora, 1895.
- Coelho, Eduardo, *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico, seguido da resenha bibliográfica da sua obra*, Paris-Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand, 1929.
- Constituição de 1933*, 11 de Abril de 1933 (<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>, acedido em 05.02.2016).
- Diário do Governo*, 1º serie, Lisboa, nº 212, 14 de Setembro de 1929, decreto nº 17:345, artigo, disponível para consulta em <http://leideportugal.com/download/pdf/lei-n-o-1089-218477>, acedido em 04-05-2017.
- Diário do Governo*, 1º serie, Lisboa, nº 253, 13 de dezembro de 1920, lei nº 1:089, artigo 1º, disponível para consulta em <http://leideportugal.com/download/pdf/lei-n-o-1089-218477>, acedido em 04-05-2017.
- Estatutos da Misericórdia do Concelho de Condeixa-a-Nova*, Coimbra, Tip. Moderna, 1927.
- Fonseca, Tomás da, *Colonia maritima de creanças pobres: 1903. Relatorio e contas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1904.
- Frazão, Amaral, *Algumas Palavras sobre a assistência pública em Portugal*, Lisboa, s.l., 1917.
- Frazão, Amaral, *Assistencia Publica*, Lisboa, Tipografia Caldense, 1919.
- Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1911*, Direcção Geral de Estatística, Volume 1º, 1911, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1911](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911), acedido em 5.03.2016).

Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1920*, Direcção Geral de Estatística, Volume 2º, 1920, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1911](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911), acessido em 5.03.2016).

Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População do Reino de Portugal. No I de Dezembro de 1900*, Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, Volume 1º, 1900, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1900](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900), acessido em 5.03.2016).

Instituto Nacional de Estatística, *VII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1930*, Direcção Geral de Estatística, 1930, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1930](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1930), acessido em 22.04.2016).

Instituto Nacional de Estatística, *VIII Censo da População de Portugal. No I de Dezembro de 1940*, Sociedade Tipográfica L.da, Volume VII, Distrito de Coimbra, 1944, ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=72385318&PUBLICACOESmodo=2](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72385318&PUBLICACOESmodo=2), acessido em 5.03.2016).

Moreira, Manuel Vicente, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos. Bases da Organização e Síntese do Movimento (1927-1933)*, Lisboa, s. n., 1934.

Ortigão, Ramalho, *As praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Quetzal, 2014 [1ª ed.: 1876].

*Os primeiros vinte anos do Hospital Municipal D. Ana Laboreiro d'Eça de Condeixa*, s.l., s.d.

Padre Américo, *Pão dos Pobres*, Paço de Sousa, Editorial da Casa do Gaiato, 1986.

*Povo de Condeixa, O* (1910).

Silva, Joaquim Correia da, “Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra”, *O Instituto*, nº 9, vol. 67, 1920, pp. 438-461.

*Voz do Povo: semanário defensor dos concelhos de Condeixa, Penela e Miranda do Corvo*, A (1910-1911).

## **. Fontes orais. Entrevistas**

Jacinto, Alice. Condeixa-a-Nova 23.06.2016.

Rosa, Otilia. Condeixa-a-Nova 23.09.2016.

## **. Estudos**

- Azevedo, José Lopes Pires de, *Palácio Sotto Maior*, Palácio Sotto Mayor, Figueira da Foz, 1999.
- Baptista, Virgínia, *A Assistência Materno-Infantil em Portugal e os Direitos das Mães Trabalhadoras (1880-1943)*, Texto disponível em [http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27\\_1\\_pap.pdf](http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27_1_pap.pdf), acedido em 02-05-2016.
- Bastos, Susana Pereira, *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- Brites, Ana, “Os Lactários Municipais (1925-1927)”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1º serie, nº7, Lisboa, 2004, p. 148-162.
- Brito, Manuel da Costa Juzarte de, *Livro Genealógico das Famílias desta Cidade de Portalegre*, Lisboa, s.n., 2002.
- Caldeira, Maria de Fátima, *Assistência infantil em Lisboa na 1ª República*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004.
- Câmara, João de Sousa da, *História do Banco Pinto & Sotto Mayor, 1914-1989*, Lisboa, Banco Pinto & Sotto Mayor, 1989.
- Carvalho, Joaquim Ramos de, *História da Santa Casa da Misericórdia de Soure*, Soure, Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006.
- Cascão, Rui “Modos de habitar”, in Mattoso, José (dir.), Vaquinhas, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 22-55.
- Cascão, Rui, “Demografia e Sociedade”, in Mattoso, José (dir.), Torgal, Luís Reis; Roque, João Lourenço (coord.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 425-439.
- Conceição, Augusto Santos, *Condeixa-a-Nova*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1989.
- Cordeiro, Ricardo Alexandre Forte, *Filantropia. As Cozinhas Económicas de Lisboa (1893-1911)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa, 2012.
- Correia, Ana Maria Diamantino, *A saúde pública no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*, Coruche, Câmara Municipal de Coruche, 2015.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho “Igreja, Igrejas e Culto” in *Nova História de Portugal*, vol. X (*Portugal e a Regeneração*), Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques (Coord.); Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (Dir.), Lisboa, Editorial Presença, 2003, pp. 269-302.

- Evangelista, João, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves *Solidariedades na Misericórdia de Cabeceiras de Basto (1877-1930)*, Braga, Tese de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, 2007.
- Garnel, Maria Rita Lino, “Jorge, Ricardo de Almeida” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 522-523.
- Gonçalves, António Leal “Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos” Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal-Suplementos*, Vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 275-277.
- Guerreiro, Amaro, *Banco Pinto & Sotto Mayor: 50 anos ao serviço da Economia Nacional*, Lisboa, Banco Pinto & Sotto Mayor, 1964.
- Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias: de D. José ao final do século XX” in José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum I. Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 79-117.
- Lopes, Maria Antónia, “Misericórdias”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República Divisão de Edições, 2013, pp. 935-941.
- Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência pública”, in Mattoso, José (dir.), Torgal, Luís Reis; Roque, João Lourenço (coord.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.
- Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”, *Estudos do Século XX*, nº13 Coimbra, 2013, pp. 257-280.
- Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, vol. I, 2000
- Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- Marques, A. H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

- Miranda, Sacuntala de, “A Base Demográfica” in Marques, A. H. de (coord.), *Nova História de Portugal*, Vol. X, *Da Monarquia para a República*, Serrão, Joel; MARQUES, A. H. de (dir.), Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 13-36.
- Moura, Maria Lúcia de Brito, *A guerra religiosa na I República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.
- Neto, Maria de Lourdes Meira do Carmo “Assistência Pública” in Serrão, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 234-236.
- Nunes, Mário *Misericórdia de Penela: 1559-1999: servir e amar*, Penela, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999.
- Paiva, José Pedro “Introdução” in José Pedro Paiva; Paulo F. Oliveira Fontes (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 9. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, tomo I, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010, pp. 7-36.
- Paiva, José Pedro; Fontes, Paulo F. Oliveira (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 9. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, tomo I, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010, doc. n.º 147, pp. 458-468.
- Paiva, José Pedro (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 4, Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580*, Ângela Barreto Xavier; José Pedro Paiva (coord.), Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002.
- Pereira, David Oliveira Ricardo, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- Pereira, David, “Assistência Social e Proteção à Infância” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 243-250.
- Pereira, David, “Assistência Social. Instituições” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 237-243.
- Pereira, Miriam Halpern, “As origens do Estado-Providência em Portugal: As novas fronteiras entre público e privado”, in Teixeira, Nuno Severiano, Pinto, António Costa (coord.), *A primeira República Portuguesa- entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 77-89.

- Pereira, Miriam Halpern, “Estado Providência”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 1240-1245.
- Pimentel, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- Pinto, Maria de Fátima, *Os Indigentes: entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1º terço do século*, Lisboa, Livros do Horizonte, 1999.
- Radich, Maria Carlos; Baptista, Fernando Oliveira, “Agricultura” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 41-57.
- Rebelo, Fernando de Sá Viana; Pinto, Isac, *Subsídios para a História de Condeixa*, vol. 9, Condeixa-a-Nova, Empreza Tipográfica de Condeixa LDA, 1955.
- Rema, Henrique Pinto *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição: 1876-1976*, vol. III, tomos I e II, Braga, Editorial Franciscana, 2008.
- Ribeiro, Vítor, *História da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.
- Rodrigues, Carlos Farinha, “Assistência Social”, in Rosas, Fernando; Brito, J. M. de Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 70-73.
- Rodrigues, Teresa Ferreira, “O século XIX”, in Rodrigues, Teresa (coord.), *História da população portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 2008, pp. 327-416.
- Rollo, Maria Fernanda “Comunicações Nacionais” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 801-808.
- Rolo, Joaquim Cabral, “População Agrícola e Rural” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 317-322.
- Rosas, Fernando, “Economia de Guerra”, in Rosas, Fernando; Brito, J. M. de Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 280-284.
- Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

- Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.
- Samara, Maria Alice, “Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»”, in Rosas, Fernando; Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2010, pp. 371-395.
- Silva, Ana Isabel, *A arte de enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.
- Silva, Marta Sofia Rodrigues da, *Habitação nobre da vila de Condeixa*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.
- Tavares, João, “Correios” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 925-930.
- Telo, António José, “População e Sociedade” in *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, Vol. 3 (*A Crise do Liberalismo, 1890-1930*), Nuno Severiano Teixeira (Coord.); António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (Dir.), Lisboa, Objectiva, 2014, pp. 159-195.
- Telo, António José, “Segunda Guerra Mundial”, in Rosas, Fernando; BRITO, J. M. de Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 898-890.
- Tomé, Maria Rosa, *Justiça e Cidadania Infantil Em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*, Coimbra, Tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra, 2012.
- Vaquinhas, Irene, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, 1990.
- Vaz, Maria João, “Mendicidade” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 844-847.
- Vaz, Maria João, “Vadiagem” in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 1083-1086.
- Vaz, Maria João, *O crime em Lisboa (1850-1910)*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2014.